



§ 5.00

# JORNAL da REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR - LESTE

## SUPLEMENTO

RESOLUÇÃO DO GOVERNO N.º 59/2024

de 6 de Novembro

### APROVA O PLANO DE AÇÃO NACIONAL MULTISSECTORIAL DE NUTRIÇÃO PARA O PERÍODO 2024-2030

Considerando que o IX Governo Constitucional se propõe continuar a promover a melhoria do estado nutricional da população, com especial incidência nos bebés e crianças, incluindo a prevenção e tratamento de carências nutricionais, bem como através de campanhas com vista à mudança do comportamento nutricional;

Tendo em consideração que em Timor-Leste, a prevalência do raquitismo (*stunting*) afeta cerca de 47% dos menores residentes, constituindo um dos maiores desafios para o desenvolvimento saudável das crianças e para o futuro do país;

Atendendo ao facto de o *stunting*, caracterizado pelo défice de crescimento físico e cognitivo devido à desnutrição crónica, comprometer o desenvolvimento integral das crianças, com consequências graves e a longo prazo para a saúde, a educação e a produtividade económica da população;

Reconhecendo a urgência de se enfrentar esta situação, foi criada a Unidade de Missão para o Combate ao *Stunting* pelo Decreto-Lei n.º 91/2022, de 22 de dezembro, que tem como principal missão a elaboração do Plano Nacional de Combate ao *Stunting*, e integra diversas áreas governamentais, para assegurar uma abordagem abrangente e eficaz;

Considerando que, após a conclusão do referido plano estratégico, que estabelece medidas concretas e metas para o período 2024-2030, torna-se imperativo garantir a implementação do combate, de forma decisiva, deste problema grave de saúde pública,

Assim,

O Governo resolve, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 115.º da Constituição da República, o seguinte:

1. Aprovar o Plano Nacional Multisectorial de Combate ao *Stunting* para o período 2024- 2030, em anexo à presente resolução, e da qual faz parte integrante.
2. A presente resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho de Ministros em 10 de outubro de 2024.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, em substituição

**Mariano Assanami Sabino Lopes**



# O PLANO DE AÇÃO NACIONAL MULTISSETORIAL DE NUTRIÇÃO

2024–2030

COMBATER O RETARDAMENTO  
DO CRESCIMENTO/STUNTING

TIMOR-LESTE

29 de fevereiro de 2024

Preparado Unidade de Missão para o Combate ao Stunting



**UNMICS**  
UNited Nations Multi-Sectoral  
Initiative for Child Stunting

Citação sugerida:

Gabinete do Vice-Primeiro-Ministro, Unidade de Missão para o Combate Ao Stunting (UNMICS), 2 de maio de 2024. *O Plano Nacional de Ação Multissetorial para a Nutrição 2024-2030*. Díli, Timor-Leste.

Foto da capa:

© UNICEF/UNI572607/Valente Basmeri Dos Reis Araujo



# **O PLANO DE AÇÃO NACIONAL MULTISSETORIAL DE NUTRIÇÃO 2024-2030**

**COMBATER O RETARDAMENTO DO CRESCIMENTO/STUNTING**

**TIMOR-LESTE**

Preparado Unidade de Missão para o Combate ao Stunting

29 de fevereiro de 2024



# CONTEÚDO

PREFÁCIO

PREFÁCIO

RECONHECIMENTO

ABREVIATURAS

GLOSSÁRIO

## **1. INTRODUÇÃO**

### **2. CONTEXTO EM TIMOR-LESTE**

2.1 Situação nutricional

2.2 Resposta Nutricional

### **3. CONTEXTO DO PLANO DE AÇÃO NACIONAL DE NUTRIÇÃO**

3.1 Finalidade

3.2 Análise Estratégica

### **4. VISÃO, META, MISSÃO, RESULTADOS E OBJETIVOS DO NAP**

4.1 Visão

4.2 Objetivo

4.3 Resultados

4.4 Objetivo geral

4.5 Objetivos estratégicos

### **5. QUADRO DE IMPLEMENTAÇÃO**

5.1 Estratégia de Implementação

5.2 Sequenciamento para a Execução de Intervenções

### **6. ARRANJOS INSTITUCIONAIS**

6.1 Quadro de Ligação Institucional e Funcional da Nutrição

6.2 Acordos de Coordenação

6.3 Funções e Responsabilidades

### **7. QUADRO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**

7.1 Justificativa para Monitoramento e Avaliação no PAN

7.2 Objetivos do Quadro de Monitorização e Avaliação do PAN

7.3 Requisitos de Informação

7.4 Atividades de Monitoramento e Avaliação do NAP

7.5 Estrutura de Monitoramento e Avaliação

7.6 Fluxo de Informações

**ANEXO 1: TERMOS DE REFERÊNCIA PARA ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA**

**ANEXO 2: MATRIZ DE IMPLEMENTAÇÃO**

**ANEXO 3: QUADRO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO NACIONAL**

## PREFÁCIO

A nutrição adequada é um pré-requisito para o crescimento e desenvolvimento humano, e a nutrição para prevenir o atraso no crescimento é uma das principais prioridades do Governo. O Governo de Timor-Leste desenvolveu este Plano de Ação Nacional Multissetorial para a Nutrição (PAN) 2024–2030 para orientar a implementação e prestação de serviços de nutrição para acelerar a redução do atraso no crescimento para menos de 25 por cento ao longo de seis anos. O plano prevê uma população futura bem nutrida que contribuirá efetivamente para o crescimento económico e a prosperidade de Timor-Leste. O plano facilitará a melhoria do estado nutricional de todas as crianças dos 0 aos 23 meses e das mulheres em idade reprodutiva dentro do período de oportunidade de 1000 dias.

O PAN pretende galvanizar o esforço do país no sentido de atingir níveis aceitáveis de atraso no crescimento e outros indicadores nutricionais que tenham influência na sobrevivência, crescimento e desenvolvimento infantil, e no desenvolvimento do capital humano. O atraso no crescimento tem impacto no crescimento económico e na produtividade do país mais tarde na vida, e o investimento na nutrição ajudará a proteger a produtividade futura. O PAN, portanto, foi construído com base na aspiração da Fome Zero (PAN-HAMTIL/CNAP) no âmbito do Pilar 2, e o PAN proporciona um importante trampolim para alcançar um país livre de fome e desnutrição.

O desenvolvimento do Plano de Ação Nacional Multissetorial para a Nutrição surgiu após um lento progresso na redução do atraso no crescimento e da necessidade de esforços concertados para lidar com o problema a todos os níveis. O Governo também reconhece que a nutrição é multifacetada e que nenhum sector pode abordá-la isoladamente. Procura, portanto, promover uma abordagem multissetorial, fortalecendo a capacidade dos sectores governamentais baseados

na sua vantagem comparativa para que possam promover intervenções e serviços nutricionais. Atualmente, a prestação de serviços de nutrição tem sido executada há muito tempo no âmbito de um sector e precisa de ser melhor coordenada, resultando na implementação vertical de atividades por vários intervenientes com pouco ou nenhum impacto a nível familiar e comunitário. O PAN é uma ferramenta governamental para mobilizar recursos nutricionais integrados, padronizar, coordenar e melhorar a qualidade da prestação de serviços de nutrição que abordam o atraso no crescimento.

O Plano pretende ainda operacionalizar a implementação do Fome Zero (PAN-HAM-TIL/CNAP). O Decreto-Lei n.º 91/2022, de dezembro de 2022, criou a Unidade de Missão de Combate ao Raquitismo no Gabinete do Vice-Primeiro-Ministro. O atraso no crescimento, implementando as medidas nele previstas e contribuindo para os dados populacionais relativos às causas e consequências do atraso no crescimento. O Plano visa também mobilizar a população em geral, adotar comportamentos preventivos do atraso no crescimento, apoiar atividades de tratamento e mitigação do atraso no crescimento e assegurar a coordenação dos órgãos e serviços administrativos no combate ao atraso no crescimento e à desnutrição infantil.

Estou confiante de que neste momento todos estão conscientes de que a nutrição é uma questão transversal e requer uma abordagem multissetorial para abordar o atraso no crescimento e outras formas de desnutrição. Apelo, portanto, aos sectores público e privado; organizações da sociedade civil; líderes de tradição e fé; e parceiros de desenvolvimento para apoiar a implementação do PAN, garantindo que os seus programas e projetos estejam alinhados com ele para uma resposta unida com um propósito.

---

Mariano Assanami Sabino,  
**Vice-Primeiro Ministro e Ministro Coordenador  
Ministro dos Assuntos Sociais e Ministro do  
Desenvolvimento Rural e Habitação Comunitária e  
Presidente do CONSSAN-TL**

---

Francisco Kalbuadi Lay,  
**Vice-Primeiro-Ministro e Ministro Coordenador dos  
Assuntos Económicos e Ministro do Turismo e  
Ambiente**

## PREFÁCIO

Os distúrbios nutricionais continuam a ser uma crise silenciosa em Timor-Leste, apesar dos esforços do Governo e dos parceiros para melhorar a situação. Isto representa um sério desafio à consecução dos objetivos nacionais de crescimento e desenvolvimento, tal como estabelecidos nos ODS. Atualmente, 47 por cento das crianças com menos de 5 anos sofrem de subnutrição crónica (atrofia), 8,6 por cento têm desnutrição aguda (emaciação) e 32 por cento têm baixo peso. As doenças não transmissíveis relacionadas com a nutrição também contribuem silenciosamente para a elevada taxa de mortalidade no país. As deficiências de micronutrientes de vitamina A, ferro e iodo são igualmente elevadas e têm efeitos adversos a longo prazo na capacidade intelectual e física de um indivíduo e prejudicam o seu desempenho académico e profissional e a produtividade mais tarde na vida.

O Plano Nacional Multissetorial de Ação para a Nutrição (PAN) procura melhorar a resposta do Governo à crise de desnutrição, com grande ênfase no atraso no crescimento. A implementação do PAN será complementada com outros planos sectoriais específicos. Em última análise, responde ao abrangente Fome Zero (PN-HAM-TIL/ CNAP NFS) no Pilar 2 e complementa com os Pilares 1, 3 e 5. O Plano também especifica os requisitos institucionais e de recursos para uma implementação eficaz e descreve mais

detalhadamente os arranjos institucionais e o enquadramento, bem como os principais papéis e responsabilidades das partes interessadas na operacionalização do plano. O PAN proporcionou áreas prioritárias importantes a enfatizar nos primeiros dois anos, com uma cobertura superior a 80 por cento para resultados significativos, enquanto na fase dois promove a continuação e a aplicação da estrutura.

Espera-se que todas as partes interessadas na nutrição no país trabalhem em estreita colaboração com a Unidade de Missão no Gabinete do Vice-Primeiro-Ministro e utilizem este plano para orientar a conceção direta e a prestação de serviços com base nas prioridades delineadas neste plano de uma forma tentativa de acelerar a redução do atraso de crescimento. Como Diretores-Gerais de vários ministérios, trabalharemos em conjunto para cumprir a agenda do Governo de redução do atraso de crescimento. Juntamente com os nossos parceiros de implementação, comprometemos os nossos serviços a tornar a nutrição mais visível nos nossos programas e projetos. Mostrando o nosso empenho e união, assinamos conjuntamente o PAN:

---

Hermenegildo Augusto Cabral Pereira  
**Ministro da Presidência do Conselho de Ministros**

---

Sérgio de Jesus Fernandes da Costa Hornai  
**Ministro da Justiça**

---

Elia AA dos Reis Amaral  
**Ministra da Saúde**

---

Filipo Nino Pereira  
**Ministro do Comércio e Indústria**

---

Francisco da Costa Guterres  
**Ministro do Interior**

---

Samuel Marçal  
**Ministro das Obras Públicas**

---

Santina José Rodrigues F. Viegas Cardoso  
**Ministra das Finanças**

---

Tomás do Rosário Cabral  
**Ministro da Administração Estatal**

---

Dulce de Jesus Soares  
**Ministra da Educação**

---

Marcos da Cruz  
**Ministro da Agricultura, Pecuária, Pesca e Florestas**

---

Verónica das Dores  
**Ministra da Solidariedade Social e Inclusão**

---

Gastão Francisco de Sousa  
**Ministro do Planeamento e Investimento Estratégico**

## RECONHECIMENTO

---

O Gabinete do Vice-Primeiro Ministro, Ministro Coordenador dos Assuntos Sociais e Ministro do Desenvolvimento Rural e Habitação Comunitária, através da Unidade de Missão, liderou o desenvolvimento do Plano de Ação Nacional Multissetorial para a Nutrição (PAN). Isto foi feito através de um extenso processo de consulta multissetorial com altos funcionários governamentais de ministérios, partes interessadas a nível nacional, municipal e comunitário. As consultas tiveram como objetivo: analisar a situação nutricional prevalente no país; identificar questões-chave que requerem atenção especial durante a implementação de programas de nutrição, prestação de serviços e financiamento; e garantir a participação comunitária e a apropriação do PAN. As consultas também tiveram como objetivo garantir que as ações propostas sejam implementadas de forma holística, promovendo ao mesmo tempo o fortalecimento dos sistemas para a sustentabilidade.

Em nome do Gabinete do Vice-Primeiro-Ministro, Unidade de Missão, desejo agradecer sinceramente as grandes contribuições e esforços que todos fizeram na produção do Plano de Ação Nacional Multissetorial para a Nutrição. A liderança prestada pelos Diretores-Gerais de vários Ministérios e Departamentos proporcionou orientação e direção inclusivas, o que é amplamente reconhecido e demonstra a paixão que cada um de vós tem na luta para reduzir o atraso no crescimento. Agradecemos a todos os parceiros de desenvolvimento pelo seu apoio técnico e orientação esmagadora na definição do Plano para responder à Fome Zero. Agradecimentos especiais são extensivos a todos os que dedicaram os seus recursos ao processo de desenvolvimento do Plano e, especialmente, ao Governo de Timor-Leste, à UNICEF e a instituições individuais demasiado numerosas para serem mencionadas. Obrigado a todos.

---

Joel Maria Pereira  
Diretor Executivo da UNIMICS

## **ABREVIATURAS**

AIFAESA	Autoridade de Inspeção e Fiscalização da Atividade Económica, Sanitária e Alimentar
ASEAN	Associação das Nações do Sudeste Asiático
EBF	sobre Amamentação Exclusiva
DPI	Programa ampliado de desenvolvimento na
PES	primeira infância sobre imunização Iniciativa
IHAC	Hospital Amigo da Criança
CCFLS	Sessões de alimentação complementar lideradas pela comunidade
OSC	Organizações da sociedade civil
CLN	Centro Logística Nacional
CMAM	Gestão Comunitária da Desnutrição Aguda Plano de Ação Nacional
CNAP-NFS	Consolidado para a Nutrição e Segurança Alimentar Inquérito
DHS	Demográfico e de Saúde
DLI	Parceiros de desenvolvimento de
PDs	indicadores vinculados a desembolsos
DPI	Desenvolvimento na Primeira
UE	Infância União Europeia
FAO	Altura da promoção de monitoramento do
BPF	crescimento da Organização para Agricultura e
HAZ	Alimentação por Idade
CEI	Informação, Educação e Comunicação Ferro
SE UM	e Ácido Fólico
IHF	Agricultura Familiar Integrada Gestão Integrada da
IMAM	Desnutrição Aguda Grupo de Trabalho
IMTSA	Interministerial para Assuntos Sociais
IQTL	Instituto Qualidade Timor-Leste
CONSSAN-TL	Conselho Nacional de Segurança Alimentar, Soberania e Nutrição nos Países de Baixo
PBR	Rendimento de Timor-Leste
LOUCO	Dieta Mínima Aceitável Diversidade
MDD	Dietética Mínima Diversidade Dietética
MDD-W	Mínima para Mulheres Monitoramento e
M e E	Avaliação
MEC	Comitê Executivo Municipal Pesquisa de Cluster
MICROS	de Indicadores Múltiplos Nutrição Materna,
MIYCN	Infantil e Infantil Metas de Desenvolvimento do
ODM	Milênio
FMM	Frequência mínima das refeições
MMTG	Grupo Municipal Multissetorial de Referência Técnica Nutrição
MNSBS	Multissetorial Mudança Social e Comportamental Plano
SESTA	Nacional de Ação Multissetorial de Nutrição para o
N4G	Crescimento
ONGs	Organizações Não-Governamentais Grupo de Trabalho
NFS WG	sobre Segurança Alimentar e Nutricional Sistema de
NIM	Gestão de Informação Nutricional Pesquisas de
MICROS	Indicadores Multi-cluster
MMTCN	Comissão Técnica Multissetorial Municipal de Nutrição
NMTCN	Comissão Técnica Multissetorial Nacional de Nutrição
PNSP	Proteção Social Sensível à Nutrição

MUAC	Circunferência média do braço
PAN-HAM-TIL	Plano de Ação Nacional para Mulheres Grávidas e Lactantes Livres da Fome e da
PV	Desnutrição em Timor-Leste
PPP	Área de Resultados de Parcerias
RA	Público Privadas
RUSF	Pronto para usar alimentos complementares
SACO	para crianças em idade escolar
SBC	Desvio Padrão de Mudança Social
SD	e Comportamental
ODS	Objetivos de Desenvolvimento
SOL	Sustentável: Aumentar a Nutrição
TLDHS	Grupo de Trabalho Técnico sobre Política de
TLFNS	Segurança Alimentar e Nutricional de Timor-
GTT	Leste
TNP	Programa de Nutrição Direcionada
UN	das Nações Unidas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIMICOS	Unidade de Missão para o Combate ao <i>Acrobacias</i>
LAVAR	Água, Saneamento e Higiene Banco Mundial
<small>Banco Mundial</small>	
PMA	Programa Alimentar Mundial
Wha	Assembleia Mundial da Saúde
QUEM	Peso da Organização Mundial da
WHZ	Saúde para Altura Z-score Mulheres
WRA	em Idade Reprodutiva

## GLOSSÁRIO

**Adolescência:** Fase da vida humana em que se transita da infância para a idade adulta. É um período em que ocorrem mudanças físicas, psicológicas, hormonais e comportamentais significativas e oferece a segunda janela de oportunidade para crescimento e desenvolvimento.

**Adolescentes:** Pessoas com idade entre 10 e 19 anos. Aqueles com idade entre 10 e 14 anos são chamados de adolescentes jovens, enquanto aqueles com idade entre 15 e 19 anos são chamados de adolescentes mais velhos.

**Comida segura:** Existe quando todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico e económico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos que satisfaçam as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável.

**Segurança Nutricional:** Condição em que um indivíduo ou uma família tem acesso a alimentos nutritivos e diversificados que fornecem nutrientes em proporções adequadas para atender às necessidades do corpo, juntamente com serviços de saúde adequados, higiene adequada, ambiente sanitário e práticas de cuidados para garantir uma vida saudável e ativa para todos os membros da família. .

**Sistemas Alimentares:** Isto inclui todas as interações e intervenientes no ciclo da cadeia de valor alimentar (da produção ao consumo), incluindo fatores de produção e subprodutos dentro de todo o sistema, produção de alimentos, manipulação de alimentos, comercialização de alimentos, processamento de alimentos, marketing e comportamento do consumidor.

**Nutrição:** O processo pelo qual o corpo obtém e utiliza alimentos. É a ciência que interpreta a interação de nutrientes e outras substâncias nos alimentos em relação à manutenção, crescimento, reprodução, saúde e doença de um organismo.

**Nutrição ideal:** O consumo de alimentos em quantidade e qualidade suficientes para satisfazer as necessidades dietéticas de um indivíduo.

**Desnutrição:** Falta de nutrientes causada por ingestão alimentar inadequada. Abrange uma série de condições, incluindo desnutrição aguda, desnutrição crónica e deficiência de micronutrientes.

**Abaixo do peso:** Uma forma de desnutrição caracterizada por baixo peso para a idade

**Desnutrição Aguda Moderada:** Desnutrição indicada por baixo peso para altura/comprimento. Também conhecido como emagrecimento moderado (<-2 SD)

**Desnutrição Aguda Grave:** Desnutrição indicada por peso muito baixo para altura/comprimento, também conhecido como emaciação grave (<-3SD)

**Atrofiamento:** O crescimento prejudicado reflete-se numa criança que é demasiado baixa para a sua idade e é o resultado de desnutrição crónica ou recorrente e da incapacidade de atingir o seu potencial físico e cognitivo. O atraso no crescimento é um fator de risco que contribui para a mortalidade infantil e é também um marcador de desigualdades no desenvolvimento humano.

**Desnutrição Crónica Moderada:** Esta é uma forma de desnutrição; reflete crescimento retardado definido como baixa estatura/comprimento para a idade. Também conhecido como moderado (entre -3 e <-2 SD) desnutrição crónica grave, também conhecida como forma de desnutrição com atraso no crescimento grave (<-3 DP)

**Intervenções Sensíveis à Nutrição:** Estas são intervenções ou programas que abordam os determinantes subjacentes e básicos da desnutrição.

**Intervenções Específicas em Nutrição:** Estas são intervenções ou programas que abordam as causas imediatas da subnutrição, tais como a ingestão alimentar inadequada e algumas das causas subjacentes, como a alimentação.

**Vigilância Nutricional:** Isto refere-se à monitorização do estado de saúde, nutrição, comportamento alimentar e conhecimento nutricional da população para efeitos de planeamento e avaliação de políticas e programas de nutrição. Especialmente nos países de baixo rendimento, a monitorização pode incluir fatores que podem alertar precocemente sobre emergências nutricionais.

# 1. INTRODUÇÃO

O Governo de Timor-Leste dá prioridade à nutrição no seu Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) de 2011 a 2030. O PED orientou o desenvolvimento do Plano de Ação Nacional para um Timor-Leste Livre da Fome e da Desnutrição (PAN-HAM-TIL) e do Plano de Ação Nacional Consolidado para a Segurança Nutricional e Alimentar (CNAP-NFS). O PAN-HAM-TIL/CNAP-NFS é um quadro abrangente a partir do qual são elaborados os planos sectoriais. O Plano de Ação Nacional (PAN) 2024–2030 mantém o compromisso do Governo de eliminar o atraso no crescimento e, ao mesmo tempo, abordar todas as outras formas de desnutrição. O PAN foi informado pelo decreto-lei n.º 91/2022, de 22 de dezembro e pelos objetivos do PAN-HAM-TIL, alinhados com outros planos setoriais para galvanizar os esforços do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, Soberania e Nutrição em Timor-Leste (CONSSAN-TL). Lançado em 2010, o CONSSAN-TL visa acabar com a subnutrição e a insegurança alimentar, fortalecendo simultaneamente os sistemas governamentais para sustentar os ganhos obtidos.

Este Plano Nacional Multissetorial de Ação para a Nutrição (PAN 2024-2030) responde ao Pilar 2 do PAN-HAM-TIL 2014, que busca interromper o ciclo intergeracional de nanismo, priorizando a saúde e a nutrição de mulheres, adolescentes e crianças através de uma abordagem de ciclo de vida com foco particular nos primeiros 1.000 dias de vida para permitir que as crianças cresçam e se desenvolvam em todo o seu potencial. O PAN 2024 a 2030 também contribui para a promoção de meios de subsistência sustentados e resiliência através do acesso e consumo de dietas diversas entre grupos vulneráveis, ao mesmo tempo que gere o desperdício alimentar, conforme estipulado nos Pilares 1, 3 e 5 do PAN-HAM-TIL. O PAN pretende ainda servir como um quadro orientador para implementar com sucesso ações viáveis que facilitem a redução do atraso no crescimento, ao mesmo tempo que fortalecem abordagens multissetoriais coordenadas e ações integradas. Dado que a nutrição inadequada nos primeiros 1.000 dias de vida tem consequências irreversíveis e para toda a vida, também enfatiza a promoção de uma nutrição materna e infantil ótima em todos os objetivos estratégicos.

As consequências incluem problemas cognitivos e de desempenho educacional, baixos salários dos adultos, perda de produtividade e, quando acompanhados por

o ganho excessivo de peso mais tarde na infância, leva ao aumento do risco de doenças crónicas relacionadas com a nutrição.

Para enfrentar uma vasta gama de desafios que impedem as crianças de Timor-Leste de atingirem o seu potencial de crescimento e desenvolvimento, o plano centra-se em intervenções pré-natais e na primeira infância para prevenir falhas de crescimento e melhorar a sobrevivência e o desenvolvimento infantil. As intervenções delineadas incluem: início precoce da amamentação com amamentação exclusiva até os seis meses; promoção, proteção e apoio à continuação da amamentação juntamente com alimentação complementar adequada dos seis meses aos dois anos e além; acesso a alimentos diversos e nutritivos; suplementação de micronutrientes; alimentação complementar geral; comportamentos precoces de procura de saúde; água melhorada, identificação precoce de casos e cuidados/tratamento adequados de crianças com emaciação, nutrição materna, práticas de higiene e saneamento; educação materna; fortificação direcionada; Proteção Social Sensível à Nutrição; e Intensa mudança social e comportamental. Se implementadas em grande escala, essas intervenções podem acelerar de forma sustentável a redução do atraso no crescimento e de outras formas de subnutrição.

O Plano descreve as seguintes áreas de resultados principais com base nas estratégias e práticas orientadoras globais e regionais, incluindo as da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e da série Lancet: Nutrição na primeira infância; Nutrição do adolescente, Nutrição materna; Nutrição e cuidados a crianças com emaciação; Parcerias e governação para a nutrição; Nutrição proteção social sensível; e, Nutrição em sistemas alimentares. As principais áreas de resultados foram derivadas da análise dos resultados estratégicos do PAN-HAM-TIL/CNAP-NFS. O Plano enumera ações que podem ser bem compreendidas pelos sectores, níveis municipal, submunicipal e comunitário. A implementação do Plano ocorre através de uma abordagem harmonizada que aumenta a sinergia e as ligações entre vários programas.

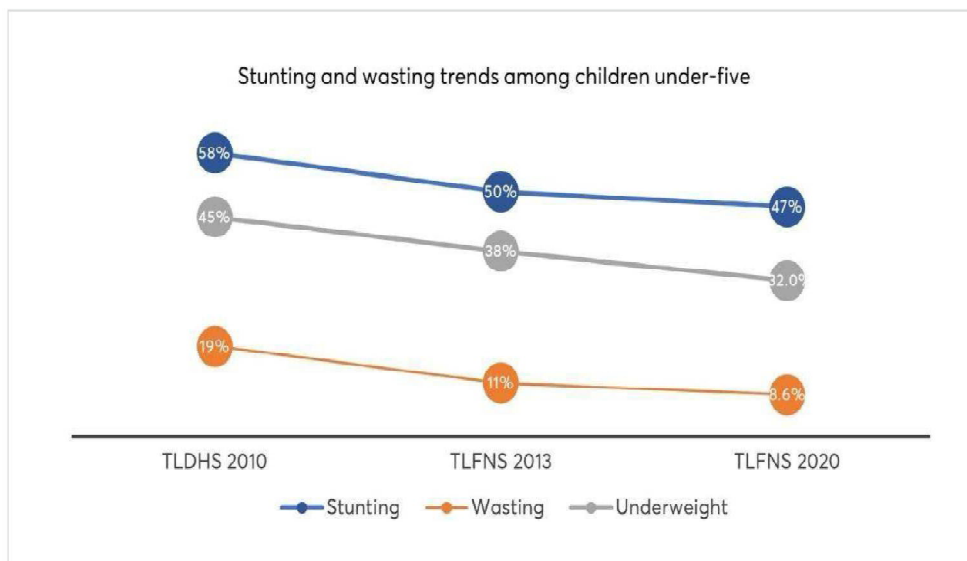
## 2. CONTEXTO EM TIMOR-LESTE

### 2.1 Situação nutricional

Timor-Leste fez progressos significativos na redução do atraso no crescimento ao longo dos anos, de 58 por cento em 2010 para 47 por cento em 2020 (TLDHS 2010 /TLFNS 2020). Da mesma forma, o desperdício diminuiu de 19 por cento em 2010 para 8,6 por cento em 2020 (Fig. 1). No entanto, apesar de registar tais avanços, o atraso no crescimento ainda é muito elevado de acordo com a classificação da Organização Mundial de Saúde (OMS) e superior à média regional asiática (22 por cento) e está entre os mais elevados do mundo. Além disso, a anemia entre crianças menores de 5 anos é de 63 por cento (TLFNS 2013) e é categorizada

como um grave problema de saúde pública (>40% de acordo com a OMS). No entanto, entre as mulheres em idade reprodutiva (15 a 49 anos), o número é igualmente elevado, 38,9 por cento (TLFNS 2013). A anemia nas mulheres está associada ao elevado risco de baixo peso à nascença (que em Timor-Leste é de 18,2 por cento) e subsequentemente coloca a criança em maior risco de nanismo se não for tratada nos primeiros 1000 dias de vida. Além disso, 18 por cento das raparigas adolescentes são magras (TLFNS), contribuindo para bebés com baixo peso à nascença durante a gravidez na adolescência, o que pode levar a um círculo vicioso de subnutrição.

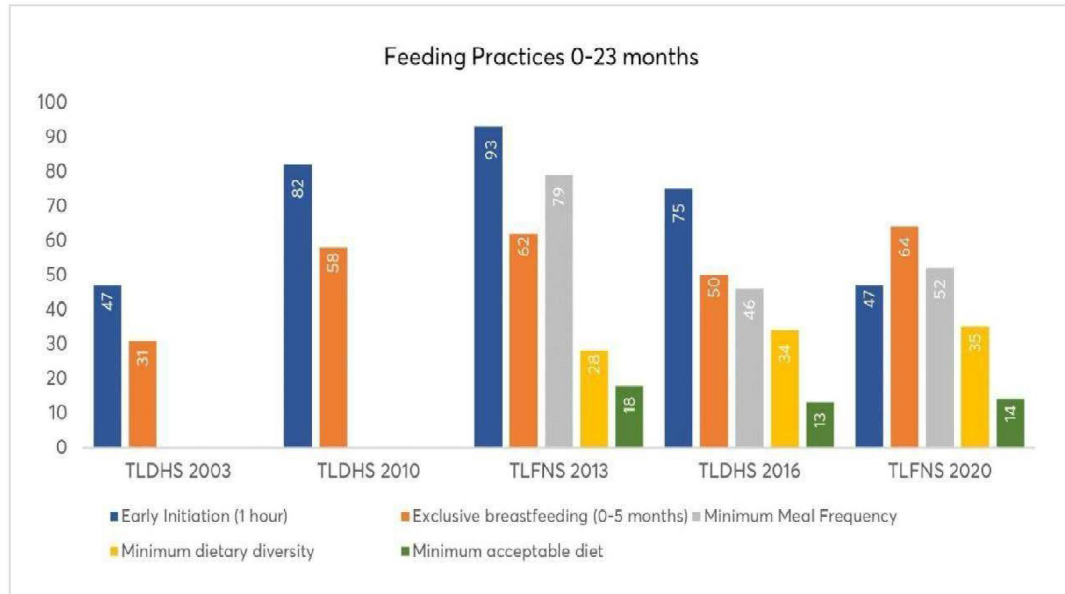
Figura 1: Tendências de atraso no crescimento e emaciação em Timor-Leste



A taxa de crianças com baixo peso diminuiu entre 2010 e 2020, de 45 por cento para 32 por cento, respetivamente; no entanto, foi registada uma prevalência mais elevada (37 por cento) entre as crianças de agregados familiares mais pobres, em comparação com os agregados familiares mais ricos (27 por cento). Da mesma forma, as mulheres com ensino superior além do ensino secundário tinham uma percentagem mais baixa de crianças com baixo peso (22 por cento) em comparação com aquelas sem escolaridade (35 por cento) (TLFNS, 2020). Da mesma forma, também foram registadas melhorias nas práticas de alimentação de bebés e crianças pequenas durante o mesmo período, por exemplo, o aleitamento materno exclusivo (AME).

entre crianças de 0 a 5 meses aumentou de 50 por cento em 2016 para 64 por cento em 2020. O Aleitamento Materno Exclusivo (AME) é maior entre as mulheres que vivem em áreas rurais, com 71 por cento, do que entre as mulheres em áreas urbanas, com 61 por cento, e mais baixa entre as mulheres mais ricas (57 por cento) do que entre as mulheres com rendimentos mais baixos (72 por cento).

Fig 2: Práticas de alimentação de bebês e crianças pequenas (2003 - 2020)



Também foram feitos progressos nas práticas de alimentação complementar entre bebês e crianças pequenas (6–23 meses) no cumprimento das dietas mínimas aceitáveis (MAD), na diversidade alimentar (MDD) e na frequência das refeições (MMF) (Fig. 2). Estes coincidiram com o declínio da desnutrição (Fig. 1) entre 2013 e 2020 (TLDHS). No entanto, as práticas alimentares ainda permanecem abaixo do ideal, com apenas 14 por cento cumprindo dietas mínimas aceitáveis (MAD) e 35 por cento das crianças cumprindo a diversidade alimentar mínima (TLFNS, 2020). Também foram registadas melhorias nas crianças pequenas, por exemplo: i) frequência das refeições de 48 por cento em 2016 para 52 por cento em 2020; ii) diversidade alimentar de 28 por cento para 35 por cento; e iii) dietas mínimas aceitáveis de 13 por cento em 2016 para 26 por cento em 2020.

O estado nutricional da mulher determina os resultados do parto (risco de baixo peso ao nascer, parto prematuro e retardo de crescimento intrauterino). As mulheres em idade reprodutiva (IMR) dos 15 aos 49 anos têm necessidades nutricionais aumentadas devido ao seu estado fisiológico e tornam-se mais vulneráveis se as suas necessidades alimentares não forem satisfeitas. A maioria das mulheres (65 por cento) atingiu a diversidade alimentar mínima (MDD– W), mas com disparidades dependendo da localização geográfica, com 65 por cento vivendo em áreas urbanas cumprindo o MDD em comparação com 58 por cento nas áreas rurais (TLFNS). Isto também está associado à riqueza e ao acesso a dietas nutritivas, que está comprometido entre as mulheres vulneráveis e com poucos recursos. Além disso, o Inquérito Alimentar e Nutricional de Timor-Leste de 2020 informou que, aproximadamente, 1 em cada 5 (19%)

mulheres em idade reprodutiva está subnutrida, com as mulheres mais jovens (15 – 19 anos) em maior risco em comparação com as mulheres mais velhas.

As deficiências de micronutrientes são igualmente um problema de saúde pública em Timor-Leste, com 3 em cada 5 (63 por cento) crianças dos 6 aos 59 meses com anemia (Hb <110g/L) (Provo, A., et al., 2017) e são maior entre crianças de 6 a 23 meses. Da mesma forma, a deficiência de vitamina A é de 8 por cento e é classificada como um problema ligeiro de saúde pública, de acordo com a classificação da OMS. A prevalência de anemia nas mães (Hb <120g/L) foi estimada em 39 por cento e classificada como moderada de acordo com a classificação da OMS.

O quadro conceptual da UNICEF sobre a desnutrição, a ingestão alimentar inadequada e o peso das doenças são causas imediatas da subnutrição. De acordo com o TLFNS2020, 15 por cento dos bebês e crianças pequenas sofreram de diarreia, 10 por cento de infeção respiratória aguda e 24 por cento apresentaram febre (duas semanas antes do inquérito). Episódios frequentes destas doenças estão associados a taxas mais elevadas de emaciação, muitas vezes levando ao atraso no crescimento. No entanto, Timor-Leste tem uma elevada cobertura de algumas intervenções de saúde e nutrição infantil e materna, por exemplo, a cobertura da vacinação contra o sarampo, da suplementação de vitamina A (VAS) e da desparasitação é de 86, 78 e 71 por cento, respetivamente. No entanto, a cobertura do pó de micronutrientes destinada a a melhoria da qualidade da alimentação complementar para crianças dos 6 aos 23 meses foi baixa, de 18 por cento. O acesso aos serviços pré-natais foi relatado como sendo de 64 por

cento para 4 a 7 consultas e 19 por cento relataram ter feito 8 ou mais consultas, TLFNS 2020. Os serviços de higiene e saneamento são limitados, com 60 por cento da população não tendo instalações para lavar as mãos com sabão, em comparação com 27 por cento (TLFNS, 2020) (Água, Saneamento e Higiene UNICEF, Setembro de 2022). Além disso, menos de metade (49 por cento) dos agregados familiares rurais têm acesso ao saneamento básico, em comparação com 74 por cento nos agregados familiares urbanos e 28 por cento dos agregados familiares rurais ainda praticam a defecação a céu aberto (TLFNS, 2020).

Estes podem levar a episódios frequentes de diarreia entre as crianças, levando à desnutrição/retardo de crescimento.

As disparidades na tomada de decisões sobre a atribuição de recursos devido a desequilíbrios de poder e às normas sociais de género ditam a distribuição de recursos, levando a um acesso desigual a alimentos nutritivos e a cuidados de saúde dentro de um agregado familiar. Estes desafios são exacerbados pela pobreza persistente, pela insegurança alimentar e nutricional crónica que conduz à subnutrição crónica entre as crianças, especialmente nos primeiros 1000 dias. Vários outros fatores que contribuem para esta situação complexa incluem: pobreza generalizada; desigualdade na educação; acesso aos serviços de saúde; choques/desastres naturais frequentes; fatores relacionados com o clima, como o El Niño, que levam ao agravamento da insegurança alimentar (ONU, 2018, Comissão para a Política de Desenvolvimento, 20.ª sessão plenária).

## **2.2 Resposta Nutricional**

O Governo de Timor-Leste está empenhado em melhorar o estado nutricional e o bem-estar da população em geral, especialmente das crianças dos 0 aos 23 meses, das mulheres grávidas e das mães lactantes, na tentativa de reduzir o atraso no crescimento. Para conseguir isto, Timor-Leste promoveu a implementação em larga escala de 13 intervenções nutricionais de elevado impacto e custo-eficácia em todo o país. A implementação destas intervenções está a produzir resultados na melhoria do estado nutricional das crianças, embora a um ritmo lento. A fim de acelerar a redução do atraso no crescimento, o Governo desenvolveu o PAN-HAM-TIL e o Plano de Ação Nacional Consolidado para a Segurança Nutricional e Alimentar (CNAP-NFS) com

objetivos claros em matéria de nutrição. Isto foi feito para melhorar a implementação da nutrição intervenções numa abordagem multisectorial através de sectores-chave, no entanto, apenas o Ministério da Saúde foi o ator mais visível, com funções e mandato claramente definidos, em comparação com outros sectores. Reunir sectores e outros intervenientes requer um ambiente favorável eficaz, especialmente: coordenação a todos os níveis; desenvolvimento de capacidades humanas; posicionamento da nutrição como uma área prioritária nos principais ministérios sectoriais e municipais com nutricionistas dedicados; e financiamento; e estabelecer ligações claras de plataformas de prestação de serviços desde o nível das unidades sanitárias até ao nível comunitário.

A criação da liderança de alto nível do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, Soberania e Nutrição (CONSSAN-TL) proporcionou uma oportunidade para fazer avançar a agenda nutricional. No entanto, a funcionalidade do CONSSAN-TL foi reduzida em 2015 (Provo, A., et al., 2017, CONSSAN-TL, 2014), devido a alguns desafios que levaram à coordenação do gabinete do Vice-Primeiro Ministro. A criação da Unidade de Missão para acabar com o atraso no crescimento no mesmo escritório apoiará, portanto, as funções do CONSSAN-TL e servirá como um catalisador para a implementação eficaz de intervenções nutricionais numa abordagem multisectorial, ao mesmo tempo que responsabilizará cada sector com base no seu mandato.

## 3. CONTEXTO DO PLANO DE AÇÃO NACIONAL DE NUTRIÇÃO

Este PAN é desenvolvido para operacionalizar o Fome Zero, CNAP-FNS e PAN-HAM-TIL com foco no Pilar 2 do plano, contribuindo ao mesmo tempo para os Pilares 1, 3 e 5.

### 3.1 Finalidade

O objetivo deste plano é apoiar a aceleração da redução do atraso no crescimento de 47 para <25 por cento, reforçando simultaneamente os sistemas de governação da nutrição.

### 3.2 Análise Estratégica

A análise foi realizada por meio de: desk review; consultas e entrevistas com informantes-chave com partes interessadas a nível nacional, municipal e comunitário. Foram identificados vários pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças, conforme apresentado abaixo:

#### 3.2.1 Pontos fortes

A inclusão da nutrição na Agenda Nacional de Desenvolvimento e o desenvolvimento de um plano de ação abrangente PAN-HAM-TIL/CNAP complementado por planos sectoriais demonstram o compromisso e o esforço do governo para enfrentar os desafios nutricionais. Os planos fornecem orientações para a programação nutricional dentro e entre sectores.

#### 3.2.2 Fraquezas

Existem vários planos de alto nível sobre nutrição, sem uma Política Nacional Multissetorial de Nutrição abrangente para fornecer orientação aos setores e partes interessadas sobre a programação nutricional. A implementação de intervenções nutricionais é vertical e não está harmonizada com a responsabilização por sectores. As abordagens de mudança social e comportamental são limitadas, com grande enfoque no sector da saúde. Há uma ligação limitada ao programa para fornecer cuidados contínuos de nutrição desde o estabelecimento até ao nível comunitário.

#### 3.2.3 Oportunidades

A existência do Grupo de Trabalho Interministerial para os Assuntos Sociais (IMTSA) e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, Soberania e Nutrição em Timor (CONSSAN-TL) que fornece políticas

liderança. A criação da Unidade de Missão para combater o atraso no crescimento pelo Conselho de Ministros para liderar e fornecer liderança técnica em nutrição melhora um ambiente favorável eficaz. A presença de parceiros doadores, OSC, ONU, entre outros, é fundamental para apoiar a nutrição e é uma oportunidade para avançar a operacionalização prática de intervenções nutricionais em grande escala.

#### 3.2.4 Ameaças

Desastres naturais devido ao clima, como inundações, secas e outras pandemias de saúde pública que afetam a segurança alimentar e nutricional, incluindo a prestação de serviços de saúde. As plataformas comunitárias limitadas para realizar intervenções nutricionais a nível comunitário comprometerão os ganhos sustentáveis e a apropriação comunitária. Prioridades concorrentes tanto do governo como dos parceiros de desenvolvimento podem afetar o financiamento e a implementação de intervenções. A ausência de um gabinete de coordenação institucionalizado afetará a supervisão, harmonização, alavancagem de recursos e sustentabilidade dos programas de nutrição em todos os sectores.

## 4. VISÃO, META, MISSÃO, RESULTADOS E OBJETIVOS DO NAP

### 4.1 Visão

A Uma população futura bem nutrida que cresça e se desenvolva ao máximo para contribuir eficazmente para o crescimento económico e a prosperidade de Timor-Leste.

### 4.2. Objetivo

Alcançar a nutrição ideal para todas as crianças de 0 a 23 meses e mulheres em idade reprodutiva.

### 4.2 Outcomes

Os resultados estratégicos esperados a serem alcançados até 2030 são:

- Reduzir a percentagem de crianças menores de 5 anos com atraso no crescimento de 47% para menos de 25%
- Reduzir a taxa de anemia entre as crianças em menos de 40%
- Reduzir a taxa de anemia entre as mulheres em idade reprodutiva para menos de 20%
- Aumentar a taxa de amamentação exclusiva nos primeiros 6 meses para mais de 80%
- Aumentar a taxa de crianças que atingem a Dieta Mínima Aceitável para 40%
- Melhorar da programação e coordenação multissetorial da nutrição, financiamento, implementação e responsabilização

### 4.3 Objetivo geral

O objetivo geral é estabelecer uma base sólida e sustentável para a redução do atraso no crescimento em Timor-Leste.

### 4.4 Objetivo estratégicos

Os objetivos estratégicos do NAP são:

- I. Prevenir a desnutrição com ênfase no atraso de crescimento.
- II. Prevenir deficiências de micronutrientes entre grupos vulneráveis.
- III. Promover a prevenção, tratamento e gestão da desnutrição aguda entre crianças menores de cinco anos, mulheres grávidas e lactantes.
- IV. Promover intervenções de mudança de comportamento social para melhorar a nutrição ideal.
- V. Melhorar os programas de Proteção Social Sensível à Nutrição.
- VI. Melhorar o estado nutricional de crianças em idade escolar e adolescentes para um crescimento e desenvolvimento ótimos.
- VII. Advogar para uma dieta saudável e nutritiva dentro dos sistemas alimentares que promovem a Nutrição Materna, Infantil e de Jovens.
- VIII. Melhorar a Nutrição Sensível à Água, Saneamento e Higiene nos programas de Nutrição e WASH.
- IX. Melhorar a entrega de intervenções nutricionais durante emergências.
- X. Fortalecer e criar um ambiente favorável para a implementação eficaz de serviços e programas de nutrição que construam resiliência nacional, comunitária e familiar.
- XI. Fortalecer o Monitoramento, Avaliação, Responsabilidade, Pesquisa e Aprendizagem.

CAIXA 1: PRINCIPAIS ASPIRAÇÕES DO PAN (2024-2030)

O PAN pretende alcançar o seguinte:

- Guiar a implementação de intervenções baseadas em evidências e de alto impacto para melhorias sustentáveis no estado nutricional de lactentes, crianças pequenas, mulheres grávidas e lactantes, com foco nos 1000 dias, incluindo adolescentes e mulheres em idade reprodutiva. Promover a adoção de práticas nutricionais ótimas que melhorem o crescimento linear e o desenvolvimento de crianças menores de 2 anos para que alcancem seu pleno potencial. Aumentar o acesso aos principais serviços de nutrição, ampliando e expandindo a cobertura, incluindo os suprimentos.
- Advogar pela institucionalização de um escritório de coordenação de nutrição como parte dos sistemas governamentais para a sustentabilidade.
- Mobilizar recursos, apoiar parcerias e focar em intervenções com objetivos compartilhados.
- Fortalecer a capacidade institucional e setorial para a prestação eficaz de serviços de nutrição em todos os níveis.
- Promover a geração de evidências, pesquisas e compartilhamento de informações sobre as melhores práticas em nutrição

As principais áreas estratégicas de investimento previstas no âmbito de cada objetivo estratégico irão enfatizar intervenções de elevado impacto conhecidas por reduzirem a subnutrição a curto e longo prazo. As áreas prioritárias foram cuidadosamente selecionadas com base nas lacunas existentes na nutrição materna e infantil, especialmente nos primeiros 1000 dias de vida, e estão alinhadas com a aspiração do CNAP-NFS de atingir menos de 25% de atraso no crescimento até 2030.

QUADRO 2: CLASSIFICAÇÃO DA AÇÃO NUTRICIONAL

- 1. Direto** intervenções nutricionais no setor da saúde
- Suplementação de micronutrientes materno-infantil
  - Suplementação alimentar materno-infantil
  - Apoio para o início precoce da amamentação
  - Promoção e apoio à amamentação exclusiva e continuada
  - Promoção de práticas de alimentação complementar adequadas à idade
  - Gestão da desnutrição aguda moderada e grave
  - Tratamento de anemia

**Indireto** intervenções nutricionais no setor da saúde

- Estratégias de prevenção e gestão de doenças, especialmente para diarreia

**3. Outras intervenções sectoriais** **Diretamente** afetando a nutrição

- Fortificação de alimentos básicos
- Intervenções nutricionais nas escolas, incluindo alimentação escolar e educação nutricional
- Mensagens em massa e nas redes sociais para melhorar a nutrição
- Promoção de produtos adequados à idade
- alimentação complementar em programas d

**4. Outras intervenções sectoriais** **Diretamente** afetando a nutrição

- Segurança alimentar familiar
- Estratégias de alívio da pobreza
- Empoderamento das mulheres
- Estimulação infantil precoce
- Intervenções de água, saneamento e higiene
- Saúde e nutrição escolar

Estes definirão a implementação de ações de nutrição de alto impacto ao nível mais baixo, por parte dos prestadores de cuidados, famílias, comunidades e prestadores de serviços, para melhorar a nutrição das mulheres e das crianças e acelerar a redução do atraso no crescimento, com foco nos 1000 dias, conforme promovido pela série Lancet.

**QUADRO 3: INTERVENÇÕES NUTRICIONAIS COM ALTO IMPACTO QUANDO AUMENTADAS PARA COBERTURA TOTAL**

**1. Reduções na mortalidade infantil com cobertura total**

- Intervenções infantis que reduzem a mortalidade infantil
- Promoção da amamentação
- Suplementação de vitamina A
- Suplementação de zinco
- Tratamento da desnutrição aguda moderada e grave
- Promoção/suplementação de alimentação complementar
- Intervenções maternas que reduzem a mortalidade infantil
- Suplementação energética/proteica
- Suplementação de múltiplos micronutrientes

**2. Reduções na mortalidade materna com cobertura total**

- Suplementação de ferro e ácido fólico

**3. Reduções no atraso no crescimento infantil com cobertura total**

- Suplementação de zinco
- Promoção/suplementação de alimentação complementar
- Promoção de higiene

Adaptado de Horton, et al. 2009.

**Objetivo Estratégico 4.5.1: Prevenir a subnutrição com ênfase no atraso no crescimento**

**Área de Resultados 1:** Melhor nutrição na primeira infância; isto incluirá o reforço da programação nacional para prevenir a subnutrição nos primeiros dois anos de vida, nomeadamente, o atraso no crescimento, a emaciação, o baixo peso e as deficiências de micronutrientes, com foco na Nutrição Materna, Infantil e Infantil (MIYCN).

A nutrição adequada antes, durante e depois da gravidez é, portanto, crítica para o crescimento e desenvolvimento linear da criança. Uma nutrição materna abaixo do ideal na concepção pode resultar em anemia e comprometimento do estado nutricional da mãe, o que pode resultar em resultados adversos no nascimento, como comprometimento do crescimento fetal, defeitos congênitos de nascimento, incluindo espinha bífida e síndrome de deficiência congênita de iodo. A promoção de uma nutrição ideal durante os primeiros 1000 dias de vida é fundamental para reduzir o atraso no crescimento. As duas fases de vulnerabilidade nutricional das mulheres ajudarão a prevenir a subnutrição nas mulheres, o baixo peso à nascença nos recém-nascidos e a nutrição ideal para o bebé.

**CAIXA 4: RESULTADOS SUB-ESTRATÉGICOS A ATINGIR ATÉ 2024-2030**

1. Aumento da taxa de recém-nascidos que iniciam a amamentação dentro de uma hora após o nascimento, de 47 para mais de 70 por cento.
2. Aumento da taxa de crianças amamentadas exclusivamente de 64 para mais de 70 por cento nos primeiros 6 meses.
3. Aumento da taxa de crianças dos 6 aos 23 meses que cumprem a dieta mínima aceitável em 14 a 40 por cento.

Para alcançá-los, serão promovidas as seguintes estratégias:

**Estratégia 4.5.1.1: Promover uma nutrição ideal para mães, bebês e crianças pequenas**



**Ações**

- a. Desenvolver/revisar o manual de formação sobre MIYCN para integrar pacotes de estimulação precoce, nutrição e aconselhamento nutricional para plataformas comunitárias e de instalações, incluindo material IEC para incorporar questões emergentes.
- b. Realizar a sensibilização da comunidade sobre a
- c. nutrição materna ideal utilizando vários canais
- d. Fortalecer e ampliar grupos comunitários de mães para a realização de intervenções MIYCN.
- e. Desenvolver/Revisar estratégia/plano de nutrição para adolescentes.
- f. Facilitar a integração do MIYCN noutros planos
- g. sectoriais, como a agricultura.
- h. Realizar análises de lacunas nos planos e estratégias sectoriais para identificar lacunas no MIYCN e desenvolver a sua capacidade para prestar serviços de nutrição de forma eficaz.
- i. Garantir alimentação e cuidados ideais para mães, bebês e crianças pequenas com necessidades especiais condições médicas são entregues.
- j. Fortalecer o MIYCN entre instalações e
- k. plataforma comunitária para garantir cuidados contínuos e apoio à sustentabilidade, ligando-se a outros sectores e intervenientes que trabalham a nível comunitário.

- l. Garantir sessões de aconselhamento nutricional para mães e cuidadores utilizando plataformas de prestação de serviços existentes, tais como monitorização e promoção do crescimento, clínicas pós-natais e pré-natais e plataformas comunitárias.
- m. Monitorizar a implementação de intervenções MIYCN em todos os sectores baseados em plataformas de prestação de serviços, mediante mandato.
- n. Capacitar os extensionistas para fornecer MIYCN ao nível da aldeia.
- o. Reforçar a coordenação entre o coordenador de nutrição e o extensionista para garantir a complementaridade.

**Estratégia 4.5.1.2: Promover práticas de estimulação, nutrição e cuidado antes, durante e depois da gravidez**



**Ações**

- a. Rever os pacotes de formação em nutrição para integrar a estimulação precoce e a nutrição e outras intervenções sensíveis à nutrição para diferentes pontos de prestação de serviços, incluindo no atendimento ao paciente.
- b. Implementar o pacote revisto de nutrição integrada, estimulação precoce e nutrição através da formação de prestadores de serviços (saúde, agricultura, género, educação e outros trabalhadores comunitários).

- c. Desenvolver e disseminar mensagens específicas de nutrição, estimulação, carinho e cuidado para todas as plataformas.
- d. Facilitar o desenvolvimento/revisão do pacote de formação em nutrição para pré-escolas/centros de Desenvolvimento da Primeira Infância (DPI) para incluir estimulação, carinho e cuidado
- e. Vincular crianças de 3 a 5 anos a pré-escolas para aprendizagem e desenvolvimento precoce.

**Estratégia 4.5.1.3: Promover a alimentação complementar adequada à idade ideal e a amamentação contínua para bebés e crianças pequenas com idades compreendidas entre os 6 e os 23 meses**



**Ações**

- a. Desenvolver manuais de Sessões de Alimentação e Aprendizagem Complementares (CCFLS) lideradas pela comunidade e prestadores de serviços de formação.
- b. Integrar (CCFLS) nas atividades dos grupos comunitários de mães.
- d. Realizar monitoramento e orientação contínuos aos prestadores de serviços.
- e. Facilitar a revisão/desenvolvimento, impressão e divulgação de materiais apropriados à idade orientações sobre alimentação complementar.
- f. Sensibilizar a população em geral sobre a alimentação complementar adequada à idade, através de vários canais, incluindo rádios e TVs.
- g. Facilitar o fornecimento de alimentação complementar geral (disponível localmente) para crianças de 6 a 24 meses, mulheres grávidas e mães lactantes de crianças de 0 a 6 meses.
- h. Realizar chás de bebé para recém-nascidos
- i. para promover a amamentação exclusiva e mobilizar o apoio das comunidades para apoiar a mãe.
- j. Apoiar o estabelecimento de estruturas comunitárias, capacitar os trabalhadores comunitários e voluntários para a prestação eficaz de sessões de alimentação complementar adequadas na comunidade.
- k. Realizar chás de bebê comunitários para promover a alimentação complementar ideal e a amamentação contínua dos 6 aos 23 meses e além.

**Estratégia 4.5.1.4: Promover o envolvimento masculino e abordar questões de género e socioculturais que afetam as práticas ideais de MIYCN**



**Ações**

- a. Facilitar a mobilização das comunidades e da população em geral para promover intervenções de Mudança Social e Comportamental (SBC) que abordem questões de género e socioculturais que afetam a MIYCN.
- b. Realizar campanhas de sensibilização sobre a importância do empoderamento das mulheres na melhoria dos resultados nutricionais.
- c. Conceber, produzir e divulgar mensagens educativas no MIYCN destinadas a quebrar barreiras culturais à nutrição.
- d. Facilitar a identificação de defensores a diferentes níveis para promover e quebrar barreiras culturais à participação dos homens na programação nutricional.

**Estratégia 4.5.1.5: Fortalecer e institucionalizar a implementação da iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC) e aplicação de instrumentos legais**



**Ações**

- l. Defesa da institucionalização e ampliação da Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC) nos serviços de saúde e nas comunidades.
- m. Garantir a avaliação e certificação das unidades de saúde como hospitais/instalações de saúde BF.
- n. Aplicar o código de comercialização de substitutos do leite materno.
- o. Monitorar a adesão ao Código de Comercialização de Substitutos do Leite Materno, inclusive durante emergências.
- p. Advogar para a revisão da lei de proteção à maternidade para aumentar a licença maternidade.
- q. Realizar sessões de educação cívica em todos os níveis, incluindo indústrias e empresas, sobre o código de comercialização de substitutos do leite materno.
- r. Orientar as diversas partes interessadas, incluindo os meios de comunicação social e a sociedade civil, sobre o código de comercialização dos substitutos do leite materno.

- c. Desenvolver e disseminar mensagens específicas de nutrição, estimulação, carinho e cuidado para todas as plataformas.
- d. Facilitar o desenvolvimento/revisão do pacote de formação em nutrição para pré-escolas/centros de Desenvolvimento da Primeira Infância (DPI) para incluir estimulação, carinho e cuidado
- e. Vincular crianças de 3 a 5 anos a pré-escolas para aprendizagem e desenvolvimento precoce.

**Estratégia 4.5.1.3: Promover a alimentação complementar adequada à idade ideal e a amamentação contínua para bebés e crianças pequenas com idades compreendidas entre os 6 e os 23 meses**



**Ações**

- a. Desenvolver manuais de Sessões de Alimentação e Aprendizagem Complementares (CCFLS) lideradas pela comunidade e prestadores de serviços de formação.
- b. Integrar (CCFLS) nas atividades dos grupos comunitários de mães.
- c. Realizar monitoramento e orientação contínuos aos prestadores de serviços.
- e. Facilitar a revisão/desenvolvimento, impressão e divulgação de materiais apropriados à idade orientações sobre alimentação complementar.
- f. Sensibilizar a população em geral sobre a alimentação complementar adequada à idade, através de vários canais, incluindo rádios e TVs.
- g. Facilitar o fornecimento de alimentação complementar geral (disponível localmente) para crianças de 6 a 24 meses, mulheres grávidas e mães lactantes de crianças de 0 a 6 meses.
- h. Realizar chás de bebé para recém-nascidos
- i. para promover a amamentação exclusiva e mobilizar o apoio das comunidades para apoiar a mãe.
- j. Apoiar o estabelecimento de estruturas comunitárias, capacitar os trabalhadores comunitários e voluntários para a prestação eficaz de sessões de alimentação complementar adequadas na comunidade.
- k. Realizar chás de bebé comunitários para promover a alimentação complementar ideal e a amamentação contínua dos 6 aos 23 meses e além.

**Estratégia 4.5.1.4: Promover o envolvimento masculino e abordar questões de género e socioculturais que afetam as práticas ideais de MIYCN**



**Ações**

- a. Facilitar a mobilização das comunidades e da população em geral para promover intervenções de Mudança Social e Comportamental (SBC) que abordem questões de género e socioculturais que afetam a MIYCN.
- b. Realizar campanhas de sensibilização sobre a importância do empoderamento das mulheres na melhoria dos resultados nutricionais.
- c. Conceber, produzir e divulgar mensagens educativas no MIYCN destinadas a quebrar barreiras culturais à nutrição.
- d. Facilitar a identificação de defensores a diferentes níveis para promover e quebrar barreiras culturais à participação dos homens na programação nutricional.

**Estratégia 4.5.1.5: Fortalecer e institucionalizar a implementação da iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC) e aplicação de instrumentos legais**



**Ações**

- l. Defesa da institucionalização e ampliação da Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC) nos serviços de saúde e nas comunidades.
- m. Garantir a avaliação e certificação das unidades de saúde como hospitais/instalações de saúde BF.
- n. Aplicar o código de comercialização de substitutos do leite materno.
- o. Monitorar a adesão ao Código de Comercialização de Substitutos do Leite Materno, inclusive durante emergências.
- p. Advogar para a revisão da lei de proteção à maternidade para aumentar a licença maternidade.
- q. Realizar sessões de educação cívica em todos os níveis, incluindo indústrias e empresas, sobre o código de comercialização de substitutos do leite materno.
- r. Orientar as diversas partes interessadas, incluindo os meios de comunicação social e a sociedade civil, sobre o código de comercialização dos substitutos do leite materno.

### Objetivo Estratégico 4.5.2: Prevenir deficiências de micronutrientes entre grupos vulneráveis

As deficiências de micronutrientes continuam a ser um problema de saúde pública devido à baixa ingestão de ferro, ácido fólico, vitaminas A e B, iodo, zinco e outros minerais. A falta de diversidade alimentar agrava o problema e requer uma abordagem holística para o resolver. O problema é mais significativo entre crianças menores de 5 anos, mães grávidas e lactantes e mulheres em idade reprodutiva.

A fortificação de alimentos foi identificada como uma das estratégias mais rentáveis para aumentar o acesso a micronutrientes essenciais. Em Timor-Leste, os quadros legais para a fortificação de alimentos básicos, incluindo a iodização do sal, não foram aplicados. Este objetivo estratégico visa abordar as deficiências de micronutrientes através de múltiplas estratégias e intervenções;

**Área de Resultados 2:** Promoção de micronutrientes; isto garantirá que sejam promovidas intervenções em micronutrientes (curto, médio e longo prazo) para reduzir as deficiências, com foco nas crianças e mulheres em idade reprodutiva.

#### Estratégia 4.5.2.1: Promover a fortificação de alimentos.



##### Ações

- a. Defenda a fortificação de alimentos comumente consumidos, como arroz, açúcar, óleo de cozinha, farinha, incluindo a iodização do sal.
- b. Monitorizar a qualidade e segurança dos alimentos produzidos localmente e importados para cumprir os padrões nacionais de fortificação.
- c. Desenvolver padrões para fortificação de alimentos.
- d. Realizar campanhas de sensibilização para comerciantes e indústrias alimentares sobre as normas alimentares.
- e. Formar agentes e monitores de saúde portuária na monitorização da qualidade dos alimentos importados e dos alimentos fortificados no país.
- f. Desenvolver logotipo de fortificação para uso pelas indústrias.
- g. Defende a fortificação obrigatória de alimentos básicos amplamente consumidos, incluindo a iodização do sal.
- h. Desenvolva políticas, padrões e regulamentos para rotulagem, marketing e tributação de alimentos.
- i. Aplicação da fortificação obrigatória.
- j. Fortalecer as parcerias público-privadas para a fortificação de alimentos e a iodização do sal através da criação da Aliança Nacional de Fortificação.

#### Estratégia 4.5.2.2: Promover a suplementação de micronutrientes.



##### Atividades

- a. Ampliar e ampliar suplementos de múltiplos micronutrientes entre mulheres grávidas em todas as unidades de saúde.
- b. Advogar para a ampliação de suplementos de múltiplos micronutrientes para mulheres grávidas e de múltiplos micronutrientes em pó para crianças de 6 a 23 meses.
- c. Aumente a suplementação de ferro-folato entre escolas e

meninas adolescentes e mulheres em idade reprodutiva usando diversas plataformas, como comunidades.

- d. Fornecimento de suplementos de vitamina A e desparasitação entre crianças menores de 5 anos utilizando diversas plataformas, tais como (campanhas, unidades de saúde, centros de DPI).
- e. Advogar para a integração da suplementação de micronutrientes com outros programas/ intervenções de saúde pública que tenham um impacto positivo no estado nutricional de crianças com menos de 5 anos, ou seja, Programa Alargado de Vacinação (PAV), desparasitação e água, higiene e saneamento.

#### Estratégia 4.5.2.3: Promover a Diversidade Alimentar

- a. Conduzir a mobilização da população em geral sobre o armazenamento, processamento, preparação e utilização recomendados de alimentos.
- b. Aumentar a acessibilidade local e a utilização de alimentos biofortificados.
- c. Advogar para a produção de culturas e pecuária diversificadas (incluindo culturas indígenas de alto valor nutritivo, peixes; animais como aves, pequenos ruminantes e animais produtores de leite para uma nutrição melhorada).
- d. Realizar campanhas de mobilização sobre a importância de consumir uma alimentação diversificada e baseada em todos os grupos alimentares disponíveis localmente e no contexto.
- e. Realizar demonstrações culinárias para promover a diversidade alimentar para melhorar a nutrição.
- f. Ampliar a IHF em todas as comunidades para uma nutrição ideal.
- g. Divulgar e reforçar a capacidade dos prestadores de serviços, incluindo voluntários comunitários, na utilização de diretrizes dietéticas para melhorar as práticas alimentares para reduzir o atraso no crescimento e outras formas de desnutrição.

**Objetivo Estratégico 4.5.3: Promover a prevenção, tratamento e gestão da desnutrição aguda entre crianças menores de cinco anos, mulheres grávidas e lactantes.**

**Área de Resultados 3:** Nutrição e cuidados a crianças com emaciação; isto incluirá o fortalecimento dos sistemas governamentais de saúde na prevenção da morbidade e mortalidade devido à desnutrição aguda. Centrar-se-á no reforço dos sistemas para o tratamento e gestão eficazes da desnutrição aguda.

O tratamento e a gestão da desnutrição aguda são uma intervenção que salva-vidas ao longo do ciclo de vida. O Governo adotou a CMAM/IMAM como estratégia para a gestão da desnutrição aguda para aumentar o acesso, a cobertura, a deteção precoce e a gestão atempada da desnutrição aguda entre as crianças. Para atingir este objetivo, o PAN dá ênfase à qualidade dos serviços, deteção precoce de casos, encaminhamento e gestão.

**QUADRO 5: SERVIÇOS PRIORITÁRIOS PARA FORTALECER O TRATAMENTO DA DESNUTRIÇÃO AGUDA**

1. Atualizar o CMAM/IMAM para se alinhar com as diretrizes da OMS de 2023.
2. Ampliação dos serviços CMAM/IMAM em todo o país.
3. Ampliar atividades que promovam a identificação precoce de casos.
4. Reforçar a gestão da cadeia de abastecimento, a logística, as ligações e os mecanismos de referência para o cuidado contínuo das crianças com subnutrição até ao nível comunitário, incluindo os centros de desenvolvimento da primeira infância.
5. Estabelecer/reforçar o sistema de ligação e acompanhamento para pacientes IMAM que receberam alta ou em maior risco para programas de subsistência.
6. Garantir que todos os centros de tratamento tenham materiais de estimulação e carinho e espaços para as crianças brincarem.

**Estratégia 4.5.3.1: Reforçar a implementação do CMAM/IMAM através de uma abordagem de ciclo de vida para garantir a qualidade dos serviços.**



**Ações**

- a. Advogar para e garantir a disponibilidade de equipamentos antropométricos/nutricionais em todas as instalações.
- b. Advogar para a necessidade de fornecimentos nutricionais para a gestão da desnutrição aguda em todas as unidades de saúde.
- c. Adquirir e distribuir alimentos suplementares prontos a usar (RUSF) para a gestão da desnutrição moderada, em conformidade com as novas diretrizes da OMS.
- d. Fazer pressão para a disponibilização de espaço adequado para armazenamento dos produtos nutricionais.
- e. Certifique-se de que o monitoramento regular do crescimento esteja ocorrendo conforme o cronograma.
- f. Garantir que seja criada a capacidade necessária na gestão da desnutrição aguda para garantir a qualidade dos serviços.
- g. Apoiar a criação de ligações entre as instalações e a plataforma comunitária, incluindo programas de subsistência para cuidados contínuos e deteção precoce de casos.
- h. Vincular indivíduos que receberam alta, curados e em maior risco de programas de tratamento
- f. à proteção social e a outros programas de subsistência.
- g. eu. Advogar para a inclusão de produtos nutricionais na lista de produtos essenciais do Ministério da Saúde para a sustentabilidade.
- h. Advogar para a criação de um prémio em cada hospital municipal para a gestão atempada da desnutrição aguda grave em crianças com complicações.
- i. Advogar pela atualização do currículo de nutrição para profissionais de formação inicial e paramédicos.
- j. Fazer pressão para a expansão dos serviços de Gestão Integrada da Desnutrição Aguda (IMAM/ CMAM) em todas as unidades de saúde e comunidades dos municípios.
- k. Facilitar a capacitação de voluntários e cuidadores ou cuidadores comunitários para identificação precoce de casos e encaminhamento usando a família Circunferência média do braço (MUAC).
- l. Advogar para a inclusão de produtos nutricionais no sistema de informação de gestão logística do Ministério da Saúde para monitorização em tempo real.
- m. Advogar para a criação de um espaço de recreação seguro para crianças desnutridas em centros de tratamento.

**Objetivo Estratégico 4.5.4: Promover o comportamento social, alterar as intervenções para melhorar a nutrição ideal**

A Mudança Social e Comportamental (SBC) é fundamental para promover mudanças positivas. Um MSC bem concebido pode desencadear mudanças no estado nutricional a nível individual, familiar, comunitário e nacional. Facilita uma mudança no ambiente político e mudanças nos conhecimentos, atitudes, práticas, normas, crenças e ações, que são fundamentais para alcançar resultados nutricionais sustentáveis. O PAN deverá, portanto, promover abordagens multissetoriais de mudança social e comportamental (MSC) através de diferentes plataformas. Este objetivo estratégico visa promover uma combinação de educação nutricional e outras intervenções de mudança de comportamento social que facilitem mudanças sociais e mensuráveis para melhorar a aceitação de intervenções nutricionais, de água, saneamento e higiene (WASH) ideais, entre outras.

**Área de Resultados 4:** Mudança Social e Comportamental; isto garantirá que a SBC melhore a absorção de conhecimentos, altitude e práticas sobre nutrição e práticas de saúde.

**Estratégia 4.5.4.1: Facilitar o aumento de conhecimentos e competências para promover a adoção de normas e práticas positivas para melhorar os resultados nutricionais.**



**Ações**

- a. Desenvolver uma estratégia multissetorial de MSC e de advocacia.
- b. Rever e desenvolver um material de comunicação nacional harmonizado (cartões de aconselhamento, IEC, materiais de apoio para diferentes plataformas de prestação de serviços) para alinhar com questões emergentes.
- c. Rever/Desenvolver um folheto padronizado com mensagens chave sobre nutrição para utilização por diferentes prestadores de serviços comunitários.
- d. Facilitar a popularização de livros de receitas específicos para cada idade, para utilização pelos agregados familiares, pelas comunidades e pela população em geral, como ferramenta para acabar com o atraso no crescimento.
- e. Desenvolver e transmitir mensagens nutricionais com foco no atraso no crescimento, utilizando diferentes canais de comunicação.
- f. Institucionalização de grupos de apoio às mães em todos os sectores.

**Estratégia 4.5.4.2: Promover a mudança de comportamento para a ação coletiva e a apropriação comunitária para melhorar os conhecimentos, competências, atitudes, normas, crenças e práticas nutricionais.**



**Ações**

- a. Facilitar a sensibilização da comunidade sobre o comportamento precoce de procura de cuidados de saúde e a adoção de normas e práticas positivas a nível individual, familiar e comunitário, utilizando as plataformas disponíveis.
- b. Advogar para o envolvimento de líderes influentes para participarem em atividades de mudança de comportamento.

**Estratégia 4.5.4.3: Promover o envolvimento transformador de género das partes interessadas na programação de mudança social e comportamental a todos os níveis**



**Ações**

- a. Advogar para a inclusão de intervenções de mudança de comportamento social transformadoras de género nos planos nacionais e municipais de sustentabilidade.
- b. Realizar análises de barreiras para identificar gargalos na adoção de comportamentos nutricionais positivos.

**Objetivo Estratégico 4.5.5: Promover programas de Proteção Social Sensíveis à Nutrição.**

**Área de Resultados 5:** Proteção Social Sensível à Nutrição; isto garantirá que os sistemas de proteção social que alcançam e prestam apoio adequado aos agregados familiares vulneráveis com crianças menores de 2 anos e mulheres grávidas e lactantes garantam o seu acesso a regimes de proteção social para melhorar a nutrição ideal.

Os programas de proteção social podem melhorar o acesso a alimentos complementares nutritivos e acessíveis e a serviços de aconselhamento nutricional entre os agregados familiares vulneráveis. A Proteção Social Sensível à Nutrição (NSSP), como as transferências monetárias, o microcrédito integrado e a educação nutricional, podem melhorar a segurança alimentar das famílias, a diversidade alimentar e a capacitação dos cuidadores e demonstraram contribuir para combater a subnutrição. Também abordam algumas das causas básicas da malnutrição infantil, reduzindo as disparidades no acesso económico e promovendo a tomada de decisões das mulheres. Em Timor-Leste, a proteção social foi reconhecida como um direito pela Constituição e é entendida como um elemento fundamental da coesão social e da paz, bem como um pré-requisito para alcançar o crescimento e o desenvolvimento sustentáveis e inclusivos. Os programas de proteção social desempenham um papel na erradicação da pobreza, exigindo a mobilização de múltiplos recursos e despesas públicas na saúde, educação e proteção social do próprio sistema. A Estratégia Nacional de Proteção Social (NSSP, 2021–2030) procura abordar os desafios, oportunidades e exigências no desenvolvimento de abordagens estratégicas para prosseguir sistemas universais. O NSSP também enfatiza a importância de abordar a pobreza, através da qual a nutrição é promovida para lidar com a subnutrição entre grupos vulneráveis, especialmente nos primeiros 1000 dias de vida. Este objetivo estratégico visa melhorar as intervenções de proteção social para se tornarem mais sensíveis à nutrição e reforçar as ligações com várias plataformas para contribuir para a redução do atraso no crescimento entre as famílias carenciadas.

**Estratégia 4.5.5.1: Integrar a nutrição nos programas de proteção social.**



**Ações**

- a. Advogar para o direcionamento deliberado para famílias com crianças menores de 2 anos e mulheres grávidas para contribuir para o combate ao atraso no crescimento nos primeiros 1000 dias de vida.
- b. Advogar para que os documentos estratégicos nacionais de proteção social incorporem explicitamente a nutrição.
- c. Advogar para uma revisão dos critérios do programa de proteção social monetária para incluir famílias com crianças subnutridas e os grupos de maior risco, tais como famílias com crianças menores de 5 anos e mulheres grávidas.
- d. Desenvolver diretrizes para a implementação de transferências monetárias que visem promover uma nutrição ótima.
- e. Capacitar as equipas municipais para conceber, planejar, implementar e monitorizar a nutrição programas sensíveis de proteção social que visam reduzir o atraso no crescimento.
- f. Participar na conceção de programas de proteção social e no desenvolvimento de

políticas para garantir que a nutrição seja adequadamente integrada.

- g. Desenvolver um pacote IEC abrangente para a promoção de uma nutrição ideal em ambientes sociais beneficiários da proteção.
- h. Reforçar as ligações e a monitorização dos programas de transferência monetária para limitar a dupla imersão.

**Estratégia 4.5.5.2: Melhorar a absorção nutricional entre os beneficiários da proteção social através da mudança de comportamento social**



**Ações**

- a. Criar consciência sobre a importância da diversidade alimentar e do consumo de alimentos ricos em micronutrientes entre os beneficiários da proteção social.
- b. Desenvolver/revisar e harmonizar mensagens-chave sobre nutrição e proteção social para diversas plataformas.
- c. Advogar para o fornecimento de alimentos nutritivos e suplementos para famílias ultra-pobres
- d. Desenvolver um pacote abrangente de IEC para a promoção de uma nutrição ótima nos beneficiários da proteção social.
- e. Realizar a sensibilização para criar procura de comportamentos precoces de procura de saúde entre grupos vulneráveis e famílias ultra-pobres para prevenir a subnutrição.
- f. Estabelecer ligação entre os prestadores de serviços de proteção social e os voluntários de nutrição comunitária.

**Objetivo Estratégico 4.5.6: Melhorar o estado nutricional de crianças e adolescentes em idade escolar para um crescimento e desenvolvimento ótimos.**

A nutrição ideal em crianças em idade pré e escolar de 3 a 9 anos (SAC) e adolescentes (10 a 19 anos) é fundamental para alcançar um crescimento ideal, concentração nas aulas e desempenho educacional. A adolescência é a segunda janela de oportunidade para o crescimento, o desenvolvimento e a quebra do ciclo intergeracional de subnutrição, incluindo o atraso no crescimento. O SAC e os adolescentes são o futuro capital humano e necessitam de uma base sólida, promovendo e investindo na nutrição para o seu crescimento e desenvolvimento. A má nutrição nos primeiros anos (0 a 2 anos) retarda o desenvolvimento físico e cognitivo, resultando num fraco desempenho escolar, aumento dos custos de saúde e baixa produtividade no trabalho mais tarde na vida. Este objetivo estratégico visa responder às necessidades nutricionais dos adolescentes, crianças em idade pré-escolar e escolar:

**Área de Resultados 6:** Nutrição em adolescentes, pré e escolares; isto garantirá que a nutrição contribui para melhorar o estado nutricional, o desempenho escolar e a retenção dos alunos.

**Estratégia 4.5.6.1: Promover a nutrição e o bem-estar saudável de crianças e adolescentes em idade escolar.**



**Atividades**

- a. Desenvolver pacotes essenciais de nutrição (materiais IEC (guias de formação, manual de demonstração, folhetos, cartazes, folhetos com mensagens principais, etc.), intervenções para idades escolares e adolescentes.
- b. Promover hortas escolares e plantação de árvores frutíferas no entorno das escolas.
- c. Promover o acesso à água potável/portável.
- d. Desenvolver diretrizes nutricionais que incluam receitas disponíveis localmente para o ensino primário e pré-primário.
- e. Realizar mobilização comunitária para prevenir casamentos precoces e manter as raparigas na escola.
- f. Desenvolver diretrizes nutricionais para adolescentes.
- g. Realizar demonstrações culinárias sobre dietas diversificadas para alunos com os responsáveis pela alimentação escolar a nível comunitário.
- h. Fornecer suplementos de ferro-folato às adolescentes nas escolas e através de outras plataformas comunitárias.
- eu. Realizar campanhas de mobilização comunitária no IFA a todos os níveis.
- j. Realizar vacinação de rotina, desparasitação, suplementação de vitamina A, avaliação de saúde física, WASH, prevenção e tratamento da dengue em todas as escolas.
- k. Capacitar e cuidar dos professores sobre intervenções de saúde escolar e nutrição.
- eu. Realizar uma avaliação da eficácia e do impacto do programa de alimentação escolar, incluindo no DPI.

**Estratégia 4.5.6.2: Promover comportamentos positivos para melhorar o conhecimento, atitude, normas, crenças e práticas sobre nutrição de crianças em idade escolar e adolescentes.**



**Atividades**

- a. Realizar campanhas de mobilização comunitária sobre a importância de uma nutrição ideal para o crescimento e desenvolvimento dos adolescentes.
- b. Advogar para a proteção dos adolescentes contra a gravidez precoce e o casamento e mantê-los na escola para quebrar o ciclo de subnutrição.
- c. Mobilizar os adolescentes dentro e fora da escola para participarem em plataformas amigas dos jovens.
- d. Advogar para os defensores dos pares para acelerar o empoderamento dos adolescentes (identificar modelos, conduzir palestras sobre carreiras nas escolas e na comunidade)

**Objetivo Estratégico 4.5.7: Promover dietas saudáveis e nutritivas nos sistemas alimentares que promovam a Nutrição Materna, Infantil e Infantil.**

**Área de Resultados 7:** Alimentação complementar através de dietas saudáveis e nutritivas dentro do sistema alimentar; isto garantirá que os sistemas alimentares respondam às necessidades nutricionais das crianças dos 6 aos 23 meses, das mulheres grávidas e das mães lactantes, através da defesa da produção de culturas nutritivas diversificadas, da transformação de alimentos, da produção de alimentos complementares nutritivos e da adição de valor através das cadeias de valor. Apoiará também o empoderamento das mulheres através de várias iniciativas nos sistemas alimentares.

A nutrição adequada nos primeiros 1000 dias é um direito fundamental para que cada criança cresça e se desenvolva ao máximo. As crianças dos 6 aos 23 meses que são alimentadas com dietas nutritivas e diversificadas na quantidade e frequência certas, juntamente com o acesso a serviços de saúde essenciais, têm maior probabilidade de sobreviver, crescer, desenvolver-se e aprender. Dos 6 aos 23 meses de idade, é necessária uma alimentação complementar com quantidades adequadas de nutrientes essenciais, vitaminas e minerais para que as crianças desenvolvam todo o seu potencial físico e cognitivo, com benefícios que perduram até à idade adulta. O período de alimentação complementar é também uma oportunidade crítica para prevenir o atraso no crescimento e todas as outras formas de desnutrição infantil. Além disso, as preferências, gostos e hábitos alimentares ao longo da vida são muitas vezes estabelecidos na infância. O caminho dos sistemas alimentares promove: a diversificação da produção alimentar, a adição de valor, a segurança alimentar, a gestão do desperdício alimentar, o armazenamento seguro de alimentos, a utilização, o processamento de alimentos e a produção de alimentos complementares nutritivos, entre outros. O sistema alimentar proporciona, portanto, uma oportunidade para reforçar a alimentação complementar, promovendo dietas saudáveis e nutritivas para crianças dos 6 aos 23 meses, mulheres grávidas e mães lactantes (1000 dias de vida). Este objetivo estratégico visa advogar para dietas saudáveis e nutritivas nos sistemas alimentares para responder às necessidades nutricionais das crianças dentro dos 1000 dias para acabar com o atraso no crescimento, conforme previsto pelo PAN-HAMTL/CNAP-NFS.

**Estratégia 4.5.7.1: Melhorar a alimentação complementar dos 6 aos 23 meses e a nutrição materna através da produção diversificada de alimentos nutritivos e seguros.**

 **Ações**

- a. Advogar para a produção de culturas diversificadas, incluindo leguminosas, pequenos ruminantes e espécies alimentares subutilizadas para melhorar a alimentação complementar.
- b. Promover sessões de aprendizagem sobre alimentação complementar conduzidas pela comunidade.
- c. Visar as mulheres com insumos e acesso a recursos produtivos.

**Estratégia 4.5.7.2: Promover tecnologias que reduzam as perdas pós-colheita na produção, armazenamento, conservação e processamento de alimentos para garantir o fornecimento contínuo de alimentos complementares.**

 **Ações**

- a. Ampliar tecnologias eficazes para armazenamento, preservação e processamento de alimentos que promovam a retenção de nutrientes para uma nutrição ideal.
- b. Treinar as comunidades no uso de tecnologias melhoradas para a produção local de produtos de alta qualidade

alimentos complementares nutritivos através da adição de valor aos sistemas alimentares.

- c. Apoiar o desenvolvimento de orientações dietéticas baseadas em alimentos para melhorar a alimentação complementar para crianças dos 6 aos 23 meses e a nutrição materna.
- d. Treinar as comunidades em orçamentação alimentar, planeamento de refeições e preparação de refeições para reduzir o desperdício de alimentos e a perda de nutrientes.
- e. Incentivar as mulheres a participarem no processamento pós-colheita e na adição de valor para aumentar o acesso a alimentos complementares nutritivos e à geração de rendimentos.

**Estratégia 4.5.7.3: Promover a Agricultura Familiar Integrada (IHF).**

 **Ações**

- a. Ampliar as iniciativas da IHF para garantir o acesso a alimentos que promovam a alimentação complementar ao longo do ano.
- b. Facilitar o desenvolvimento de hortas comunitárias de demonstração como parte do empoderamento e autossuficiência da comunidade.
- c. Promover a criação e ampliação de bancos de sementes para culturas nutritivas para facilitar o acesso das mudas pelas comunidades.
- d. Treinar comunidades em IHF com foco em

famílias com crianças menores de 5 anos com o objetivo de aumentar o acesso aos alimentos, com foco nas crianças dos 6 aos 23 meses e nas mulheres grávidas.

- e. Fornecer materiais iniciais (sementes e gado) para a IHF nas comunidades para o programa de transmissão.
- f. Integrar a IHF em grupos de mães para uma alimentação complementar ideal.
- n. Desenvolver modelos para a produção aquícola a nível familiar e comunitário.

**Estratégia 4.5.7.4: Advogar para a oferta adequada no mercado e o acesso a alimentos diversos e nutritivos.**



**Ações**

- a. Realizar mobilização comunitária, visando famílias com crianças menores de 2 anos e que as mulheres grávidas participem em atividades geradoras de rendimento para aumentar o acesso a alimentos diversificados para uma nutrição ótima.
- b. Formar grupos de mulheres e jovens em atividades de geração de rendimento não agrícola para obter rendimento suficiente para as necessidades alimentares e nutricionais.
- c. Advogar para o fortalecimento dos mercados alimentares para fornecer alimentos nutritivos, suficientes, de alta qualidade e acessíveis para uma nutrição ideal nos primeiros 1000 dias.
- d. Aproveitar as plataformas comunitárias para aumentar a procura dos consumidores por alimentos nutritivos, através do envolvimento com os principais influenciadores, promovendo parcerias para ampliar abordagens baseadas na comunidade e apoiando a agricultura e os meios de subsistência sensíveis à nutrição.

**Estratégia 4.5.7.5: Reforçar a comunicação sobre mudanças sociais e comportamentais para dietas melhoradas, com ênfase nos primeiros 1000 dias.**



**Ações**

- a. Desenvolver, imprimir e divulgar materiais de IEC sobre alimentação e nutrição que promovam a diversidade alimentar, a biofortificação, os alimentos subutilizados e mensagens-chave utilizando diferentes canais (por exemplo, rádio, jornais, carrinhas móveis, redes sociais, televisão) e Incluem mensagens para contrariar os alimentos negativos e mensagens e tabus nutricionais.
- b. Desenvolver livros de receitas específicos para crianças de 0 a 23 meses, promovendo uma alimentação complementar ideal.
- c. Realizar campanhas de conscientização comunitária sobre a diversidade alimentar usando diferentes fóruns e canais (incluindo produção diversificada e utilização de alimentos indígenas e ricos em nutrientes).

alimentos biofortificados de todos os grupos alimentares) com ênfase no atraso no crescimento.

- d. Realize feiras de alimentação e nutrição, demonstrações de alimentos e dias abertos utilizando tabelas de grupos de alimentos já desenvolvidas.
- e. Realizar visitas domiciliares para fornecer educação e aconselhamento alimentar e nutricional personalizados e reforçar comportamentos positivos usando mães com desvios positivos para melhorar o estado nutricional de crianças de 6 a 23 meses, mulheres grávidas e mães lactantes.

**Estratégia 4.5.7.6: Promover uma alimentação complementar ideal através da preparação e segurança dos alimentos.**



**Ações**

- a. Sensibilizar as comunidades sobre a preparação e manipulação higiênica dos alimentos para melhorar a nutrição nos primeiros 1000 dias.
- b. Sensibilizar as comunidades sobre a seleção de alimentos que promovam a alimentação complementar ideal para crianças dos 6 aos 23 meses e mães grávidas.
- c. Promover práticas de água, saneamento e higiene a nível familiar.
- d. Acompanhamento das recomendações do relatório de avaliação do sistema nacional de controlo alimentar para implementação.

**Estratégia 4.5.7.7: Promover a integração de género, o empoderamento e a participação das mulheres e das comunidades para melhorar a nutrição materno-infantil nos primeiros 1000 dias.**



**Ações**

- a. Desenvolver diretrizes para a integração do género nos programas de alimentação e nutrição.
- b. Realizar campanhas de mobilização sobre questões de género e socioculturais, incluindo o envolvimento masculino para participar na nutrição materno-infantil nos primeiros 1000 dias.
- c. Identificar homens desviantes positivos como defensores da nutrição para a promoção de práticas socioculturais e de género na alimentação e nutrição a todos os níveis.
- d. Realizar a sensibilização da comunidade sobre o envolvimento dos jovens em questões alimentares e nutricionais que têm impacto no crescimento e desenvolvimento infantil, especialmente nos primeiros 1000 dias.
- e. Incentivar a participação de homens e jovens em questões alimentares e nutricionais (por exemplo, desenvolvimento de hortas nas propriedades, demonstrações de preparação de alimentos e feiras de nutrição).

**Estratégia 4.5.7.8: Reforçar a capacidade institucional para implementar eficazmente intervenções alimentares e nutricionais a todos os níveis.**



**Ações**

- a. Desenvolver um pacote de formação sensível à nutrição e treinar extensionistas e outros quadros com foco na melhoria da alimentação complementar.
- b. Advogar para a criação de uma unidade de nutrição e de cargos de nutrição no Ministério da Agricultura e Pescas a nível nacional e a colocação de Oficial de Alimentação e Nutrição (FNO) a nível municipal.
- c. Formar extensionistas no planeamento, implementação, monitorização e avaliação de programas de alimentação e nutrição com ênfase nos primeiros 1000 dias.
- d. Realizar uma avaliação das necessidades de capacidade em matéria de alimentação e nutrição para o sector agrícola.
- e. Advogar para a integração da alimentação e nutrição no currículo de extensão agrícola.
- g. Treinar grupos comunitários de mães sobre práticas ideais de alimentação complementar durante os primeiros 1000 dias de vida.

**Estratégia 4.5.7.9: Reforçar os sistemas de monitorização, avaliação, investigação e vigilância alimentar e nutricional para uma implementação eficaz do PAN**



**Ações**

- a. Advogar para a integração de indicadores de nutrição na ferramenta de monitorização do sector agrícola.
- b. Capacitar os prestadores de serviços em sistemas de vigilância alimentar e nutricional, monitorização, avaliação e investigação.
- c. Apoiar a investigação e divulgação alimentar e nutricional, incluindo o desenvolvimento de novas receitas utilizando alimentos disponíveis localmente.
- d. Advogar para o desenvolvimento de um gráfico alimentar com diferentes grupos de alimentos para alimentos comumente consumidos no sistema de dados agrícolas e alimentares.
- e. Facilitar o fornecimento de gráficos de crescimento comunitário para a monitorização do progresso na sua área de captação.

**Objetivo Estratégico 4.5.8: Melhorar a Água, o Saneamento e a Higiene Sensíveis à Nutrição nos programas de Nutrição e WASH**

O ambiente ao qual as pessoas estão expostas determina o seu bem-estar e crescer num ambiente limpo e seguro é um direito de todas as crianças. O acesso à água potável, a casas de banho básicas e a boas práticas de higiene não só mantêm as crianças prósperas, como também lhes proporciona um início de vida mais saudável. As consequências do WASH inseguro para as crianças podem ser mortais. A nível mundial, mais de 700 crianças com menos de 5 anos morrem todos os dias de doenças diarreicas devido à falta de serviços WASH apropriados. Em áreas propensas a emergências o problema é muito maior. A integração de intervenções de lavagem tem o potencial de contribuir para a redução da subnutrição. Este objetivo estratégico visa promover a integração de WASH nos programas;

**Área de Resultados 8: Água, Saneamento e Higiene Sensíveis à Nutrição;** Isto garantirá a integração das atividades WASH em todos os programas de nutrição e vice-versa, para garantir uma melhor higiene e saneamento para uma nutrição ótima entre crianças, mulheres grávidas e mães lactantes.

**Estratégia 4.5.8.1: Melhorar as práticas de higiene e saneamento e outras intervenções de saúde pública**



**Ações**

- a. Facilitar a integração de intervenções WASH em programas de nutrição e WASH.
- b. Utilizar parcerias como uma abordagem na implementação da integração WASH/nutrição.
- c. Promoção e prestação de intervenções WASH a famílias vulneráveis, especialmente aquelas com crianças menores de 5 anos, mulheres grávidas e mães lactantes.
- d. Desenvolver um pacote WASH/nutrição a ser implementado a nível comunitário e familiar.
- e. Desenvolver indicadores para monitorizar WASH em programas de nutrição e WASH.
- f. Garantir que as comunidades sejam mobilizadas para WASH e outras intervenções de saúde pública utilizando diferentes plataformas.
- g. Garantir o fornecimento de cloro às mães grávidas e lactantes com crianças de 0 a 24 meses.

**Objetivo Estratégico 4.5.9: Melhorar a prestação de intervenções nutricionais durante emergências**

**Área de Resultados 9:** Nutrição materno–infantil em contexto humanitário/de emergência; para garantir abordagens sistêmicas, o PAN incluirá esta área de resultados nos programas de desenvolvimento para garantir o planeamento atempado e a apropriação governamental.

Nas zonas onde ocorrem catástrofes recorrentes, a nutrição deve ser incluída como parte de uma prioridade de desenvolvimento para garantir que a preparação esteja sempre em vigor. Para além do tratamento e gestão da desnutrição aguda durante emergências, há necessidade de reforçar a prestação de intervenções preventivas e de mitigação, tais como: nutrição materna, infantil e infantil; rações alimentares específicas; e outras intervenções sensíveis à nutrição. Além disso, o código de comercialização dos substitutos do leite materno também deve ser aplicado.

Este objetivo estratégico visa reforçar a implementação de um conjunto de ações que promovam uma nutrição ótima durante situações de emergência e salvem vidas de crianças, mães grávidas, mulheres lactantes e outros grupos vulneráveis. Promoverá também a construção da resiliência nutricional dos agregados familiares e das comunidades para garantir que sejam implementadas abordagens sustentáveis lideradas pela comunidade para evitar que as crianças fiquem atrofiadas.

**Estratégia 4.5.9.1: Reforçar a prevenção, o tratamento, os cuidados e a gestão da desnutrição aguda durante emergências**



**Ações**

- a. Realizar rastreios de rotina para identificação precoce de casos e encaminhamento de crianças desnutridas, mulheres grávidas, mães lactantes e outros grupos vulneráveis.
- b. Formar prestadores de serviços de saúde, trabalhadores da linha da frente e outros quadros na gestão da desnutrição aguda durante emergências.
- c. Integrar a nutrição noutros serviços para garantir a continuidade dos cuidados através de várias plataformas para prevenir a morbilidade e mortalidade devido à subnutrição.
- d. Adquirir e distribuir suprimentos nutricionais, incluindo suplementos de micronutrientes e equipamentos para o manejo da desnutrição aguda em todas as áreas afetadas.
- e. Criar ligações entre o IMAM e os programas de proteção social para construir resiliência entre grupos vulneráveis.
- f. Adquirir e distribuir suplementos alimentares a grupos de risco, como mulheres grávidas, lactantes e crianças com menos de cinco anos.
- g. Advogar para a inclusão de alimentos nutritivos com alto teor energético na cesta de alimentos para uma nutrição ideal.
- h. Desenvolver materiais IEC sobre nutrição, incluindo cartões de aconselhamento no MIYCN para resposta a emergências.
- i. Mobilizar recursos para garantir a preparação para situações de emergência na resposta nutricional.
- j. Monitorizar e fazer cumprir a implementação do código de comercialização dos substitutos do leite materno durante emergências.
- k. Desenvolver planos de resposta e recuperação de emergência.
- l. Desenvolver sistema M e E para coleta e gerenciamento de dados em tempo real.

**Objetivo Estratégico 4.5.10: Criar um ambiente propício à implementação eficaz de serviços e programas de nutrição que desenvolvam a resiliência nacional, comunitária e familiar.**

**Área de Resultados 10:** Parcerias e governação para a nutrição, posicionar firmemente a nutrição na agenda de desenvolvimento nacional e incluir a nutrição nos principais programas de desenvolvimento dos ministérios, alocar recursos adequados, reforçar as capacidades institucionais e humanas, estabelecer e reforçar os mecanismos de coordenação necessários em todos os sectores para a implementação eficaz da Política Nacional Plano Multissetorial de Nutrição em todos os níveis.

Um ambiente propício é um conjunto de condições inter-relacionadas, tais como condições jurídicas, organizacionais, fiscais, informativas, políticas e culturais, que têm impacto na capacidade das partes interessadas de se envolverem em intervenções nutricionais de forma sustentada e eficaz. A criação de um ambiente propício envolve garantir a existência de coordenação, advocacia, regulamentação, governação, responsabilização, capacitação e mobilização de recursos eficazes. A implementação deste PAN exigirá a criação de um ambiente favorável eficaz que promova parcerias, desenvolvimento de capacidades institucionais e de recursos humanos, coordenação, advocacia, responsabilização, gestão do conhecimento e aumento de recursos financeiros.

**a. Coordenação e Networking**

A coordenação é fundamental para alcançar resultados nutricionais positivos. A ausência de um mecanismo de coordenação eficaz afeta a disponibilidade, acessibilidade e utilização de serviços de nutrição de qualidade e a maioria das intervenções torna-se ad hoc, fragmentada e vertical, com pouca fertilização cruzada de ideias. A operacionalização do CNAP-NFS através deste PAN exigirá, portanto, uma abordagem multissetorial na nutrição devido aos mandatos variados dos sectores-chave cujos serviços e programas são cruciais na operacionalização do CNAP-NFS. Os serviços de nutrição em Timor-Leste são implementados principalmente através dos Ministérios de: Estado (coordenador dos Assuntos Sociais); Agricultura e pescas; Saúde; Solidariedade Social e Inclusão; Educação; Justiça; Trabalhos públicos; Turismo e Comércio e Indústrias. Tanto os parceiros de desenvolvimento multilaterais como bilaterais apoiaram ativamente a construção de programas de nutrição através do reforço dos sistemas e da criação de uma supervisão de coordenação eficaz dos programas através do grupo de trabalho interministerial para os Assuntos Sociais (IMTSA), do grupo de trabalho de Segurança Alimentar e Nutricional e do CONSSAN-TL e desenvolvimento de políticas e planos. As organizações da sociedade civil, em colaboração com os municípios, têm apoiado ativamente o Governo de Timor-Leste na implementação de várias intervenções, incluindo a nutrição, enquanto as comunidades fazem parte deste ecossistema com funções e responsabilidades específicas. Este PAN exige, portanto, o estabelecimento/ fortalecimento do sistema nutricional

ecossistema e a arquitetura para implementar eficazmente os serviços de nutrição, uma vez que contribui para a aspiração do CNAP-NFS de acabar com o atraso no crescimento através da criação de sinergias entre sectores. As funções e responsabilidades dos principais intervenientes na nutrição foram propostas e estão descritas no Anexo 1 com base nas suas vantagens comparativas, mandatos e funções principais.

**b. Sistemas de apoio comunitário**

O sucesso do PAN para facilitar a redução do atraso no crescimento dependerá ou será influenciado pelas estruturas comunitárias disponíveis. Dependerá ainda da compreensão e do respeito pelas crenças, atitudes e normas culturais existentes que influenciam a adoção de comportamentos nutricionais positivos. Deve ser dada especial atenção ao reforço dos sistemas comunitários multissetoriais de apoio à nutrição para garantir sinergias e alavancagem de recursos.

**c. Liderança**

A liderança é fundamental na prestação de serviços de nutrição a nível nacional, municipal, subdistrital e comunitário. A consecução do CNAP-NFS (Pilar 2) requer esforços coletivos com uma liderança sólida e uma forte gestão governamental. A criação da Unidade Missionária proporciona uma oportunidade para reforçar a coordenação dos intervenientes na nutrição e a convergência de esforços na programação da nutrição.

**QUADRO 6: ÁREAS A SER PRIORIZADAS**

1. Plano multissetorial de mudança de comportamento social e comunicação em vigor.
2. Estabelecimento de um mecanismo de coordenação bem definido para serviços, programas e projetos de nutrição a nível nacional, municipal e comunitário.
3. Defesa da institucionalização/permanência de um gabinete de coordenação (Unidade Missionária) nas estruturas governamentais para uma resposta nutricional sustentada ao mais alto nível.
4. Desenvolver capacidades institucionais e humanas para a prestação eficaz de serviços de nutrição.
5. Melhoramento do financiamento da nutrição.

**Estratégia 4.5.10.1: Promover um ambiente político baseado em evidências**



**Ações**

- a. Advogar pelo desenvolvimento da Política Nacional Multissetorial de Nutrição.
- b. Desenvolver um Plano Multissetorial de Mudança de Comportamento Social e Comunicação.
- c. Desenvolver/revisar planos estratégicos específicos do
- d. programa para a operacionalização do plano multissetorial nacional (micronutrientes, alimentação de adolescentes, mães de bebês e crianças pequenas, agricultura sensível à nutrição, saúde escolar e nutrição) sempre que necessário.

**Estratégia 4.5.10.2: Reforçar a coordenação multissetorial para a nutrição a todos os níveis**



**Ações**

- e. Fortalecer/estabelecer mecanismos de coordenação multissetorial em todos os níveis
- f. Compilar uma lista de todos os comités de nutrição existentes e os seus termos de referência (TdR).
- g. Desenvolver TdR para cada grupo de trabalho técnico recém-criado e garantir o alinhamento com os existentes.
- h. Mobilizar recursos para apoiar as funções dos comités.
- i. Advogar para e apoiar a funcionalidade do CONSSAN-TL para discutir a agenda de nutrição a nível nacional e municipal.
- j. Ampliar e reforçar as estruturas de implementação da nutrição a nível comunitário.

**Estratégia 4.5.10.3: Aplicar instrumentos legais para orientar a implementação de serviços de nutrição**



**Ações:**

- a. Advogar para o desenvolvimento de quadros jurídicos para a nutrição, tais como a fortificação obrigatória de certos elementos a nível central

alimentos processados.

- k. Advogar para o desenvolvimento de um quadro nacional de normas para alimentos fortificados.
- l. Conscientizar a população em geral sobre os quadros jurídicos de nutrição existentes
- m. Monitorar a adesão ao código de marketing dos substitutos do leite materno.

**Estratégia 4.5.10.4: Reforçar a responsabilização no financiamento da nutrição a todos os níveis**



**Ações**

- n. Advogar para o financiamento da nutrição através da IMTSA ao longo de todo o ciclo orçamental.
- o. Monitorizar o cumprimento dos compromissos de financiamento da nutrição e da análise orçamental e de despesas a nível nacional e municipal.
- p. Aumentar a eficiência das dotações orçamentais para a nutrição, dando prioridade a intervenções para reduzir o atraso no crescimento (Intervenções prioritárias 1), especialmente a nível municipal.
- q. Realizar uma avaliação das necessidades financeiras de todos os sectores para a orçamentação baseada em programas, a fim de garantir que as dotações orçamentais para a nutrição sejam baseadas em evidências.

**Estratégia 4.5.10.5: Reforçar a capacidade de programação nutricional a todos os níveis**



**Ações**

- r. Desenvolver uma estratégia de capacitação baseada em competências para profissionais comunitários de nutrição, incorporando componentes específicos e sensíveis à nutrição.
- s. Advogar para a inclusão da nutrição no currículo do
- t. ensino primário e secundário como disciplinas examinadas.
- u. Ministrando cursos de curta duração sobre nutrição para profissionais não-nutricionistas que trabalham em nutrição.
- v. Desenvolva um pacote de recursos sobre nutrição, incluindo um livreto com mensagens importantes para as partes interessadas influentes na nutrição (líderes religiosos, líderes locais, meios de comunicação, políticos, defensores da nutrição, etc.).

- e. Orientar os presidentes municipais e os líderes tradicionais sobre a programação nutricional e o seu papel na redução do atraso no crescimento.
- f. f) Desenvolver diretrizes para integração das intervenções nutricionais nos planos municipais.
- g. g) Facilitar/garantir a orientação dos chefes das aldeias sobre as causas, prevenção e implicações da subnutrição nas suas comunidades.
- h. Advogar pelo fortalecimento da capacidade da Autoridade de Inspeção e Controle para o Saneamento Económico e a Alimentação através da criação de laboratórios nacionais de referência e de recursos humanos para monitorizar eficazmente os alimentos importados e fabricados localmente.
- i. . Defesa da Legislação Alimentar Nacional, abrangendo regulamentações de controle e rotulagem de alimentos e legislação interministerial responsabilidades.
- j. Aplicar a rotulagem de produtos alimentícios para garantia de qualidade.

**Objetivo estratégico 4.5.11: Fortalecer a monitorização, avaliação, responsabilização, investigação e aprendizagem**

A monitorização, avaliação, investigação e aprendizagem da nutrição são componentes essenciais na gestão de programas que ajudam a: identificar e aplicar conhecimentos adquiridos a partir de evidências preciosas e quaisquer problemas potenciais; acompanhar o progresso e medir os resultados; e garantir a responsabilização pelos recursos utilizados para alcançá-los. Servem também como referência para a tomada de decisões baseadas em evidências na gestão de projetos e no trabalho de desenvolvimento e promovem uma cultura de melhoria contínua, aumentando o seu impacto e alcançando a sua missão. Este plano procura, portanto, fortalecer os sistemas de M e A na nutrição, ao mesmo tempo que se baseia nos sistemas existentes, conforme orientado pelo PAN-HAM-TIL.

**Área de Resultados 11:** Concentrar-se no reforço dos resultados da monitorização e avaliação.

1. Nutrição integrada nos principais planos e políticas sectoriais.
2. Estabelecido um mecanismo de coordenação para a investigação sobre nutrição, gestão do conhecimento e partilha de informação.
3. Sistema de Gestão de Informação Nutricional (NIMS) baseado na Web em funcionamento.
4. Sistema de monitorização e avaliação orientado para resultados em apoio ao Quadro M e do CNAP-NFS em vigor.

**Estratégia 4.5.11.1: Facilitar o planeamento e a programação conjuntos entre os sectores para garantir a responsabilização e a aprendizagem efetivas na implementação entre os sectores, de acordo com o Princípio dos Quatro Uns.**



**Ações**

- a. Conduzir uma reunião das partes interessadas para definir e chegar a um consenso sobre os principais mandatos, funções, funções nas áreas prioritárias e responsabilidades de cada parte interessada na implementação do Plano.
- a. Divulgar os papéis e responsabilidades a nível municipal.
- b. Acompanhar cada sector trimestralmente para obter relatórios de progresso.
- c. Consolidar os planos sectoriais num plano de trabalho abrangente sobre nutrição com o objetivo de monitorizar o progresso da Unidade da Missão.

**Estratégia 4.5.11.2: Promover a programação baseada em evidências de programas, projetos, intervenções e serviços de nutrição através de investigação e melhores práticas.**



**Ações**

- a. Advogar para o estabelecimento ou inclusão de um Comitê de Ética em Pesquisa sobre Nutrição.
- b. Estabelecer um grupo de trabalho técnico sobre pesquisa com termos de referência e plano de trabalho claros.
- c. Documente pesquisas existentes, incluindo

realizar pesquisas por diversas instituições e indivíduos por meio de reuniões consultivas com especialistas em pesquisa em nutrição.

- d. Desenvolver uma agenda nacional de pesquisa em nutrição e apoiar os alunos na realização de pesquisas.
- e. Realizar reuniões anuais de revisão de pesquisas em andamento.

**Estratégia 4.5.11.3: Estabelecer Sistemas de Gestão de Informação Nutricional (NIMS) baseados na Internet que estejam ligados a todos os serviços e programas de nutrição.**



**Ações**

- a. Encomendar uma consultoria para desenvolver NIMS baseados na web e indicadores de processo a serem rastreados em linha com o PAN-HAM-TIL e o quadro de Segurança Alimentar e Nutricional a ser hospedado por uma Unidade de Missão.
- a. Adquirir e distribuir os equipamentos, materiais e suprimentos necessários para implementar o NIMS.
- a. Adquirir e distribuir ferramentas, equipamentos e suprimentos de monitoramento, incluindo um gráfico de crescimento comunitário para uso em comunidades através de grupos de apoio aos cuidados maternos.

## 5. QUADRO DE IMPLEMENTAÇÃO

O quadro de implementação do PAN visa apoiar as partes interessadas da nutrição a todos os níveis para coordenar e operacionalizar com sucesso os planos sectoriais que promovem sinergias, a alavancagem de recursos e a complementaridade. Deve também reforçar os mecanismos de coordenação para a prestação eficaz de serviços de nutrição que visam reduzir o atraso no crescimento com base no Princípio dos Quatro Um, nomeadamente: **Um** Plano, **Um** escritório de coordenação, **Um** plano de mudança social e de comportamento, e **Um** quadro de monitorização e avaliação. Isto ajudará a garantir a responsabilização e a harmonização dos esforços entre as partes interessadas.

### 5.1 Estratégia de Implementação

Existem três dimensões inter-relacionadas e que se reforçam mutuamente para o sucesso da implementação do Plano.

- a. Nutrição nos primeiros 1000 dias de vida;** isto reconhece a importância de aproveitar a janela de oportunidade para o crescimento e desenvolvimento infantil.
- b. Quadro conceptual da UNICEF para a nutrição;** isto reconhece que, para que as intervenções nutricionais sejam bem-sucedidas, devem abordar os três níveis de causas da desnutrição: **(eu)** causas imediatas relacionadas com a ingestão de nutrientes e bem-estar do indivíduo; **(ii)** causas subjacentes relacionadas com a situação ao nível do agregado familiar/família; e **(iii)** causas básicas a nível social que estão ligadas às instituições, aos quadros políticos e ideológicos, às estruturas económicas e ao ambiente de recursos – incluindo a tecnologia e as pessoas.
- c. Eficácia e relação custo-eficácia das intervenções nutricionais;** as restrições de recursos determinam que seja dada prioridade máxima a intervenções que comprovadamente tenham elevado potencial de impacto e relação custo-eficácia.

### 5.2 Sequenciamento para a Execução de Intervenções

Com base no quadro conceptual, serão priorizadas as seguintes quatro categorias de intervenções para implementação imediata e expansão gradual:

#### 5.2.1 Nível de Prioridade 1: Intervenções para os Anos 1 - 2

**Nível de prioridade 1:** As intervenções consistem num pacote mínimo que não só aborda a prevenção e a gestão da subnutrição, mas também os estrangulamentos do sistema, a fim de sustentar os ganhos nutricionais, especialmente reduzindo o atraso no crescimento. Deve também promover o aumento e a expansão destas intervenções nos municípios e comunidades, ao mesmo tempo que aborda os estrangulamentos de todo o sistema para a divulgação e intervenções baseadas na comunidade. **Em resumo, Caixa 7 abaixo** mostra atividades previstas no Nível de Prioridade 1 e que se acredita acelerarem a redução do atraso no crescimento se implementadas em escala com mais de 80 por cento de cobertura. A implementação destes deve utilizar as estruturas existentes em curso, fortalecendo-as.

**CAIXA 7: ÁREAS DE INVESTIMENTO E AÇÃO A SER PRIORIZADAS**

<b>INTERVENÇÕES</b>	<b>ALVO</b>	<b>PRINCIPAIS MINISTÉRIOS RESPONSÁVEIS</b>
Alimentação complementar (disponível localmente)	Todas as crianças de 6 a 23 meses	Saúde Agricultura, Comércio e Indústria, Informação e Comunicação
Iniciação precoce de amamentação	Mulheres grávidas	Saúde, Secretário de Estado da Comunicação Social e Ministério da Administração Estatal,
Amamentação exclusiva até os 6 meses	Mulheres lactantes de crianças de 0 a 6 meses	Saúde, Agricultura, Justiça, Comissão da Função Pública, Informação e Comunicação, Parlamentares, Secretário de Estado da Comunicação Social e Ministério de Estado Administração, Câmara de Início
Suplementos múltiplos de micronutrientes e ferro-folato	· Mulheres grávidas · Preconceção feminina	Saúde, Secretário de Estado da Comunicação Social, Ministério da Administração Estatal e Finanças
Cuidado ao adolescente, gravidez retardada e família planeamento	Comunidades	Saúde, Educação, Género, Solidariedade social, Informação e Comunicação, Administração do Estado, Líder Religioso, Ministério da Juventude e Desporto
Suplementação de vitamina A e zinco incluindo desparasitação	Crianças de 6 a 59 meses	Saúde, Educação, Secretaria de Estado da Comunicação Social e Ministério da Administração Estatal
Serviços WASH (incluindo água clorada)	· Famílias com menos de 2 anos · Comunidades em alto risco	Obras Públicas, Saúde, Agricultura, Educação, Secretaria de Comunicação Social, Ministério da Administração Estatal
Múltiplos micronutrientes pós	Todas as crianças de 6 a 23 meses	Saúde, Agricultura, Secretaria da Comunicação Social, Ministério da Administração Estatal
Redes de segurança social e transferências monetárias para maternidade com educação nutricional intensiva e MSC	· Mães de crianças de 0 a 23 meses · Mulheres grávidas	Unidade de Missão, Solidariedade Social, Género e Inclusiva, Saúde, Agricultura, Secretaria de Comunicação Social
Subsídio para alimentos nutritivos alimentação complementar	· Mulheres grávidas · Lactação (6–23 meses)	Unidade de Missão, Saúde, Agricultura, Setor Privado, Finanças e Solidariedade e Inclusão Social, Igualdade
Liderado pela comunidade Alimentação Complementar e sessões de aprendizagem (CCFLs)	· Mães de crianças de 6 a 23 meses · Mulheres grávidas	Solidariedade e Inclusão Social, Igualdade, Saúde, Agricultura, Secretaria da Comunicação Social e Ministério da Administração Estatal
Enfrentando tabus alimentares na gravidez e durante a alimentação complementar idade 6–24 meses	· Mães de crianças de 6 a 23 meses · Comunidades	Solidariedade e Inclusão Social, Igualdade, Saúde, Agricultura, Secretaria da Comunicação Social e Ministério da Administração Estatal, UNIMICS
Jardinagem doméstica	· Domicílio com crianças menores de 2 anos e Mulheres grávidas	Agricultura, Administração do Estado, Secretaria de Comunicação Social
Comportamento social Alterar intervenções com foco em nanismo	· Todos os grupos populacionais · Mães e mulheres grávidas	Unidade de Missão, Administração do Estado, Secretaria de Comunicação Social Todos os setores, ONG/OSC e PDs

Nota: Para obter impacto, a implementação destas prioridades/intervenções exigiria pelo menos 80 por cento de cobertura a nível nacional, municipal e comunitário. No entanto, a utilização de ONG/OSC através de subvenções utilizando Indicadores Ligados ao Desembolso (DLI) ajudaria a acelerar a entrega no mais curto espaço de tempo.

### **5.2.2 Nível de Prioridade 2: Intervenções nos Anos 3 - 5**

Esta prioridade garantirá que as intervenções continuem, ao mesmo tempo que reduz os estrangulamentos em todo o sistema e fornece apoio para uma maior divulgação e impacto a nível comunitário.

As atividades a serem implementadas incluem:

- Ampliação e expansão de todas as intervenções da Fase 1 para que todos os municípios e comunidades sejam abrangidos, atingindo todos os grupos-alvo, mesmo aqueles que se juntam à coorte.
- Estabelecer Sistemas de Informação de Gestão Nutricional (SINM).
- Realizar vigilância nutricional integrada, incluindo inquéritos.
- Estabelecer um quadro de investigação funcional.
- Divulgação, monitorização e aplicação de políticas e planos de nutrição; estratégias e diretrizes desenvolvidas na Fase 1.

O PAN espera que, no final de cinco anos, exista um grupo de crianças com menos de 5 anos que tenha beneficiado do programa abrangente e acelerado. O registo e a monitorização de rotina serão fundamentais na concretização das Prioridades 1 e 2. Deve-se notar que, ao mesmo tempo que promovem estes, outros programas continuarão a funcionar normalmente.

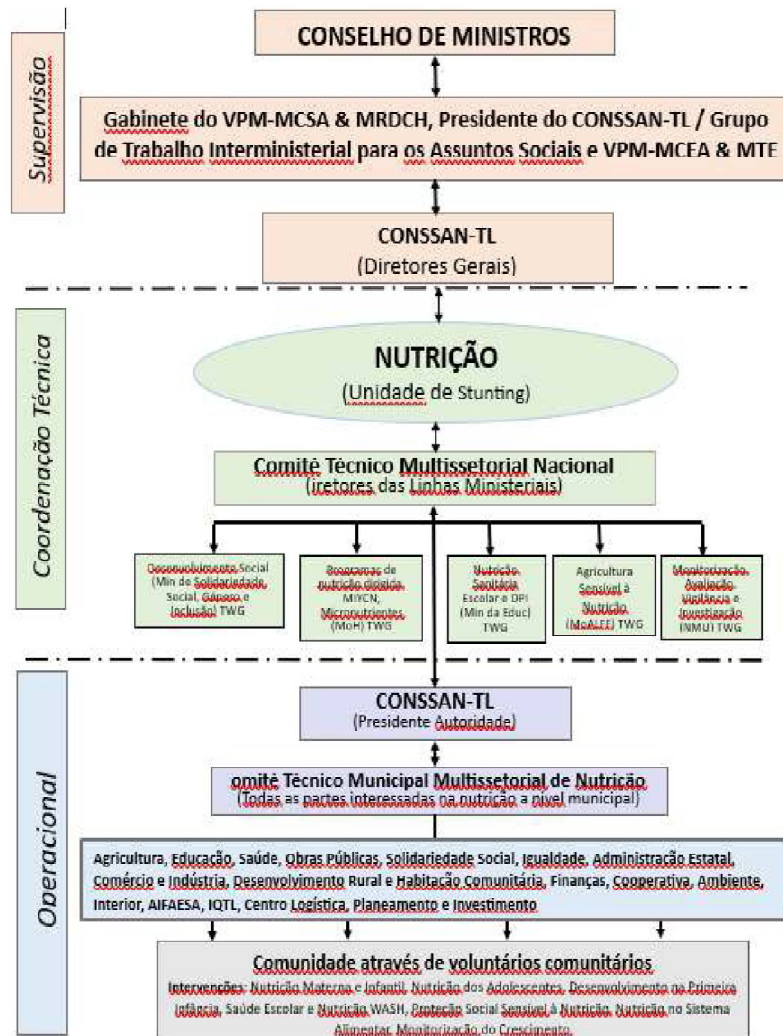
## 6. ARRANJOS INSTITUCIONAIS

### 6.1 Quadro de Ligação Institucional e Funcional da Nutrição

O Vice-Primeiro-Ministro é o ministro responsável pela nutrição em Timor-Leste e detém o mandato para a orientação política geral, supervisão e planeamento da supervisão através da Unidade de Missão. Aos níveis sectorial e municipal, serão criados mecanismos e capacidades institucionais apropriadas e serão mobilizados recursos para facilitar a sua participação.

A implementação e a coordenação seguirão a abordagem multisectorial que promove a inclusão e a responsabilização a vários níveis. A estrutura abaixo mostra o quadro de ligação institucional e funcional que demonstra supervisão, coordenação técnica e ligações operacionais:

#### LIGAÇÕES INSTITUCIONAIS E FUNCIONAIS



## 6.2 Acordos de Coordenação

### 6.2.1 Nível Nacional

A coordenação da nutrição a nível nacional será alcançada através dos vários comités técnicos de nutrição. Em particular, o Grupo de Trabalho Interministerial para os Assuntos Sociais, o CONSSAN-TL e o Comité Técnico Multisectorial Nacional de Nutrição serão fundamentais para garantir uma resposta nutricional coordenada em Timor-Leste. A Unidade de Missão será o secretariado para a coordenação de vários grupos de trabalho sobre nutrição.

### 6.2.2 Coordenação de Nível

A coordenação a nível municipal será feita através do Grupo de Referência Técnica Multisectorial Municipal – CONSAN-TL (MMTG). Será composto por representantes dos principais departamentos do sector, organizações da sociedade civil e agências do sector privado que implementam atividades de nutrição e produzem produtos alimentares que operam no município. Esta comissão irá funcionar e interligar-se com outras plataformas existentes no município. O MMTG-CONSSAN-TL será responsável pela assessoria técnica ao Presidente do Município além da coordenação da nutrição. O MMTG-CONSSAN-TL trabalhará em estreita colaboração com as estruturas de nível inferior definidas pelo município.

## 6.3 Funções e Responsabilidades

O Governo reconhece a importância das partes interessadas e da parceria na implementação deste Plano de Ação Nacional. Reconhece ainda que lidar com o atraso no crescimento requer uma abordagem multisectorial com uma entidade coordenadora visível. Além disso, a coordenação entre os ministérios competentes compromete a prestação de serviços e a responsabilização, uma vez que é dada muita atenção ao mandato do sector. As partes interessadas incluem ministérios, departamentos, agências, parceiros de desenvolvimento, instituições académicas e de investigação, o sector privado, OSC, ONG e comunidades.

### 6.3.1 Nível Nacional

#### a. CONSSAN-TL

Esta é uma plataforma interministerial de alto nível que reúne representantes de departamentos e serviços governamentais em áreas relevantes relacionadas com a segurança alimentar e nutricional. É responsável por assegurar uma abordagem coordenada em questões de Alimentação e Nutrição cujo objetivo é melhorar o bem-estar da população em geral.

Este está sob a responsabilidade de coordenação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e Soberania de Timor-Leste ao Vice-Primeiro-Ministro, ao Ministro Coordenador dos Assuntos Sociais e ao Ministro do Desenvolvimento Rural e da Habitação Comunitária, tendo em conta os poderes conferidos a o escritório.

**Compete ao Comité:** aprovar o Plano Indicativo de Investimento Operacional em matéria de segurança e soberania alimentar e nutricional; promover medidas que fortaleçam a capacidade da administração pública para o desenvolvimento e execução de políticas públicas relacionadas à segurança e soberania alimentar e nutricional; rever e recomendar a aprovação de políticas, leis e regulamentos relativos à segurança alimentar e nutricional; monitorar e avaliar a implementação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional; aprovar o sistema de monitoramento e avaliação elaborado pela Secretaria Técnica Permanente; e assegurar mecanismos de coordenação eficazes na implementação de programas relacionados com a Alimentação e Nutrição. O comité se reúne mensalmente ou ad hoc com base na agenda. Os detalhes são referidos no decreto-lei.

**b. Unidade de Missão** no Gabinete do Vice-Primeiro-Ministro será orientado pelas disposições estipuladas no decreto. Além disso, a nível técnico será responsável por:

- Fornecer orientação política, supervisão, orientação e defesa de alto nível; liderar a integração e integração da nutrição na agenda de desenvolvimento nacional, nas políticas sectoriais, nos programas e nos serviços de proximidade e garantir a implementação do PAN por outros sectores com base no seu mandato.
- Facilitar a colaboração intersectorial através de uma abordagem multisectorial.
- Facilitar o desenvolvimento de propostas e liderar a mobilização de recursos e negociações com parceiros de desenvolvimento.
- Apoiar os municípios na coordenação e implementação de atividades de nutrição numa abordagem coordenada e multisectorial.
- Coordenar o planeamento e a revisão conjunta com os ministérios e as partes interessadas para fazer um balanço do progresso.
- Realizar reuniões de interface com parceiros de desenvolvimento para atualizações programáticas importantes, em linha com os planos setoriais disponíveis.

### **c. Ministérios e departamentos setoriais**

Seu papel incluirá:

- Integrar a nutrição nas suas políticas e planos sectoriais e apoiar os esforços de implementação a todos os níveis com base no seu mandato.
- Garantir que a nutrição tenha sido adequadamente refletida e financiada nos planos municipais.
- Coordenar programas, projetos e atividades de nutrição nos seus sectores para garantir sinergias.
- Preparação e submissão à Unidade de Missão de planos anuais, relatórios de monitorização e avaliação.
- Fornecimento de orientação técnica e política sobre nutrição às partes interessadas e aos prestadores de serviços sobre questões relativas ao seu sector.
- Garantir o planeamento e orçamentação conjuntos das atividades de nutrição nos orçamentos sectoriais e a implementação dos planos de trabalho sectoriais sobre nutrição.
- Preparar relatórios de monitorização programática e financeira para o sector e submetê-los à Unidade de Missão para fins de monitorização.

#### **Ministério responsável pela Agricultura, Pescas e Florestas (MAF)**

O Ministério está mandatado para promover a produção de culturas, pecuária e pesca. A Política de Segurança Alimentar e Nutricional liga a agricultura e a nutrição, destacando que o desenvolvimento agrícola e rural para os pequenos agricultores é necessário para melhorar o acesso ao mercado e "reduzir a pobreza, garantir a segurança alimentar e nutricional e promover o crescimento económico nas áreas rurais e, portanto, em todas as áreas rurais", a nação". Além disso, o Ministério lidera caminhos de sistemas alimentares sustentáveis que promovem a nutrição e será responsável pela segurança alimentar e nutricional e pela integração da nutrição como uma área prioritária central, concentrando-se na melhoria do acesso aos alimentos e na promoção do consumo de dietas diversificadas. Também promove a biofortificação e o fortalecimento das cadeias de valor para melhorar a produção, a disponibilidade, a distribuição e o acesso a alimentos nutritivos seguros e de alta qualidade. Deverá também garantir que a nutrição seja integrada em vários planos departamentais de agricultura para cumprir o Pilar 2 do PAN-HAM-TIL/CNAP.

#### **Ministério da Saúde**

A Constituição timorense consagra o direito aos cuidados de saúde universais nos termos do artigo 57.º, afirmando: "Todos os cidadãos timorenses têm direito a cuidados de saúde e o Estado tem o dever de promover e proteger este direito gratuitamente, de acordo com as suas capacidades e em conformidade com a lei "(RDTL

2002). Como tal, a prestação de cuidados de saúde universais, gratuitos e de alta qualidade é um foco

central do sector da saúde. O Ministério será, portanto, responsável pela prestação de liderança e direção técnica na programação do sector da saúde e pela prestação de serviços de nutrição clínica e biomédica de qualidade e com boa relação custo-eficácia, incluindo a promoção e a educação para a saúde. Além disso, assegurará a coordenação entre os vários departamentos do Ministério sobre nutrição para garantir sinergia e complementaridade. Além disso, fornecerá orientações políticas relacionadas com a nutrição clínica e biomédica às partes interessadas.

#### **Secretário de Estado da Igualdade**

O Secretário será responsável por fornecer liderança e orientação técnica na integração do género nas intervenções nutricionais. O Secretário promoverá ainda mais o empoderamento económico das mulheres, a integração da nutrição na proteção social para famílias vulneráveis e a mobilização comunitária em apoio à nutrição. Além disso, o Secretário assegurará o direcionamento deliberado para crianças, mães grávidas e lactantes de crianças menores de dois anos.

#### **Ministro da Educação**

O Ministério será responsável pela implementação de programas de saúde e nutrição escolar e de desenvolvimento da primeira infância, incluindo programas de alimentação escolar para o ensino pré e primário. Além disso, o Ministério será responsável pela promoção da nutrição dos adolescentes nas escolas primárias e secundárias, incluindo a integração da educação nutricional nos currículos escolares em todos os níveis do sistema educativo.

#### **Ministério da Solidariedade Social e Inclusão (MSSI) e Ministério do Interior**

O Ministério da Solidariedade Social e Inclusão, em colaboração com o Ministério do Interior, é responsável pela conceção, execução, coordenação e orientação política para a assistência social, segurança social, gestão do risco de catástrofes, incluindo resposta e recuperação de emergência, proteção social das pessoas mais vulneráveis. incluindo pessoas com necessidades especiais na sociedade. Devido ao seu papel crítico na proteção dos grupos vulneráveis, trabalhará em estreita colaboração com a Unidade de Missão para Advogar para a inclusão de mulheres grávidas e mães lactantes de crianças menores de 2 anos para serem alvo de transferências monetárias e outros programas de subsistência. Estas devem ser implementadas com uma educação nutricional forte e intensiva para prevenir o atraso no crescimento nos primeiros anos de vida.

### **Secretário de Estado da Comunicação**

**Social** O Secretário de Estado da Comunicação Social está mandatado para a divulgação de informação ao público em geral e será responsável pelo desenvolvimento e divulgação de informação nutricional multissetorial e sensibilização do público através de diversas plataformas para a população em geral.

### **Ministério do Comércio e Indústria**

O Ministério está mandatado para conceber, implementar, coordenar e avaliar políticas para atividades económicas comerciais e industriais. O Ministério é responsável pela aplicação das secções da legislação relacionadas com o comércio que têm impacto na alimentação e na nutrição, incluindo a lei da contrafação, as normas alimentares, o decreto-lei de fortificação obrigatória de alimentos, incluindo a iodização do sal. Deverá também promover a fortificação de certas vitaminas e minerais que influenciam o crescimento infantil, incluindo o Código de Comercialização de Substitutos do Leite Materno, e será coordenado através das estruturas aprovadas.

### **Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico**

O Ministro do Planeamento e Estratégico O Investimento, no cumprimento do seu mandato, é responsável por conceber, coordenar e avaliar a política de promoção do desenvolvimento económico e social do país através do planeamento estratégico e integrado e da racionalização dos recursos financeiros disponíveis. Esta função específica assume suas responsabilidades pela implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento, especialmente no que diz respeito às Infraestruturas e Planeamento Urbano e Ordenamento e Organização do Território ligados à proteção social; água e saneamento. Incluirá consultoria de parceria privada estratégica para investimento em nutrição.

### **Ministério da Justiça**

O Ministério será responsável pela elaboração de legislação que apoie a alimentação, a nutrição e o bem-estar do povo de Timor-Leste. Eles também devem monitorar e fazer cumprir a implementação das legislações.

### **Ministério das Finanças**

O Ministério está mandatado para preparar orçamentos, contas do Estado, direitos aduaneiros para importações e alocação de fundos para os ministérios, incluindo desembolsos. O Ministério será, portanto, responsável pela criação de rubricas orçamentais para a nutrição nos ministérios sectoriais e no município, mediante solicitação.

### **Ministério da Administração Estatal**

O Ministério da Administração Estatal está mandatado para conceber, implementar, coordenar e avaliar políticas para o governo local, descentralização administrativa, apoio para organizações comunitárias, promoção do desenvolvimento local, organização e implementação de processos eleitorais e referendários, promoção da higiene e organização urbana, e classificação e conservação de documentos oficiais com valor histórico. O Ministério será, portanto, responsável pela institucionalização de estruturas a nível municipal e comunitário, defendendo o financiamento multissetorial da nutrição e o voluntariado comunitário, incluindo PSF/grupos de apoio às mães.

### **Ministério da Economia (AIFAESA, IQTL&CLN)**

O Ministério dos Assuntos Económicos está mandatado para inspecionar, monitorizar a qualidade, o controlo e o saneamento do ambiente em que os alimentos são produzidos. A Autoridade será, portanto, responsável por garantir que os alimentos produzidos ou importados sejam de qualidade para consumo. O Ministério facilitará o desenvolvimento e a revisão de padrões alimentares, regulamentará as organizações de produção de alimentos, monitorará e manterá os padrões alimentares, certificará e controlará a comercialização de alimentos para garantir que sejam de alta qualidade. O Ministério realizará o seu trabalho em colaboração com o Ministério do Comércio e Indústria.

### **Desenvolvimento Rural**

O Ministério do Desenvolvimento Rural e Habitação Comunitária colaborará com todos os ministérios sectoriais para planear, implementar e monitorizar as intervenções e atividades destacadas no plano de ação nacional multissetorial para a nutrição (NMNAP) a nível municipal. O Ministério do Desenvolvimento Rural trabalhará em estreita colaboração para garantir a atribuição de recursos para intensificar a implementação das intervenções nas zonas rurais, especialmente nas zonas remotas. O Ministério advogará para e apoiará os sectores no planeamento da obtenção de uma cobertura eficaz para as intervenções listadas no plano de ação nacional.

## Ambiente

O Ministério do Ambiente será responsável por articular o impacto da degradação ambiental e das alterações climáticas em todos os sectores e assistir, discutir e aconselhar sobre abordagens adequadas, medidas de mitigação e adaptação de intervenções dentro dos sectores. O Ministério do Ambiente será também responsável por Advogar para e garantir a atribuição de recursos para intervenções adaptadas ao clima que tenham impacto no estado nutricional das crianças, das mulheres em idade reprodutiva e de toda a população.

## Cooperativas

As Cooperativas trabalharão com o Ministério da Agricultura, Pecuária, Pescas e Florestas e Desenvolvimento Rural e Habitação Comunitária para mobilizar os pequenos agricultores e os pequenos produtores de alimentos para os unir e reduzir a fragmentação e os elevados custos de transação para melhorar a qualidade da dieta através da garantia de alimentos sustentáveis. A Cooperativa facilitará a disponibilização de informação e aumentará o conhecimento dos pequenos agricultores e pequenos produtores alimentares, fará pressão junto do Ministério das Obras Públicas e do Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico, da Secretaria de Estado da Igualdade e do Ministério das Finanças para influenciar os recursos financeiros para reduzir as restrições nas infraestruturas e nos mercados. As Cooperativas permitirão que os pequenos agricultores e os pequenos produtores de alimentos superem estes constrangimentos, aumentando o acesso a recursos e serviços, incluindo informação, oportunidades económicas e de mercado, melhorando a inclusão social e dando aos seus membros uma voz para advogar para em os seus interesses na política e na tomada de decisões.

**Instituições Acadêmicas e de Pesquisa** As instituições académicas e de investigação serão responsáveis pela realização de investigação rigorosa sobre nutrição e pela divulgação dos resultados para informar a orientação política e a programação. As instituições académicas também desempenharão um papel importante na garantia de que o currículo da educação inicial e contínua aborda questões nutricionais atualizadas e relevantes para o contexto de Timor-Leste. Trabalhará em estreita colaboração com o Instituto de Saúde Pública e outras instituições.

### d. Parceiros de desenvolvimento:

O papel dos parceiros de desenvolvimento inclui:

- Empreender uma defesa de alto nível da nutrição como uma prioridade para o desenvolvimento do capital humano na agenda nacional.
- Apoiar decisões políticas que tenham influência nos resultados nutricionais.
- Identificação de recursos de financiamento e mobilização conjunta de recursos, alocação e apoio.
- Facilitar iniciativas de prestação de serviços com recursos necessários.
- Apoiar o trabalho analítico para informar a implementação e monitorização de políticas.
- Alinhar o seu apoio à nutrição com o Plano Nacional de Ação Multisectorial para a Nutrição e com o quadro de resultados comum acordado (o PAN).
- Fazer lobby para aumentar o financiamento da nutrição por parte do governo para a sustentabilidade.

### 6.3.2 Operacional

- a. **Municipais:** O Chefe Municipal será responsável pelas atividades de nutrição e será responsável apoiado pela nutrição do DPHO. O município será responsável pelo seguinte:
- Mobilizar recursos para a implementação de programas de nutrição a nível municipal.
  - Desenvolver planos municipais anuais para implementação de intervenções nutricionais.
  - Garantir que a coordenação multisectorial da nutrição (CONSSAN-TL) esteja funcional.
  - Supervisionar e monitorizar os parceiros de implementação a nível submunicipal.
  - Prestação de serviços de nutrição.
  - Garantir que intervenções de mudança social e comportamental sejam promovidas em todas as comunidades.
  - Mobilizar recursos para atividades de nutrição a nível municipal.
  - Garantir que as OSC nos seus municípios estejam alinhadas com as suas necessidades e prioridades com base nas ações acordadas a nível nacional para reduzir o atraso no crescimento.
  - Agente comunitário de apoio à nutrição (extensionista, coordenador de nutrição), incluindo OSC que operam abaixo do distrito.

b. **Organizações da Sociedade Civil:** Serão OSC que operam em municípios específicos e possivelmente numa área específica, abrangendo uma série de Grupos. Elas vão:

- Apoiar na capacitação e trabalhar em estreita colaboração com os extensionistas, coordenadores de nutrição e outros trabalhadores comunitários
- Apoiar o aumento e a expansão de grupos de mães
- Apoiar a implementação de atividades-chave acordadas a nível nacional como prioridades para a redução do atraso no crescimento
- Alinhar e implementar os seus programas e projetos para complementar os esforços dos governos.
- Fornecer apoio técnico aos setores aos quais estão alinhados, quando necessário.
- Apoio na funcionalidade de estruturas de coordenação.
- Apoio em atividades de mudança social e comportamental nas comunidades.

## 7. QUADRO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

### 7.1 Justificativa para Monitoramento e Avaliação no PAN

Em linha com a gestão baseada em resultados estipulada no CNAP, este plano apoiará o trabalho em curso para consolidar o CNAP

Quadro de M&A no acompanhamento de um conjunto de indicadores de desempenho a nível subnacional. Basear-se-á nos sistemas existentes que demonstraram ser eficazes, ao mesmo tempo que explora abordagens para dados em tempo real. Este sistema será harmonizado com outros planos sectoriais para evitar duplicação na gestão de dados. Deverá também retirar continuamente lições e documentar provas sobre: o desempenho global do Plano de Ação Nacional; cobertura de intervenções nutricionais de alto impacto e motores de sucesso; e impacto na prestação e utilização de intervenções nutricionais selecionadas que visam reduzir o atraso no crescimento.

### 7.2 Objetivos do Quadro de Monitorização e Avaliação do PAN

O objetivo do quadro de Monitorização e Avaliação do PAN é apoiar o progresso contínuo na implementação do Pilar 2 e das intervenções nutricionais que contribuem para os Pilares 1, 3 e 5 do Plano de Ação Nacional para um Timor Leste Livre da Fome e da Desnutrição (PAN -HAM TIL/ CNAP-NFS) de forma coordenada.

Os objetivos específicos do quadro de monitorização e avaliação são:

- Definir indicadores-chave de desempenho que acompanharão o progresso na implementação de intervenções nutricionais.
- Definir as fontes de dados necessárias para nutrição M e E.

### 7.3 Requisitos de Informação

Os principais resultados a monitorizar incluirão o estado nutricional das crianças menores de 5 anos e das mulheres em idade reprodutiva (AMR). Irá também monitorizar a eficácia dos programas de nutrição em termos de prestação de serviços de qualidade, cobertura e lacunas de recursos.

### 7.4 Atividades de Monitoramento e Avaliação do NAP

As seguintes atividades constituirão os elementos do sistema NAP M e E:

#### 7.4.1 Atividades de Monitoramento

- Visitas trimestrais de monitoramento de campo:** Serão realizadas visitas de monitorização no terreno a locais selecionados para avaliar o progresso na implementação das atividades e também para identificar lacunas e estrangulamentos enfrentados. Servirá também como base para o diálogo com prestadores de serviços e implementadores.
- Avaliações nutricionais semestrais:** Estes serão realizados para analisar o progresso da implementação das atividades do PAN a nível nacional para a tomada de decisões.

#### 7.4.2 Avaliação

A avaliação dos resultados e impactos da nutrição será feita através de:

- Pesquisas nacionais periódicas:** como os Inquéritos Demográficos e de Saúde (DHS), Inquéritos de Indicadores Multiclustor (MICS) e outros inquéritos nacionais para medir o impacto.
- Avaliação Intercalar:** Isto será feito a meio da sua implementação, como na prioridade 1 (anos 1 e 20 para medir o impacto das intervenções selecionadas,
- Fim da avaliação do NAP:** Isto será feito no final do PAN para avaliar o impacto global e tirar lições para informar a programação futura.

## **7.5 Estrutura de Monitoramento e Avaliação**

A Monitorização e Avaliação serão realizadas a nível comunitário, municipal e nacional sob a liderança da Unidade de Missão.

- a. Nível nacional:** A Unidade de Missão no Gabinete do Vice-Primeiro Ministro manterá um repositório de informações de diversas fontes sobre o desempenho do PAN. As agências das partes interessadas a nível nacional, municipal e submunicipal fornecerão periodicamente relatórios (programa e fiscal) ao secretariado sobre as suas respetivas áreas (mandatos) de enfoque, em conformidade com as linhas de reporte acordadas.
- b. Nível municipal:** A Secretaria Municipal irá coordenar e consolidar a informação relacionada com a nutrição de vários departamentos sectoriais, OSC e outros intervenientes. Isto será feito através de relatórios administrativos de rotina, tais como relatórios mensais, trimestrais e anuais.
- c. Nível da comunidade:** Prevê-se que os extensionistas, os coordenadores de nutrição e outros quadros, conforme definido pelas partes interessadas a nível nacional, recolham e apresentem dados relacionados com a nutrição com base na lista de verificação acordada.

A matriz de implementação que mostra os indicadores de resultados, metas e responsabilidades foi apresentada no Anexo 2 e no Anexo 3 que mostram o Quadro de Monitorização e Avaliação.

## **7.6 Fluxo de Informações**

A informação fluirá das comunidades para o município para consolidação e depois será submetida à Unidade de Missão como Secretariado. Uma consideração pode ser feita para estabelecer um sistema M e E baseado na web para dados em tempo real. programação.

**ANEXO**

---

# ANEXO 1: TERMOS DE REFERÊNCIA PARA ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

## A. ESTRUTURAS DE SUPERVISÃO

### 1. Grupo de Trabalho sobre Nutrição e Segurança Alimentar (NFS-WG)

Este é um comité de alto nível que está sob a orientação e supervisão geral do Grupo de Trabalho Interministerial para os Assuntos Sociais (IMTSA) liderado pelo Vice-Primeiro Ministro. O comité supervisiona e fornece orientação sobre questões de nutrição e segurança alimentar para garantir harmonização e sinergias na implementação do programa.

#### Escopo do Trabalho

- Sob a orientação e reportando ao Grupo de Trabalho Interministerial para os Assuntos Sociais (IMTSA), coordenar atividades e intervenções relacionadas com a nutrição e segurança alimentar, fornecendo uma plataforma onde todas as organizações relevantes possam reunir-se a nível técnico e alinhar-se com o GTL prioridades para abordar questões relacionadas com a nutrição e a segurança alimentar e promover a colaboração intersectorial.
- Garantir que os ministérios governamentais relevantes implementem as ações do “Plano de Ação Nacional Consolidado para a Segurança Nutricional Alimentar (CNAP-NFS)”, incluindo as atividades com objetivos nutricionais explícitos e indicadores de desempenho nos planos de ação anuais do Ministério.
- Garantir que os ministérios relevantes atribuam orçamento para implementar as atividades do CNAP-NFS como um processo integral de orçamentação nacional/subnacional e sectorial e garantir que as contribuições dos parceiros de desenvolvimento estejam alinhadas para otimizar sinergias e impacto.
- Reportar ao Grupo de Trabalho Interministerial para os Assuntos Sociais (IMTSA) sobre o progresso da implementação do CNAP-NFS.
- Advogar para junto dos parceiros de desenvolvimento a colmatação de quaisquer lacunas de financiamento e a prestação de assistência técnica em alinhamento com o CNAP-NFS, conforme necessário, com relevância do financiamento conjunto para o máximo impacto.
- Socialização do CNAP-NFS junto dos ministérios e intervenientes relevantes, incluindo com governos subnacionais.

### Composição do NFS-GT:

O comité é composto por membros principais e membros consultivos conforme descrito abaixo:

- Ponto Focal do Gabinete do Vice-Primeiro Ministro
- Os Membros Principais incluem DGs de: Ministério da Agricultura, Pecuária, Pescas e Florestas; Ministério da Solidariedade Social e Inclusão; Ministério da Saúde
- Diretor Executivo – Unidade de Missão para o Combate ao Nanismo (UNMICS) e Ponto Focal do Secretariado do Sol
- Conselho Nacional de Segurança Alimentar, Soberania e Nutrição (CONSSAN-TL)
- Parceiros governamentais: Austrália, USAID, Nova Zelândia, Japão, Coreia, Indonésia
- Organizações multilaterais: UE, Banco Mundial, PMA e UNICEF (como copresidentes do Grupo de Resultados do Quadro de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável da ONU sobre Nutrição e Segurança Alimentar, representando todas as agências da ONU)
- Organizações da Sociedade Civil: Fórum de ONG de Timor-Leste (FONGTIL)
- Os Membros Consultivos, que serão convidados sempre que necessário, incluem DGs de: Ministério da Educação; Ministério do Ensino Superior; Ministério da Juventude, Desporto, Arte e Cultura; Ministério do Comércio e Indústria; Ministério das Finanças; Ministério Público Funciona; Ministério da Justiça; Ministério da Administração Estatal; Gabinete do Ministro Coordenador dos Assuntos Sociais; Ministério do Desenvolvimento Rural e Habitação Comunitária; Secretária de Estado para a Igualdade; Secretário de Estado da Eletricidade, Água e Saneamento; Parceiros governamentais: Embaixadas baseadas em Díli e Jacarta; Organizações Intergovernamentais: ASEAN e outras, conforme necessário; Organizações Multilaterais: BAD e outras, conforme necessário; organizações da sociedade civil; academia; setor privado.

**Frequência e logística das reuniões:**

- O ponto focal do Gabinete do VPM, os Membros Centrais dos ministérios e os parceiros de desenvolvimento reunir-se-ão de dois em dois meses. Reuniões adicionais podem ser organizadas conforme e quando necessário. As reuniões serão presididas pelo Ponto Focal do Gabinete do VPM e deverão contar com a presença de todos os membros do núcleo conforme acima indicado. As decisões do NFS-WG devem ser endossadas por um quórum de pelo menos seis membros. As atas das reuniões serão compartilhadas uma semana após a reunião.
- Os Membros Consultivos dos Ministérios e os parceiros de desenvolvimento serão convidados como e quando necessário.
- O ponto focal do escritório do VPM, como parte do Secretariado da IMTSA, será responsável por enviar convites de reuniões com agenda, circular atas e documentos relevantes, bem como reportar os resultados das reuniões e o progresso do NFS-WG para a IMTSA.

**B. ESTRUTURAS DE COORDENAÇÃO TÉCNICA**

**1. Comité Técnico Nacional Multissetorial de Nutrição (NMTC)**

O Grupo Nacional de Referência Técnica Multissetorial visa fortalecer a coordenação e o trabalho em rede entre as partes interessadas na resposta nacional. O comité receberá atualizações técnicas e relatórios. O Comité será liderado pelo presidente central da Unidade de Missão por uma organização da ONU em rotação e será responsável pela definição da agenda e pelo acompanhamento das decisões e ações acordadas. O comité será também uma plataforma para partilha e divulgação de informações, incluindo atualizações de projetos. Deve também validar os documentos estratégicos sobre nutrição antes de os submeter ao Grupo de Trabalho sobre Segurança Alimentar e Nutricional (NFS-WG) para aprovação.

O Comité também será responsável por discutir quaisquer questões globais emergentes, como do SUN, N4G, resolução da ONU, etc., e fornecer parecer técnico ao NFS-WG.

**Escopo do Trabalho**

O escopo de trabalho do comité inclui o seguinte:

- Fornecer uma plataforma para coordenação, responsabilização, alinhamento e harmonização de programas de nutrição entre os parceiros que apoiam a nutrição.
- Receber relatórios técnicos e atualizações de

- os ministérios, OSC, ONU e outros parceiros.
- Facilitar ligações, diálogo e partilha de informações entre as partes interessadas municipais, nacionais e internacionais que trabalham em nutrição.
- Garantir que os ministérios, departamentos e agências adotem um entendimento comum das abordagens nutricionais com base nos seus mandatos, atividades e prioridades alinhadas com o PAN e documentos de alto nível, como o PAN-HAM-TIL/ CNAP.
- Fornecer feedback ao Comité Técnico Multissetorial Municipal de Nutrição sobre questões emergentes.
- Fornecer orientação estratégica e técnica ao Gabinete de Coordenação de Nutrição (A Unidade de Missão)
- Acompanhar o progresso na implementação dos compromissos nacionais e dos compromissos globais que Timor-Leste assinou como país.
- Participar nas revisões anuais conjuntas.

**Composição**

O Comité será uma plataforma aberta para profissionais de nutrição e será composto por uma secção transversal de partes interessadas a nível técnico que inclui: ministérios; departamentos e agências; parceiros de desenvolvimento; Agências da ONU, organizações da sociedade civil; setor privado; meios de comunicação; pesquisadores, academia entre outros com interesse em nutrição. A Unidade de Missão será a secretaria e será responsável pelo envio de convites, partilha de atas e elaboração da agenda.

**Frequência das reuniões:**

- O ponto focal da Unidade de Missão e o presidente principal serão responsáveis pela definição da agenda e pela convocação de reuniões trimestrais.
- As reuniões ad hoc serão convocadas mediante apresentação de itens críticos da agenda à Unidade de Missão que, juntamente com o presidente principal, determinará a necessidade da reunião.
- Os presidentes principais serão parceiros de desenvolvimento em rotação a cada dois anos.

## C. NÍVEL OPERACIONAL

### 1. TOR MUNICIPAIS DE KOSSANTIL

A nível municipal, o Grupo de Trabalho Interministerial é representado pelo Presidente da Câmara Municipal. É composto pelos representantes intersectoriais municipais. É responsável por: garantir a implementação das recomendações do CONSSAN-TL nos municípios; criar sinergias e reforçar a coordenação entre sectores e intervenientes a nível municipal; estabelecer diálogos entre diferentes partes relativamente ao desenvolvimento e implementação de políticas, planos e programas de segurança alimentar e nutricional; executar outras responsabilidades que lhe sejam determinadas pelo CONSSAN-TL. O município é a secretaria e é composto por pelo menos três servidores públicos de secretarias governamentais e é responsável por: coletar e analisar informações sobre o estado da segurança alimentar nos respetivos municípios; preparar relatórios para esse fim; elaborar relatórios mensais sobre o andamento da implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas relacionadas à segurança e soberania alimentar e nutricional; divulgação de publicações de segurança sobre alimentação e nutrição nos municípios; e reportar-se à Secretaria Técnica Permanente e executar outras tarefas atribuídas.

### 2. Comitê Técnico Municipal Multissetorial de Nutrição

O Comitê Técnico Municipal de Nutrição visa reforçar a coordenação nutricional e o trabalho em rede entre as partes interessadas que trabalham no município. Fornecerá orientação técnica na implementação de intervenções nutricionais e receberá atualizações dos departamentos governamentais competentes e relatórios de todos os parceiros de implementação. Também fornece uma plataforma para todas as partes interessadas que trabalham no município partilharem informações e divulgarem documentos estratégicos, incluindo resultados de avaliações de programas.

#### Escopo do Trabalho

- O escopo de trabalho do comitê inclui, mas não está limitado ao seguinte:
- Fornecer uma plataforma para coordenação, responsabilização, alinhamento, harmonização e partilha de informação entre parceiros a nível municipal.
- Fornecer atualizações, relatórios e orientação técnica à KOSSANTIL em relação ao conjunto

metas.

- Advogar para a nutrição para garantir que esta seja priorizada nos planos municipais de todos os departamentos.
- Participar em reuniões anuais de avaliação, fóruns de aprendizagem, divulgação de investigação e outros eventos nacionais sobre nutrição.
- Realizar o mapeamento das partes interessadas para garantir uma cobertura eficaz das intervenções nutricionais no município.
- Mobilizar recursos para programas de nutrição dentro do município, incluindo monitorização de atividades.
- Facilitar a criação e o fortalecimento de estruturas comunitárias para a implementação de intervenções nutricionais, tais como grupos de mães.

#### Composição do NFS-GT:

O Comité será uma plataforma aberta para todos os implementadores de nutrição e será composto por uma secção transversal de partes interessadas a nível técnico que inclui: responsáveis departamentais de nutrição nas áreas da saúde, agricultura, obras públicas, educação, etc.; organizações da sociedade civil; meios de comunicação; pesquisadores e académicos, entre outros, com interesse em nutrição.

#### Frequência das reuniões:

- O ponto focal designado pelo município será o presidente e o presidente principal e será eleito pelos membros e em rodízio a cada dois anos.
- As reuniões ad hoc serão convocadas mediante apresentação de itens críticos da agenda ao ponto focal que, juntamente com o presidente principal, determinará a necessidade da reunião.
- As reuniões serão realizadas bimestralmente ou pontualmente de acordo com a agenda.

**ANEXO 2: MATRIZ DE IMPLEMENTAÇÃO**

<b>Objectivo estratégico 4.5.1: Prevenir a subnutrição com ênfase no atraso no crescimento</b>			
<b>Estratégia 4.5.1.1: Promover uma nutrição ideal para mães, bebês e crianças pequenas</b>			
<b>Ações</b>	<b>Indicador de saída/processo</b>	<b>Alvo</b>	<b>Responsabilidade</b>
Desenvolver/revisar o manual de formação sobre MIYCN para integrar pacotes de estimulação precoce, nutrição e aconselhamento nutricional para plataformas comunitárias e de instalações, incluindo material IEC para incorporar questões emergentes.	Pacote de treinamento sobre MIYCN revisado		Unidade de Missão, Solidariedade Social e Inclusão, Igualdade, Saúde, Agricultura, Secretaria de Comunicação Social e Ministério da Administração Estatal, Comunicação Social, PDs, ONU.ONGs
Realizar a sensibilização da comunidade sobre a nutrição materna ideal utilizando vários canais	Número de campanhas de sensibilização comunitária realizadas		Unidade Missionária e Ministério da Saúde, Solidariedade Social, Ministério da Agricultura, ONG, Agricultura, Administração Estatal, Secretaria de Comunicação Social, Meios de Comunicação Social, PDs, ONU
Fortalecer e ampliar grupos comunitários de mães para a realização de intervenções MIYCN.	Número de grupos de mães que realizam intervenções MIYCN		Unidade Missionária e Ministério da Saúde, Solidariedade Social, Ministério da Agricultura, ONG, PD, ONU
Desenvolver/Revisar estratégia/plano de nutrição para adolescentes.	Plano estratégico de nutrição para adolescentes revisado		Unidade de Missão e Ministério da Saúde, Solidariedade Social, Ministério da Agricultura, Equidade e Inclusão, Educação, ONG, PD, ONU
Facilitar a integração do MIYCN noutros planos sectoriais, como a Agricultura.	Número de sessões realizadas.		Unidade Missionária, MoA, PDs Municipais, ONU
Realizar análises de lacunas nos planos e estratégias sectoriais para identificar lacunas no MIYCN e desenvolver a sua capacidade para prestar serviços de nutrição de forma eficaz.	Número de sessões de análise de lacunas realizadas		Unidade Missionária, UNICEF, Secretaria de Comunicação Social, PDs
Garantir a alimentação e os cuidados ideais para mães, bebês e crianças pequenas com condições médicas especiais.	Número de sessões realizadas em mães, bebês e crianças pequenas com condições médicas especiais		Ministério da Saúde, UNICEF, Ministério da Agricultura, ONG, PDs
Fortalecer o MIYCN entre as instalações e a plataforma comunitária para garantir a continuidade dos cuidados e apoio à sustentabilidade, ligando-se a outros sectores e intervenientes que trabalham a nível comunitário.	Número de instalações e plataformas comunitárias que implementam MIYCN		Unidade Missionária e Ministério da Saúde, Solidariedade Social, Ministério da Agricultura, ONG, PD, ONU
Garantir que sejam realizadas sessões de aconselhamento nutricional para mães e cuidadores utilizando plataformas de prestação de serviços existentes, tais como monitorização e promoção do crescimento, clínicas pós-natais e pré-natais e plataformas comunitárias.	Número de sessões de aconselhamento realizadas		Ministério da Saúde, Solidariedade Social, Ministério da Agricultura, ONG, Administração Estatal, Igualdade, PDs, ONU
Monitorizar a implementação de intervenções MIYCN em todos os sectores baseados em plataformas de prestação de serviços, mediante mandato.	Número de visitas de monitoramento realizadas		Saúde, Agricultura, Educação, Informação e Comunicação, Parlamentares, Secretário de Estado do Social, PDs, Comunicação da ONU e Ministério da Administração Estatal, Unidade de Missão, Média, PDs, ONU
Capacitar os extensionistas para fornecer MIYCN ao nível da aldeia.	Número de extensionistas treinados		Unidade Missionária e Ministério da Saúde, Ministério da Agricultura, ONG, PDs, ONU
Reforçar a coordenação entre o coordenador de nutrição e o extensionista para garantir a complementaridade.	Número de reuniões realizadas		Unidade Missionária e Ministério da Saúde, Solidariedade Social, Ministério da Agricultura, ONG, PD, ONU

**Objetivo estratégico 4.5.1: Prevenir a subnutrição com ênfase no atraso no crescimento**

**Estratégia 4.5.1.2: Promover práticas de estimulação, nutrição e cuidado antes, durante e depois da gravidez**

Ações	Indicador de saída/processo	Alvo	Responsabilidade
Rever os pacotes de formação em nutrição para integrar a estimulação precoce e a nutrição e outros aspetos sensíveis à nutrição para diferentes pontos de prestação de serviços.	Pacote de treinamento nutricional revisado		Unidade Missionária, Ministério da Saúde, INSPIL, PDs, ONU
Implementar o pacote revisto de nutrição integrada, estimulação precoce e nutrição através da formação de prestadores de serviços (saúde, agricultura, género, educação e outros trabalhadores comunitários).	Lançamento do pacote revisado de nutrição integrada, estimulação precoce e nutrição.		Unidade Missionária, Ministério da Saúde, INSPIL, PDs, ONU
Desenvolva e divulgue mensagens específicas de nutrição, estimulação, carinho e carinho para todas as plataformas.	Mensagens específicas de nutrição, estimulação, carinho e carinho desenvolvidas		Unidade Missionária e Ministério da Saúde, Solidariedade Social, Ministério da Agricultura, ONG, PD, ONU
Facilitar o desenvolvimento/revisão do pacote de formação em nutrição para pré-escolas/centros de DPI para incluir estimulação, carinho e cuidado.	Pacote de chuva nutricional desenvolvido para pré-escolas/centros de DPI		Unidade Missionária, Ministério da Saúde, Educação, PDs, ONU
Vincular crianças de 3 a 5 anos a pré-escolas para aprendizagem e desenvolvimento precoce.	Número de crianças de 3 a 5 anos vinculadas.		Unidade Missionária e Ministério da Saúde, Solidariedade Social, Ministério da Agricultura, Educação, ONG, PD, ONU

**Estratégia 4.5.1.3: Promover a alimentação complementar adequada à idade e a amamentação contínua para bebés e crianças pequenas com idades compreendidas entre os 6 e os 23 meses**

Ações	Indicador de saída/processo	Alvo	Responsabilidade
Elaborar manual CCFLS e treinar prestadores de serviços.	Manual CCFLS desenvolvido.		Unidade Missionária e Ministério da Saúde, Solidariedade Social, Ministério da Agricultura, PDs, ONU
Integrar Sessões de Alimentação Complementar e Aprendizagem lideradas pela Comunidade (CCFLS) nas atividades dos grupos de mães comunitárias.	Número de grupos de mães conduzindo CCFLS		Unidade Missionária e Ministério da Saúde, Solidariedade Social, Ministério da Agricultura, ONG, PD, ONU
Realizar monitoramento e orientação contínuos aos prestadores de serviços.	Número de visitas de monitoramento realizadas.		Unidade Missionária e Ministério da Saúde, Solidariedade Social, Ministério da Agricultura, ONGs
Facilitar a revisão/desenvolvimento, impressão e divulgação de diretrizes de alimentação complementar adequadas à idade.	Diretrizes de alimentação complementar adequadas à idade desenvolvidas		Unidade Missionária e Ministério da Saúde, Solidariedade Social, Ministério da Agricultura, PDs, ONU
Sensibilizar a população em geral sobre a alimentação complementar adequada à idade, através de vários canais, incluindo rádios e TVs.	Número de sessões de sensibilização comunitária realizadas		Saúde, Agricultura, Educação, Informação e Comunicação, Secretaria de Estado da Comunicação Social e Ministério da Administração Estatal, Unidade de Missão, Comunicação Social. Líderes religiosos, PDs, ONU
Facilitar o fornecimento de alimentação complementar geral (disponível localmente) para crianças de 6 a 23 meses, mulheres grávidas e mães lactantes de crianças de 0 a 6 meses.	Número de público-alvo alcançado		Unidade Missionária e Ministério da Saúde, Solidariedade Social, Ministério da Agricultura, Igualdade, PDs, ONU
Realizar chás de bebé para recém-nascidos para promover a amamentação exclusiva e mobilizar o apoio das comunidades para apoiar a mãe.	Número de chuveiros realizados para promoção do AME		Saúde, Agricultura, Educação, Informação e Comunicação, Secretário de Estado da Comunicação Social e Ministério da Administração Estatal, Unidade de Missão, PDs, ONU

**Objetivo estratégico 4.5.1: Prevenir a subnutrição com ênfase no atraso no crescimento**

**Estratégia 4.5.1.3: Promover a alimentação complementar adequada à idade e a amamentação contínua para bebés e crianças pequenas com idades compreendidas entre os 6 e os 23 meses**

<b>Ações</b>	<b>Indicador de saída/processo</b>	<b>Alvo</b>	<b>Responsabilidade</b>
Apoiar o estabelecimento de estruturas comunitárias, capacitar os trabalhadores comunitários e voluntários para a prestação eficaz de sessões de alimentação complementar adequadas na comunidade.	Número de estruturas comunitárias estabelecidas		Saúde, Agricultura, Educação, Informação e Comunicação, Secretário de Estado da Comunicação Social e Ministério da Administração Estatal, Unidade de Missão, PDs, ONU
Realizar chás de bebê comunitários para promover a alimentação complementar ideal e a amamentação contínua dos 6 aos 23 meses e além.	Número de banhos realizados para promoção da alimentação complementar e continuidade do aleitamento materno		Saúde, Agricultura, Educação, Informação e Comunicação, Secretário de Estado da Comunicação Social e Ministério da Administração Estatal, Unidade de Missão, PDs, ONU

**Estratégia 4.5.1.4: Promover o envolvimento masculino e abordar questões de género e socioculturais que afetam as práticas ideais de MIYCN**

<b>Ações</b>	<b>Indicador de saída/processo</b>	<b>Alvo</b>	<b>Responsabilidade</b>
Facilitar a mobilização das comunidades e da população em geral para promover intervenções de MSC que abordem questões de género e socioculturais que afetam a MIYCN.	Número de sessões de mobilização comunitária realizadas		Saúde, Agricultura, Educação, Informação e Comunicação, Igualdade e Inclusão, Secretário de Estado da Comunicação Social e Ministério da Administração Estatal, Parlamentares, Unidade Missionária, Unidade Missionária, Líderes Religiosos, PDs, ONU
Realizar campanhas de sensibilização sobre a importância do empoderamento das mulheres na melhoria dos resultados nutricionais.	Número de campanhas de conscientização realizadas		Saúde, Agricultura, Educação, Informação e Comunicação, Secretário de Estado da Comunicação Social, Ministério da Administração Estatal, Igualdade e Inclusão, Parlamentares, Unidade Missionária, Unidade Missionária, Líderes Religiosos, PDs, ONU
Conceber, produzir e divulgar mensagens educativas no MIYCN destinadas a quebrar barreiras culturais à nutrição.	Número de mensagens educativas desenvolvidas no MIYCN		Saúde, Agricultura, Igualdade e Inclusão, Informação e Comunicação, Secretário de Estado da Comunicação Social e Ministério da Administração Estatal, Unidade de Missão, PDs, ONU
Facilitar a identificação de defensores a diferentes níveis para promover e quebrar barreiras culturais à participação dos homens na programação nutricional.	Número de campeões identificados		Unidade de Missão e Ministério da Saúde, Solidariedade Social, Ministério da Agricultura, Secretário de Estado da Comunicação Social e Ministério da Administração Estatal, PDs, ONU

**Objetivo estratégico 4.5.1: Prevenir a subnutrição com ênfase no atraso no crescimento**

**Estratégia 4.5.1.5: Fortalecer e institucionalizar a implementação da iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC) e aplicação de instrumentos legais**

<b>Ações</b>	<b>Indicador de saída/processo</b>	<b>Alvo</b>	<b>Responsabilidade</b>
Defesa da institucionalização da IHAC nos serviços de saúde e nas comunidades.	Número de reuniões de defesa de direitos realizadas.		Unidade Missionária, Ministério da Saúde, ONG, Municípios, Ministério da Administração Estatal, PDs, ONU
Garantir a avaliação e certificação das unidades de saúde como hospitais/ instalações de saúde BF.	Número de unidades de saúde avaliadas		Unidade Missionária, Ministério da Saúde, Municípios, PDs, ONU
Aplicar o código de comercialização de substitutos do leite materno.	Código de marketing para substitutos do leite materno aplicado		Unidade Missionária, Ministério da Saúde, Municípios, Comércio e Indústria, Justiça, PDs, ONU
Monitorar a adesão ao Código de Comercialização de Substitutos do Leite Materno, inclusive durante emergências.	Número de visitas de monitoramento realizadas		Unidade Missionária, Ministério da Saúde, Comércio e Indústria, Justiça, PDs, ONU
Advogar para a revisão da lei de proteção à maternidade para aumentar a licença maternidade.	Número de reuniões de defesa de direitos realizadas		Saúde, Igualdade e Inclusão, Informação e Comunicação, Secretário de Estado da Comunicação Social e Ministério da Administração Estatal, Unidade de Missão, PDs, ONU
Realizar sessões de educação cívica em todos os níveis, incluindo indústrias e empresas, sobre o código de comercialização de substitutos do leite materno.	Número de sessões de educação cívica realizadas		Informação e Comunicação, Secretaria de Estado da Comunicação Social e Ministério da Administração Estatal, Unidade de Missão, Municípios, Igualdade e Inclusão, DP, ONU
Orientar as diversas partes interessadas, incluindo os meios de comunicação social e a sociedade civil, sobre o código de comercialização dos substitutos do leite materno.	Número de stakeholders orientados sobre o código de marketing.		Unidade Missionária, Ministério da Saúde, Municípios, Comércio e Indústria, Informação e Comunicação, PDs, ONU
Defenda a fortificação de alimentos comumente consumidos, como arroz, açúcar, óleo de cozinha, farinha, óleo de cozinha, incluindo iodização do sal.	Número de reuniões de defesa de direitos realizadas		Unidade Missionária, Ministério da Saúde, Municípios, Comércio e Indústria, Informação e Comunicação, Assuntos Económicos, Agricultura, Administração Estatal, Comunicação Social, PDs, ONU
Monitorizar a qualidade e segurança dos alimentos produzidos localmente e importados para cumprir os padrões nacionais de fortificação.	Número de visitas de monitoramento realizadas		Unidade Missionária, Ministério da Saúde, Municípios, Comércio e Indústria, Municípios, Assuntos Económicos, PDs, ONU
Desenvolver padrões para fortificação de alimentos.	Padrões para fortificação de alimentos desenvolvidos		Unidade Missionária, Ministério da Saúde, Municípios, Comércio e Indústria, Agricultura, Assuntos Económicos, PDs, ONU
Realizar campanhas de sensibilização para comerciantes e indústrias alimentares sobre as normas alimentares.	Número de campanhas de conscientização realizadas		Comunicação Social, Unidade Missionária, Municípios, Meios de Comunicação Social, Assuntos Económicos, Comércio e Indústria, Agricultura, Ministério da Saúde, PDs, ONU

**Objetivo estratégico 4.5.1: Prevenir a subnutrição com ênfase no atraso no crescimento**

**Estratégia 4.5.1.5: Fortalecer e institucionalizar a implementação da iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC) e aplicação de instrumentos legais**

<b>Ações</b>	<b>Indicador de saída/processo</b>	<b>Álvo</b>	<b>Responsabilidade</b>
Formar funcionários de saúde portuária e outras partes interessadas importantes na monitorização da qualidade dos alimentos importados e fortificados no país.	Número de agentes de saúde portuária e outras partes interessadas importantes treinadas		Unidade Missionária, Ministério da Saúde, Comércio e Indústrias, Municípios, Assuntos Económicos, PDs, ONU
Desenvolver logotipo de fortificação para uso pelas indústrias.	Logotipos de fortificação desenvolvidos		Comunicação Social, Unidade Missionária, Meios de Comunicação Social, Assuntos Económicos, Comércio e Indústria, Agricultura, Ministério da Saúde, PDs, ONU
Defende a fortificação obrigatória de alimentos básicos amplamente consumidos, incluindo a iodização do sal. Defende a fortificação obrigatória de alimentos amplamente consumidos.	Número de reuniões de defesa de direitos realizadas		Unidade de Missão, Ministério da Saúde, Ministério da Agricultura, Comércio e Indústria
Aplicação da fortificação obrigatória.	Fortificação obrigatória aplicada		Unidade de Missão, Ministério da Saúde, Comércio e Indústria, Justiça, Igualdade e Inclusão, Comunicação Social, Assuntos Económicos, PDs, ONU
Fortalecer as parcerias público-privadas para a fortificação de alimentos e a iodização do sal através da criação da Aliança Nacional de Fortificação.	Aliança de fortificação nacional estabelecida		Unidade Missionária, Comércio e Indústria, Comunicação Social, Ministério da Saúde, CCITL, PDs, ONU
Aumentar e ampliar a utilização de suplementos de múltiplos micronutrientes entre mulheres grávidas em todas as unidades de saúde.	Número de unidades de saúde que implementam o MMS		Ministério da Saúde, Municípios, PDs, ONU
Defenda a ampliação de suplementos de múltiplos micronutrientes para mulheres grávidas e de múltiplos micronutrientes em pó para crianças de 6 a 23 meses.	Número de reuniões de defesa de direitos realizadas		Unidade Missionária, Ministério da Saúde, ONG, Municípios, Informação e Comunicação, PDs, ONU
Aumentar a suplementação de ferro-folato entre raparigas adolescentes e mulheres em idade reprodutiva utilizando várias plataformas, tais como escolas e comunidades.	Número de meninas adolescentes e mulheres em idade reprodutiva com suplementação de IFA.		Ministério da Saúde, Educação, ONG, Municípios,
Fornecimento de suplementos de vitamina A e desparasitação a crianças com menos de cinco anos através de diversas plataformas, tais como (campanhas, unidades de saúde, centros de DPI.	Número de crianças menores de cinco anos alcançadas		Ministério da Saúde, Educação, Municípios
Advogar para a integração da suplementação de micronutrientes com outros programas/intervenções de saúde pública que tenham um impacto positivo no estado nutricional de crianças com menos de cinco anos, ou seja, Programa Alargado de Vacinação (PAV), desparasitação e água, higiene e saneamento.	Número de reuniões de defesa de direitos realizadas		Unidade Missionária, Ministério da Saúde, ONG, Câmaras Municipais, Obras Públicas, PDs, ONU
Conduzir a mobilização da população em geral sobre o armazenamento, processamento, preparação e utilização recomendados de alimentos.	Número de campanhas de mobilização realizadas		Secretário de Estado de Comunicação Social e Informação, Unidade de Missão, Agricultura, Saúde, Municípios, Igualdade e Inclusão, Assuntos Económicos, PDs, ONU

**Objetivo estratégico 4.5.1: Prevenir a subnutrição com ênfase no atraso no crescimento**

**Estratégia 4.5.1.5: Fortalecer e institucionalizar a implementação da iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC) e aplicação de instrumentos legais**

<b>Ações</b>	<b>Indicador de saída/processo</b>	<b>Alvo</b>	<b>Responsabilidade</b>
Aumentar a acessibilidade local e a utilização de alimentos biofortificados.	Número de famílias com acesso a alimentos biofortificados		Agricultura, ONG, Municípios, Comunicação Social, Ministério da Agricultura, PDs, ONU
Advogar para a produção de culturas e pecuária diversificadas (incluindo culturas indígenas de alto valor nutritivo, peixes; animais como aves de capoeira, pequenos ruminantes e animais produtores de leite para uma nutrição melhorada).	Número de reuniões de defesa de direitos realizadas		Agricultura, ONGs, Municípios, PDs, ONU
Realizar campanhas de mobilização sobre a importância de consumir uma alimentação diversificada e baseada em todos os grupos alimentares disponíveis localmente e no contexto.	Número de campanhas de mobilização comunitária realizadas		Agricultura, Saúde, ONGs, Municípios, Comunicação Social e Informação, comunicação e Informação, PDs, ONU
Realizar demonstrações culinárias para promover a diversidade alimentar para melhorar a nutrição.	Número de comunidades realizando demonstrações culinárias		Agricultura, Saúde, ONG, Municípios, Secretaria de Comunicação Social, Assuntos Económicos, PD, ONU
Ampliar a Agricultura Familiar Integrada (IHF) em todas as comunidades para uma nutrição ideal.	Número de domicílios que praticam IHF		Agricultura, ONGs, Municípios, PDs, ONU
Divulgar e reforçar a capacidade dos prestadores de serviços, incluindo voluntários comunitários, na utilização de diretrizes dietéticas para melhorar as práticas alimentares para reduzir o atraso no crescimento e outras formas de desnutrição.	Diretrizes dietéticas para Timor-Leste desenvolvidas		Unidade Missionária, Ministério da Saúde, Agricultura, ONG, Municípios, PDs, ONU
Advogar para e garantir a disponibilidade de equipamentos antropométricos/ nutricionais em todas as instalações.	Número de equipamentos antropométricos/ nutricionais		Unidade Missionária, Ministério da Saúde, UNICEF, OMS, PMA, Ministério das Finanças, PDs,
<b>Adquirir e distribuir alimentos suplementares prontos a usar (RUSF) para a gestão da desnutrição moderada.</b>	Número de crianças alcançadas		Unidade Missionária, Ministério da Saúde, UNICEF, OMS, PMA, Ministério das Finanças, PDs,
Advogar para a necessidade de fornecimentos nutricionais para a gestão da desnutrição aguda em todas as unidades de saúde.	Quantidade de suprimentos adquiridos		Unidade Missionária, Ministério da Saúde, UNICEF, OMS, PMA, Ministério das Finanças, PDs
Fazer pressão para a disponibilização de espaço adequado para armazenamento dos produtos nutricionais.	Espaço para armazenamento de suprimentos nutricionais fornecido		Unidade Missionária, Ministério da Saúde, UNICEF, PMA, Ministério das Finanças, LMC, PDs
Certifique-se de que o monitoramento regular do crescimento esteja ocorrendo conforme o cronograma.	Número de visitas de monitoramento realizadas		Ministério da Saúde, Municípios
Garantir que seja criada a capacidade necessária na gestão da desnutrição aguda para garantir a qualidade dos serviços.	Número de prestadores de serviços formados em gestão da desnutrição aguda.		Ministério da Saúde, UNICEF, OMS, Municípios, PDs
Apoiar a criação de ligações entre as instalações e a plataforma comunitária, incluindo programas de subsistência para cuidados contínuos e detecção precoce de casos.	Criação de ligação entre instalação e plataforma comunitária		Saúde, Agricultura, Igualdade e Inclusão, Informação e Comunicação, Secretaria de Estado da Comunicação Social e Ministério da Administração Estatal, Unidade de Missão, PDs

**Objetivo estratégico 4.5.1: Prevenir a subnutrição com ênfase no atraso no crescimento**

**Estratégia 4.5.1.5: Fortalecer e institucionalizar a implementação da iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC) e aplicação de instrumentos legais**

<b>Ações</b>	<b>Indicador de saída/processo</b>	<b>Alvo</b>	<b>Responsabilidade</b>
Vincular indivíduos que receberam alta, curados e em maior risco dos programas de tratamento à proteção social e outros programas de subsistência.	Número de mães com crianças curadas de programas de tratamento beneficiadas pelo Subsistência programas		Saúde, Agricultura, Igualdade e Inclusão, Secretaria de Estado da Comunicação Social e Ministério da Administração Estatal, Unidade de Missão, PDs
Advogar para a inclusão de produtos nutricionais na lista de produtos essenciais do Ministério da Saúde para a sustentabilidade.	Suprimentos para IMAM incluídos na lista de suprimentos essenciais de saúde		Unidade Missionária, Ministério da Saúde, Finanças, PDs
Advogar para a criação de um prêmio em cada hospital municipal para a gestão atempada da desnutrição aguda grave em crianças com complicações.	Número de hospitais municipais com enfermaria para manejo de desnutrição aguda grave com complicações		Unidade Missionária, Saúde, UNICEF, PMA, OMS, Municípios, PDs
Advogar pela atualização do currículo de nutrição para profissionais pré-serviços e paramédicos.	Módulo IMAM incluído nas escolas médicas		Unidade Missionária, Ministério da Saúde, Educação, Ensino Superior, INSPTL, OMS, PDs
Fazer pressão para ampliar os serviços de gestão integrada da desnutrição aguda (IMAM/CMAM) em todas as unidades de saúde e comunidades dos municípios.	Número de unidades de saúde que implementam IMAM/CMAM		Ministério da Saúde, UNICEF, OMS, PMA, Municípios, PDs
Facilitar a capacitação de voluntários e cuidadores ou cuidadores comunitários para identificação precoce de casos e encaminhamento usando MUAC familiar.	Número de voluntários e cuidadores ou cuidadores comunitários treinados		Unidade Missionária, Saúde, Agricultura, UNICEF, ONG do PMA, Municípios, Igualdade e Inclusão, PDs
Advogar para a inclusão de produtos nutricionais no sistema de informação de gestão logística do Ministério da Saúde para monitorização em tempo real.	Insumos nutricionais incluídos na gestão da logística em saúde		Unidade Missionária, Ministério da Saúde, UNICEF, OMS, PDs
Advogar para a criação de um espaço de recreação seguro para crianças desnutridas em centros de tratamento.	Número de instalações com espaço seguro para brincar na unidade de tratamento		Ministério da Saúde, UNICEF, OMS, PAM, ONG, Municípios, PDs
Fazer lobby para fornecimento de materiais de estimulação e nutrição em centros de tratamento.	Número de centros de tratamento abastecidos com material de estimulação e nutrição		Ministério da Saúde, UNICEF, OMS, PAM, ONG, Municípios, PDs
Desenvolver uma estratégia multissetorial de MSC e de advocacia.	Estratégia multissetorial de MSC e advocacia desenvolvida		Unidade Missionária, Saúde, Agricultura, Equidade e Inclusão, Comunicação Social, UNICEF, Meios de Comunicação Social, Administração Estatal, Educação, ONG, Líderes Religiosos, Líderes Tradicionais, PDs
Rever e desenvolver um material de comunicação nacional harmonizado (cartões de aconselhamento, IEC, materiais de apoio para diferentes plataformas de prestação de serviços) para alinhar com questões emergentes.	Nacional harmonizado material de comunicação desenvolvido		Unidade Missionária, Saúde, Agricultura, Equidade e Inclusão, Comunicação Social, UNICEF, Meios de Comunicação Social, PDs

**Objetivo estratégico 4.5.1: Prevenir a subnutrição com ênfase no atraso no crescimento**

**Estratégia 4.5.1.5: Fortalecer e institucionalizar a implementação da iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC) e aplicação de instrumentos legais**

<b>Ações</b>	<b>Indicador de saída/processo</b>	<b>Alvo</b>	<b>Responsabilidade</b>
Rever/Desenvolver um folheto padronizado com mensagens chave sobre nutrição para utilização por diferentes prestadores de serviços comunitários.	Livreto padronizado de mensagens-chave sobre nutrição desenvolvido		Unidade Missionária, Saúde, Agricultura, Equidade e Inclusão, Comunicação Social, UNICEF, PDs
Facilitar a popularização de livros de receitas específicos para cada idade, para utilização pelos agregados familiares, pelas comunidades e pela população em geral, como ferramenta para acabar com o atraso no crescimento.	Número de campanhas de conscientização realizadas		Secretário de Estado de Comunicação Social e Informação, Unidade de Missão, Agricultura, Saúde, Municípios, Igualdade e Inclusão, PDs
Desenvolver e transmitir mensagens nutricionais com foco no atraso no crescimento, utilizando diferentes canais de comunicação.	Mensagens nutricionais focadas no atraso no crescimento são desenvolvidas e transmitidas		Secretário de Estado da Comunicação Social, Unidade de Missão, Agricultura, Saúde, Igualdade e Inclusão, Comunicação Social, PDs
Institucionalização dos grupos de apoio às mães em todos os sectores.	Número de setores que institucionalizam grupos de apoio às mães		Unidade de Missão, UNICEF, Saúde, Agricultura, Administração Estatal, Igualdade, Solidariedade Social e Inclusão, PDs
Facilita a sensibilização da comunidade sobre o comportamento precoce de procura de saúde e a adoção de normas e práticas positivas a nível individual, familiar e comunitário, utilizando as plataformas disponíveis.	Número de campanhas de conscientização realizadas		Secretário de Estado da Comunicação Social, Unidade de Missão, Agricultura, Saúde, Municípios, Igualdade e Inclusão, ONG, Administração do Estado, PD
Advogar para o envolvimento de líderes influentes para participarem em atividades de mudança de comportamento.	Número de reuniões de defesa de direitos realizadas		Secretária de Estado de Comunicação Social e Informação, Unidade de Missão, Agricultura, Saúde, Municípios, Igualdade e Inclusão, PDs
Advogar para a inclusão de intervenções de mudança de comportamento social transformadoras de género nos planos nacionais e municipais de sustentabilidade.	Número de reuniões de defesa de direitos realizadas		Secretário de Estado da Comunicação Social, Unidade Missionária, Agricultura, Saúde, Igualdade e Inclusão, Administração Municipal, Estadual, Educação, ONGs, PDs
Realizar análises de barreiras para identificar gargalos na adoção de comportamentos nutricionais positivos.	Análise de barreira realizada		Unidade de Missão, UNICEF, Secretaria de Estado de Comunicação Social e Informação, Municipal, ONGs, PDs

**Objectivo estratégico 4.5.5: Promover programas de Protecção Social Sensíveis à Nutrição.**

**Estratégia 4.5.5.1: Integrar a nutrição nos programas de protecção social.**

Ações	Indicador de saída/processo	Alvo	Responsabilidade
Advogar para a orientação deliberada para famílias com crianças menores de 2 anos e mulheres grávidas para contribuir no combate ao atraso no crescimento nos 1000 dias de vida.	Número de reuniões de defesa de direitos realizadas		Unidade de Missão, Igualdade e Inclusão, Administração Estatal, Solidariedade Social, Ministério da Saúde, ONG, UNICEF, PD
Advogar para que os documentos estratégicos nacionais de protecção social incorporem explicitamente a nutrição.	Número de reuniões de defesa de direitos realizadas		Unidade de Missão, Igualdade e Inclusão, Administração Estatal, Solidariedade Social, PMA, Rede de Mulheres, PDs
Advogar para a revisão dos critérios de direccionamento do programa de protecção social monetária para incluir agregados familiares com grupos desnutridos e de maior risco, tais como agregados familiares com menos de cinco anos e mulheres grávidas.	Número de reuniões de defesa de direitos realizadas		Unidade de Missão, Igualdade e Inclusão, Administração Estatal, Solidariedade Social, PMA, PDs
Desenvolver diretrizes para a implementação de transferências monetárias que visem promover uma nutrição ótima.	Diretrizes para implementação de transferência social de renda desenvolvidas		Unidade de Missão, Igualdade e Inclusão, Administração Estatal, Solidariedade Social, PMA, Ministério da Saúde, Ministério da Agricultura, PDs
Capacitar as equipas municipais para conceber, planejar, implementar e monitorizar programas de protecção social sensíveis à nutrição que visam reduzir o atraso no crescimento.	Número de equipas municipais treinadas.		Unidade Missionária, Ministério da Saúde, Agricultura, UNICEF, PAM, ONG, Igualdade e Inclusão, Administração Estatal, Social, Solidariedade do PAM, PDs
Participar na conceção de programas de protecção social e no desenvolvimento de políticas para garantir uma nutrição adequadamente integrada.	Número de sessões de trabalho realizadas.		Unidade de Missão, Saúde, MoA UNICEF, PAM, ONG, Igualdade e Inclusão, Administração Estatal, Social, Solidariedade, PDs
Desenvolver um pacote abrangente de IEC para a promoção de uma nutrição ótima nos beneficiários da protecção social.	Pacote IEC abrangente desenvolvido.		Unidade de Missão, Saúde, Ministério da Agricultura, UNICEF, PAM, ONG, Igualdade e Inclusão, Administração Estatal, Social, Solidariedade, PDs
Reforçar a ligação e a monitorização dos programas de transferência monetária para limitar o duplo benefício.	Lista de beneficiários vinculada.		Unidade de Missão, UNICEF, PAM, ONG, Igualdade e Inclusão, Administração Estatal, Social, Solidariedade, Ministério da Saúde, Finanças, PDs

**Estratégia 4.5.5.2: Melhorar a absorção nutricional entre os beneficiários da protecção social através da mudança de comportamento social**

Ações	Indicador de saída/processo	Alvo	Responsabilidade
Criar consciência sobre a importância da diversidade alimentar e do consumo de alimentos ricos em micronutrientes entre os beneficiários da protecção social.	Número de campanhas de conscientização realizadas		Secretária de Estado de Comunicação Social e Informação, Unidade de Missão, Agricultura, Saúde, Municípios, Igualdade e Inclusão, Educação, ONGs, PDs
Desenvolver/Revisar e harmonizar mensagens chave sobre nutrição e protecção social para diversas plataformas.	Foram desenvolvidas mensagens harmonizadas de protecção social sobre nutrição		Unidade de Missão, UNICEF, PAM, ONG, Igualdade e Inclusão, Administração Estatal, Social, Solidariedade, Educação, PDs

**Objetivo estratégico 4.5.5: Promover programas de Proteção Social Sensíveis à Nutrição.**

**Estratégia 4.5.5.2: Melhorar a absorção nutricional entre os beneficiários da proteção social através da mudança de comportamento social**

Ações	Indicador de saída/processo	Alvo	Responsabilidade
Advogar para o fornecimento de alimentos complementares nutritivos às famílias ultra-pobres.	Número de reuniões de defesa de direitos realizadas		Unidade de Missão, Igualdade e Inclusão, Administração Estatal, Social, Solidariedade, PMA, UNICEF, Ministério da Agricultura, Saúde, Educação, ONG, PDs
Realizar a sensibilização para criar procura de comportamentos precoces de procura de saúde entre grupos vulneráveis e famílias ultra-pobres para prevenir a subnutrição.	Número de campanhas de conscientização realizadas		Secretário de Estado da Comunicação Social e Informação, Unidade de Missão, Agricultura, Saúde, Municípios, Igualdade e Inclusão, ONG, Obras Públicas, PDs
Estabelecer ligação entre os prestadores de serviços de proteção social e os voluntários de nutrição comunitária.	Beneficiários vinculados a voluntários de nutrição comunitária		Unidade de Missão, Igualdade e Inclusão, Administração Estatal, Social, Solidariedade, PMA, UNICEF, Ministério da Agricultura, Saúde, PDs

**Objetivo estratégico 4.5.6: Melhorar o estado nutricional de crianças e adolescentes em idade escolar para um crescimento e desenvolvimento ótimos**

**Estratégia 4.5.6.1: Promover a nutrição e o bem-estar saudável das crianças e adolescentes em idade escolar.**

Ações	Indicador de saída/processo	Alvo	Responsabilidade
Desenvolver pacotes essenciais de nutrição (materiais IEC (guias de formação, manual de demonstração, folhetos, cartazes, folhetos de mensagens principais, etc.), intervenções, etc.) para idade escolar e adolescentes.	Pacote nutricional essencial para crianças em idade escolar e adolescentes desenvolvido		Unidade Missionária, Ministério da Saúde, Educação, Agricultura, PMA, UNICEF, PDs
Promover hortas escolares e plantação de árvores de fruto no entorno das escolas.	Número de escolas com horta escolar e árvores frutíferas		Unidade Missionária, Educação, Agricultura, Municípios
Desenvolver diretrizes nutricionais que incluam receitas para o ensino primário e pré-primário.	Diretrizes nutricionais que incluem receitas para escolas primárias e pré-primárias desenvolvidas		Unidade Missionária, Ministério da Saúde, Educação, Agricultura, Municípios, PDs
Desenvolver diretrizes nutricionais para adolescentes.	Diretrizes nutricionais para adolescentes desenvolvidas		Unidade Missionária, Ministério da Saúde, Educação, ONGs
Realizar demonstrações culinárias sobre dietas diversificadas para alunos com os responsáveis pela alimentação escolar a nível comunitário.	Número de demonstrações culinárias realizadas		Unidade Missionária, Educação, Agricultura, ONGs, Municípios, PDs
Fornecer suplementos de ferro-folato às adolescentes nas escolas e outras plataformas comunitárias.	Número de meninas adolescentes que recebem IFA		Ministério da Saúde, Educação, ONG, Municípios, PDs
Realizar campanhas de mobilização comunitária no IFA a todos os níveis.	Número de campanhas de mobilização comunitária realizadas		Secretária de Estado de Comunicação Social e Informação, Unidade de Missão, PDs, Educação, Municípios, Igualdade e Inclusão
Promover o acesso à água potável/portável.			Obras Públicas, Municipais, DP

**Objetivo estratégico 4.5.6: Melhorar o estado nutricional de crianças e adolescentes em idade escolar para um crescimento e desenvolvimento ótimos**

**Estratégia 4.5.6.1: Promover a nutrição e o bem-estar saudável das crianças e adolescentes em idade escolar.**

<b>Ações</b>	<b>Indicador de saída/processo</b>	<b>Alvo</b>	<b>Responsabilidade</b>
Realizar mobilização comunitária para prevenir casamentos precoces e manter as raparigas na escola.			Secretária de Estado de Comunicação Social e Informação, Unidade de Missão, Educação, Municípios, Igualdade e Inclusão, PDs
Realizar a avaliação da eficácia e do impacto dos programas de alimentação escolar, incluindo no DPI.			Municipal, Educação, PMA, Saúde, UNICEF, Agricultura, PDs
Realizar vacinação de rotina, desparasitação, controlo da bilharziose, suplementação de vitamina A, avaliação da saúde física, WASH, prevenção e tratamento da malária em todas as escolas.	Número de escolas alcançadas.		Educação, Ministério da Saúde, ONG, Obras Públicas, Municípios, PDs
Capacitar e cuidar dos professores em intervenções de saúde e nutrição escolar.	Número de cuidadores treinados		Unidade Missionária, Educação, Agricultura, Ministério da Saúde, ONGs, Municípios, PDs, ONU

**Estratégia 4.5.6.2: Promover comportamento positivo para melhorar o conhecimento, atitude, normas, crenças e práticas sobre nutrição de crianças em idade escolar e adolescentes**

<b>Ações</b>	<b>Indicador de saída/processo</b>	<b>Alvo</b>	<b>Responsabilidade</b>
Realizar campanhas de mobilização comunitária sobre a importância de uma nutrição ideal para o crescimento e desenvolvimento dos adolescentes.	Número de campanhas de mobilização realizadas		Comunicação Social e Informação, Unidade Missionária, Educação, PDs, ONU
Advogar para a proteção dos adolescentes contra a gravidez precoce e o casamento e mantê-los na escola para quebrar o ciclo de subnutrição.	Número de reuniões de defesa de direitos realizadas		Unidade de Missão, Comunicação Social e Informação, Unidade de Missão, Educação, Equidade e Inclusão, ONGs, PDs, ONU
Mobilizar os adolescentes dentro e fora da escola para participarem em plataformas amigas dos jovens.	Número de rapazes adolescentes que participam em plataformas amigas dos jovens		Educação, Equidade e Inclusão, ONG, PD, ONU
Advogar para os defensores dos pares para acelerar o empoderamento dos adolescentes (identificar modelos, conduzir palestras sobre carreiras nas escolas e na comunidade).	Número de Campeões identificados e treinados		Unidade de Missão, Comunicação Social e Informação, Unidade de Missão, Educação, Equidade e Inclusão, Municípios, PDs, ONU

**Objetivo estratégico 4.5.7: Promover dietas saudáveis e nutritivas nos sistemas alimentares que promovam a nutrição materna, infantil e infantil.**

**Estratégia 4.5.7.1: Melhorar a alimentação complementar dos 6 aos 23 meses e a nutrição materna através da produção diversificada de alimentos nutritivos e seguros.**

<b>Ações</b>	<b>Indicador de saída/processo</b>	<b>Alvo</b>	<b>Responsabilidade</b>
Advogar para a produção de culturas diversificadas, incluindo leguminosas, pequenos ruminantes e espécies alimentares subutilizadas para melhorar a alimentação complementar.	Número de reuniões de defesa de direitos realizadas		Unidade Missionária, Agricultura, ONG, FAO, PD
Promover sessões de aprendizagem sobre alimentação complementar conduzidas pela comunidade.	Número de reuniões de defesa de direitos realizadas		Unidade Missionária, Agricultura, ONGs, Municípios, FAO, PDs
Visar as mulheres com insumos e acesso a recursos produtivos.	Número de mulheres com insumos e acesso a recursos produtivos		Unidade Missionária, Agricultura, ONGs, Municípios, FAO, PDs

**Objetivo estratégico 4.5.6: Melhorar o estado nutricional de crianças e adolescentes em idade escolar para um crescimento e desenvolvimento óptimos**

**Estratégia 4.5.6.1: Promover a nutrição e o bem-estar saudável das crianças e adolescentes em idade escolar.**

Ações	Indicador de saída/processo	Alvo	Responsabilidade
Realizar mobilização comunitária para prevenir casamentos precoces e manter as raparigas na escola.			Secretária de Estado de Comunicação Social e Informação, Unidade de Missão, Educação, Municípios, Igualdade e Inclusão, PDs
Realizar a avaliação da eficácia e do impacto dos programas de alimentação escolar, incluindo no DPI.			Municipal, Educação, PMA, Saúde, UNICEF, Agricultura, PDs
Realizar vacinação de rotina, desparasitação, controlo da bilharziose, suplementação de vitamina A, avaliação da saúde física, WASH, prevenção e tratamento da malária em todas as escolas.	Número de escolas alcançadas.		Educação, Ministério da Saúde, ONG, Obras Públicas, Municípios, PDs
Capacitar e cuidar dos professores em intervenções de saúde e nutrição escolar.	Número de cuidadores treinados		Unidade Missionária, Educação, Agricultura, Ministério da Saúde, ONGs, Municípios, PDs, ONU

**Estratégia 4.5.6.2: Promover comportamento positivo para melhorar o conhecimento, atitude, normas, crenças e práticas sobre nutrição de crianças em idade escolar e adolescentes**

Ações	Indicador de saída/processo	Alvo	Responsabilidade
Realizar campanhas de mobilização comunitária sobre a importância de uma nutrição ideal para o crescimento e desenvolvimento dos adolescentes.	Número de campanhas de mobilização realizadas		Comunicação Social e Informação, Unidade Missionária, Educação, PDs, ONU
Advogar para a proteção dos adolescentes contra a gravidez precoce e o casamento e mantê-los na escola para quebrar o ciclo de subnutrição.	Número de reuniões de defesa de direitos realizadas		Unidade de Missão, Comunicação Social e Informação, Unidade de Missão, Educação, Equidade e Inclusão, ONGs, PDs, ONU
Mobilizar os adolescentes dentro e fora da escola para participarem em plataformas amigas dos jovens.	Número de rapazes adolescentes que participam em plataformas amigas dos jovens		Educação, Equidade e Inclusão, ONG, PD, ONU
Advogar para os defensores dos pares para acelerar o empoderamento dos adolescentes (identificar modelos, conduzir palestras sobre carreiras nas escolas e na comunidade).	Número de Campeões identificados e treinados		Unidade de Missão, Comunicação Social e Informação, Unidade de Missão, Educação, Equidade e Inclusão, Municípios, PDs, ONU

**Objetivo estratégico 4.5.7: Promover dietas saudáveis e nutritivas nos sistemas alimentares que promovam a nutrição materna, infantil e infantil.**

**Estratégia 4.5.7.1: Melhorar a alimentação complementar dos 6 aos 23 meses e a nutrição materna através da produção diversificada de alimentos nutritivos e seguros.**

Ações	Indicador de saída/processo	Alvo	Responsabilidade
Advogar para a produção de culturas diversificadas, incluindo leguminosas, pequenos ruminantes e espécies alimentares subutilizadas para melhorar a alimentação complementar.	Número de reuniões de defesa de direitos realizadas		Unidade Missionária, Agricultura, ONG, FAO, PD
Promover sessões de aprendizagem sobre alimentação complementar conduzidas pela comunidade.	Número de reuniões de defesa de direitos realizadas		Unidade Missionária, Agricultura, ONGs, Municípios, FAO, PDs
Visar as mulheres com insumos e acesso a recursos produtivos.	Número de mulheres com insumos e acesso a recursos produtivos		Unidade Missionária, Agricultura, ONGs, Municípios, FAO, PDs

**Objetivo estratégico 4.5.7: Promover dietas saudáveis e nutritivas nos sistemas alimentares que promovam a nutrição materna, infantil e infantil.**

**Estratégia 4.5.7.2: Promover tecnologias que reduzam as perdas pós-colheita na produção, armazenamento, preservação e processamento de alimentos para garantir o fornecimento contínuo de alimentos complementares.**

Ações	Indicador de saída/processo	Alvo	Responsabilidade
Ampliar tecnologias eficazes para armazenamento, preservação e processamento de alimentos que promovam a retenção de nutrientes para uma nutrição ideal.	Tecnologia eficaz para armazenamento de alimentos, preservação de alimentos e processamento de alimentos ampliada		Unidade Missionária, Unidade Missionária, Agricultura, ONGs, FAOs, Municípios, PMA, Logística Central, PDs
Formar comunidades na utilização de tecnologias melhoradas para a produção local de alimentos complementares altamente nutritivos através da adição de valor nos sistemas alimentares.	Número de comunidades treinadas.		Unidade Missionária, Unidade Missionária, Agricultura, ONGs, FAOs, Municípios, PDs, ONU
Apoiar o desenvolvimento de orientações dietéticas baseadas em alimentos para melhorar a alimentação complementar para crianças dos 6 aos 23 meses e a nutrição materna.	Número de comunidades treinadas.		Unidade Missionária, Agricultura, PDs, ONGs da ONU, FAOs, Municípios
Treinar as comunidades em orçamentação alimentar, planeamento de refeições e preparação de refeições para reduzir o desperdício de alimentos e a perda de nutrientes.	Número de comunidades que utilizam dispositivos que economizam trabalho		Unidade Missionária, PDs, ONU Agricultura, ONGs, FAOs, Municípios
Incentivar as mulheres a participar no processamento pós-colheita e na adição de valor para aumentar o acesso a alimentos complementares nutritivos e a geração de rendimentos.	Número de mulheres envolvidas no processamento pós-colheita		Unidade Missionária, Agricultura, ONGs, FAOs, Municípios, PDs

**Estratégia 4.5.7.3: Promover a Agricultura Familiar Integrada (IHf).**

Ações	Indicador de saída/processo	Alvo	Responsabilidade
Ampliar as iniciativas da IHf para garantir o acesso a alimentos que promovam a alimentação complementar durante todo o ano.	Iniciativas da IHf ampliadas		Unidade Missionária, Unidade Missionária, Agricultura, ONGs, FAOs Municipais, PDs, ONU
Facilitar o desenvolvimento de hortas comunitárias de demonstração como parte do empoderamento e autossuficiência da comunidade.	Número de hortas comunitárias de demonstração estabelecidas		Unidade Missionária, Unidade Missionária, Agricultura, ONGs, FAOs Municipais, PDs, ONU
Promover o estabelecimento e ampliar bancos de sementes para culturas nutritivas que facilitem o acesso das mudas pelas comunidades.	Número de bancos de sementes estabelecidos		Unidade Missionária, Unidade Missionária, Agricultura, ONGs, ONGs FAOs, Municípios, World Fish
Formar comunidades sobre IHf com grande foco nos agregados familiares com menos de cinco filhos, com o objetivo de aumentar o acesso aos alimentos, com foco nas crianças dos 6 aos 23 meses e nas mulheres grávidas.	Número de comunidades treinadas.		Unidade Missionária, Unidade Missionária, Agricultura, ONGs, FAOs, Municípios, PDs, ONU
Fornecer materiais iniciais (sementes e gado) para a IHf nas comunidades para o programa de transmissão.	Número de comunidades que receberam materiais iniciais para a IHf.		Unidade Missionária, Unidade Missionária, Agricultura, ONGs, FAOs, Municípios
Integrar a IHf em grupos de mães para uma alimentação complementar ideal.	Número de grupos de mães que integram a IHf		Unidade Missionária, Ministério da Saúde, Unidade Missionária, Agricultura, ONGs, FAOs, Municípios
Desenvolver modelos para a produção aquícola a nível familiar e comunitário.	Modelos para produção aquícola desenvolvidos		Unidade Missionária, Unidade Missionária, Agricultura, ONGs, FAOs, Municípios, PDs, ONU

**Objetivo estratégico 4.5.7: Promover dietas saudáveis e nutritivas nos sistemas alimentares que promovam a nutrição materna, infantil e infantil.**

**Estratégia 4.5.7.4: Advogar para a oferta adequada no mercado e o acesso a alimentos diversos e nutritivos.**

Ações	Indicador de saída/processo	Alvo	Responsabilidade
Realizar a mobilização comunitária, visando famílias com menos de dois anos e mulheres grávidas para participarem em atividades de geração de rendimento para aumentar o acesso a alimentos diversificados para uma nutrição ótima.	Número de campanhas de mobilização realizadas		Saúde, Agricultura, Igualdade e Inclusão, Secretaria de Estado da Comunicação Social, Administração do Estado, Unidade de Missão, Solidariedade Social, PMA
Formar grupos de mulheres e jovens em atividades de geração de rendimentos não agrícolas para obter rendimento suficiente para as necessidades alimentares e nutricionais.	Número de mulheres/jovens formados em atividades geradoras de rendimento não agrícolas		Saúde, Agricultura, Igualdade e Inclusão, Secretaria de Estado da Comunicação Social, Administração do Estado, Unidade de Missão, Solidariedade Social, PMA
Advogar para o fortalecimento dos mercados alimentares para fornecer alimentos nutritivos, suficientes, de alta qualidade e acessíveis para uma nutrição ideal dentro de 1000 dias.	Iniciativas direcionadas para promover atividades geradoras de renda desenvolvidas		Saúde, Agricultura, Igualdade e Inclusão, Secretaria de Estado da Comunicação Social, Administração do Estado, Unidade Missionária, Solidariedade Social, PMA, FAO
Aproveitar as plataformas comunitárias para aumentar a procura dos consumidores por alimentos nutritivos através do envolvimento com os principais influenciadores, promovendo parcerias para ampliar abordagens baseadas na comunidade e apoiando a agricultura e os meios de subsistência sensíveis à nutrição.	Promovem-se ligações com mercados para os grupos apoiados pelos pobres urbanos e rurais		Unidade Missionária, Agricultura, Comércio, Inclusão Social, Igualdade e Inclusão, ONGs, Municípios, PDs

**Estratégia 4.5.7.5: Reforçar a comunicação sobre mudanças sociais e comportamentais para dietas melhoradas, com ênfase nos 1000 dias.**

Ações	Indicador de saída/processo	Alvo	Responsabilidade
Desenvolver, imprimir e divulgar materiais IEC sobre alimentação e nutrição que promovam a diversidade alimentar, a biofortificação, os alimentos subutilizados e as mensagens principais, utilizando diferentes canais, por exemplo, rádio, jornais, carrinhas móveis, redes sociais, televisão, entre outros; incluindo mensagens para neutralizar mensagens e tabus negativos sobre alimentação e nutrição.	O manual comunitário de treinamento em alimentação e nutrição desenvolvido		Unidade Missionária, Ministério da Saúde, Agricultura, ONG, Municípios, PDs
Desenvolver livros de receitas específicos para crianças de 0 a 23 meses, promovendo uma alimentação complementar ideal.	Materiais IEC sobre alimentação e nutrição desenvolvidos e divulgados.		Unidade Missionária, Comunicação Social e Informação, , ONG, UNICEF, PMA, FAO, Saúde, Educação, Agricultura
Realizar campanhas de sensibilização comunitária sobre a diversidade alimentar utilizando diferentes fóruns e canais (incluindo produção diversificada e utilização de alimentos indígenas ricos em nutrientes e alimentos biofortificados de todos os grupos alimentares), enfatizando o atraso no crescimento.	Livros de receitas específicos para cada idade para crianças menores de cinco anos desenvolvidos		Unidade Missionária, Ministério da Saúde, ONG, Municípios, PDs
Realize feiras de alimentação e nutrição, demonstrações de alimentos e dias abertos usando a tabela de grupos de alimentos desenvolvida/disponível.	Número de campanhas de conscientização comunitária realizadas		Unidade Missionária, Ministério da Saúde, Agricultura, ONG, UNICEF, FAO, PDs

**Objetivo estratégico 4.5.7: Promover dietas saudáveis e nutritivas nos sistemas alimentares que promovam a nutrição materna, infantil e infantil.**

**Estratégia 4.5.7.5: Reforçar a comunicação sobre mudanças sociais e comportamentais para dietas melhoradas, com ênfase nos 1000 dias.**

Ações	Indicador de saída/processo	Alvo	Responsabilidade
Realizar visitas domiciliares para fornecer educação alimentar e nutricional personalizada e aconselhamento para reforçar comportamentos positivos usando mães com desvios positivos para melhorar o estado nutricional de crianças de 6 a 23 meses, mulheres grávidas e mães lactantes.	Número de feiras de alimentação e nutrição realizadas		Saúde, Agricultura, Igualdade e Inclusão, Secretaria de Estado da Comunicação Social, Administração do Estado, Unidade Missionária, Solidariedade Social, PMA, FAO

**Estratégia 4.5.7.6: Promover uma alimentação complementar ideal através da preparação e segurança dos alimentos.**

Ações	Indicador de saída/processo	Alvo	Responsabilidade
Sensibilizar as comunidades sobre a preparação e manipulação higiênica dos alimentos para melhorar a nutrição em 1000 dias.	Número de campanhas de sensibilização realizadas		Saúde, Agricultura, Igualdade e Inclusão, Secretaria de Estado da Comunicação Social, Administração do Estado, Unidade Missionária, Solidariedade Social, PMA, FAO
Sensibilizar as comunidades sobre a seleção de alimentos que promovam a alimentação complementar ideal para crianças dos 6 aos 23 meses e mães grávidas.	Número de campanhas de sensibilização realizadas		Saúde, Agricultura, Igualdade e Inclusão, Secretaria de Estado da Comunicação Social, Administração do Estado, Unidade Missionária, Solidariedade Social, PMA, FAO
Promover práticas de água, saneamento e higiene a nível familiar.	Número de famílias que implementam intervenções de água, saneamento e higiene		Unidade Missionária, Saúde, Agricultura, Obras Públicas, ONGs, Municípios, PDs, ONU
Acompanhamento das recomendações do relatório de avaliação do sistema nacional de controlo alimentar para implementação.	Número de recomendações implementadas		Unidade Missionária, Saúde, Comércio e Indústria, Comércio, Economia, PHI, Obras Públicas

**Estratégia 4.5.7.7: Promover a integração do género, o empoderamento e a participação das mulheres e da comunidade para melhorar a nutrição materno-infantil nos primeiros 1000 dias.**

Ações	Indicador de saída/processo	Alvo	Responsabilidade
Desenvolver diretrizes para a integração do género nos programas de alimentação e nutrição.	Diretrizes para integração de género e alimentação e nutrição desenvolvidas		Unidade de Missão, Igualdade e Inclusão, ONG, PD, ONU
Realizar campanhas de mobilização sobre questões de género e sócio-culturais, incluindo o envolvimento masculino para participar na nutrição materno-infantil dentro dos 1000 dias.	Número de campanhas de mobilização comunitária realizadas		Igualdade e Inclusão, Secretaria de Estado da Comunicação e Informação Social, Administração do Estado, Unidade de Missão, Solidariedade Social, PAM, FAO
Identificar homens desviantes positivos como defensores da nutrição para a promoção de práticas socioculturais e de género na alimentação e nutrição atodos os níveis.	Número de campeões da nutrição masculina identificados		Unidade Missionária, Saúde, Agricultura, Equidade e Inclusão, Comunicação e Informação, ONGs, Municípios, PDs, ONU

**Objectivo estratégico 4.5.7: Promover dietas saudáveis e nutritivas nos sistemas alimentares que promovam a nutrição materna, infantil e infantil.**

**Estratégia 4.5.7.7: Promover a integração do género, o empoderamento e a participação das mulheres e da comunidade para melhorar a nutrição materno-infantil nos primeiros 1000 dias.**

Ações	Indicador de saída/processo	Alvo	Responsabilidade
Realizar a sensibilização da comunidade sobre o envolvimento dos jovens em questões alimentares e nutricionais que têm impacto no crescimento e desenvolvimento infantil, especialmente nos primeiros 1000 dias.	Número de campanhas de sensibilização realizadas		Igualdade e Inclusão, Secretaria de Estado da Comunicação e Informação Social, Administração do Estado, Unidade de Missão, Solidariedade Social, PMA, PDs
Incentivar a participação de homens e jovens em questões alimentares e nutricionais (por exemplo, desenvolvimento de hortas nas propriedades, demonstrações de preparação de alimentos e feiras de nutrição).	Número de homens e jovens que participam em questões alimentares e nutricionais		Unidade de Missão, Agricultura, Equidade e Inclusão, Comunicação Social e Informação, ONG, Municípios, PD, ONU

**Estratégia 4.5.7.8: Reforçar a capacidade institucional para implementar eficazmente intervenções alimentares e nutricionais a todos os níveis.**

Ações	Indicador de saída/processo	Alvo	Responsabilidade
Desenvolver pacotes de formação sensíveis à nutrição e formar extensionistas e outros quadros com foco na melhoria da alimentação complementar.	Pacote de treinamento sensível à nutrição desenvolvido		Unidade Missionária, Agricultura, FAO, ONGs, Municípios, PDs
Advogar para a criação de uma Unidade de Nutrição e de cargos de nutrição no Ministério da Agricultura e Pescas a nível nacional e a colocação de Oficial de Alimentação e Nutrição (FNO) a nível municipal.	Número de reuniões de defesa de direitos realizadas		Unidade Missionária, Agricultura, UNICEF, FAO, Finanças,
Formar extensionistas no planeamento, implementação, monitorização e avaliação de programas de alimentação e nutrição com ênfase nos 1000 dias.	Número de extensionistas treinados		Unidade Missionária, Agricultura, FAO, UNICEF, ONGs, Municípios, PDs
Realizar uma avaliação das necessidades de capacidade em matéria de alimentação e nutrição para o sector agrícola.	Número de avaliações de necessidades de capacidade em nutrição realizadas		Unidade Missionária, UNICEF
Advogar para a integração da alimentação e nutrição no currículo de extensão agrícola.	Número de reuniões de defesa de direitos realizadas		Unidade Missionária, Agricultura, UNICEF, FAO, PDs
Treinar grupos de mães comunitárias sobre complementaridade ideal práticas alimentares nos primeiros 100 dias de vida.	Número de extensionistas, coordenador de nutrição e outros prestadores de serviços treinados		Unidade Missionária, Agricultura, UNICEF, FAO, ONGs, municípios, PDs

**Estratégia 4.5.7.9: Fortalecer o sistema de monitoramento, avaliação, pesquisa e vigilância alimentar e nutricional para a implementação eficaz da estratégia alimentar e nutricional**

Ações	Indicador de saída/processo	Alvo	Responsabilidade
Advogar para a integração de indicadores de nutrição na ferramenta de monitorização do sector agrícola.	Número de reuniões de defesa de direitos realizadas		Unidade Missionária, Agricultura, ONG, FAO, UNICEF, PDs
Capacitar os prestadores de serviços em sistemas de vigilância alimentar e nutricional, monitorização, avaliação e investigação.	Número de prestadores de serviços treinados		Unidade Missionária, Agricultura, ONG, FAO, UNICEF, PDs

**Objetivo estratégico 4.5.7: Promover dietas saudáveis e nutritivas nos sistemas alimentares que promovam a nutrição materna, infantil e infantil.**

**Estratégia 4.5.7.9: Fortalecer o sistema de monitoramento, avaliação, pesquisa e vigilância alimentar e nutricional para a implementação eficaz da estratégia alimentar e nutricional**

Ações	Indicador de saída/processo	Alvo	Responsabilidade
Apoiar a investigação e divulgação sobre alimentação e nutrição, incluindo o desenvolvimento de novas receitas utilizando os alimentos disponíveis localmente.	Novas receitas usando alimentos disponíveis localmente desenvolvidas		Unidade Missionária, Agricultura, ONG, FAO, UNICEF, PDs
Advogar para o desenvolvimento de um gráfico alimentar com diferentes grupos de alimentos para alimentos comumente consumidos no sistema de dados agrícolas e alimentares.	Número de visitas de monitoramento realizadas		Unidade Missionária, Agricultura, UNICEF, PDs
Facilitar o fornecimento de um gráfico de crescimento comunitário para monitorização do progresso na sua área de captação.	Número de reuniões de defesa de direitos realizadas		Unidade Missionária, Agricultura, UNICEF, FAO, PDs

**Objetivo estratégico 4.5.8: Melhorar a Sensibilidade à Nutrição Água, saneamento e Higiene em programas de Nutrição e WASH**

**Estratégia 4.5.8.1: Melhorar as práticas de higiene e saneamento e outras intervenções de saúde pública**

Ações	Indicador de saída/processo	Alvo	Responsabilidade
Facilitar a integração da intervenção WASH nos programas de nutrição e WASH.	Número de programas de nutrição que integram WASH		Unidade Missionária, Ministério da Saúde, Obras Públicas, UNICEF, ONG, PD
Parcerias como abordagem na implementação da integração WASH-nutrição.	Número de parcerias criadas		Unidade Missionária, Ministério da Saúde, Obras Públicas, UNICEF, ONG, Municípios, PD
Promoção e prestação de intervenção WASH a famílias vulneráveis, especialmente aquelas com menos de cinco filhos, mulheres grávidas e mães lactantes.	Número de famílias vulneráveis alcançadas		Unidade Missionária, Ministério da Saúde, Obras Públicas, UNICEF, ONG, Municípios, PD
Desenvolver um pacote WASH-Nutrição a ser implementado a nível comunitário e familiar.	Pacote nutricional WASH desenvolvido		Unidade Missionária, Ministério da Saúde, Obras Públicas, UNICEF, ONG, Municípios, PDs
Desenvolver indicadores para monitorizar WASH em programas de nutrição e WASH.	Indicadores para monitorar WASH em programas de nutrição e nutrição desenvolvidos		Unidade Missionária, Ministério da Saúde, Obras Públicas, UNICEF, PDs
Garantir que a comunidade seja mobilizada para WASH e outras intervenções de saúde pública utilizando diferentes plataformas.	Número de campanhas de mobilização realizadas		Unidade Missionária, Ministério da Saúde, ONG, Municípios, PDs
Garantir o fornecimento de cloro às mães grávidas e lactantes com crianças de 0 a 23 meses.	Número de mulheres grávidas e lactantes que recebem cloro		Unidade Missionária, Ministério da Saúde, Obras Públicas, UNICEF, ONG, Municípios, PDs

**Objetivo estratégico 4.5.9: Melhorar a prestação de intervenções nutricionais durante emergências**

**Estratégia 4.5.9.1: Reforçar a prevenção, tratamento, cuidados e gestão da desnutrição aguda durante situações de emergência**

Ações	Indicador de saída/processo	Alvo	Responsabilidade
Realizar rastreios de rotina para identificação precoce de casos e encaminhamento de crianças desnutridas, mulheres grávidas, mães lactantes e outros grupos vulneráveis.	Número de sessões de triagem realizadas		Unidade Missionária, Ministério da Saúde, UNICEF, PAM, ONG, Municípios, PDs

**Objetivo estratégico 4.5.9: Melhorar a prestação de intervenções nutricionais durante emergências**

**Estratégia 4.5.9.1: Reforçar a prevenção, tratamento, cuidados e gestão da desnutrição aguda durante situações de emergência**

Ações	Indicador de saída/processo	Alvo	Responsabilidade
Formar prestadores de serviços de saúde, trabalhadores da linha da frente e outros quadros na gestão da desnutrição aguda durante situações de emergência.	Número de prestadores de serviços de saúde treinados		Unidade Missionária, Ministério da Saúde, UNICEF, PAM, ONG, Municípios, PDs
Integrar a nutrição noutros serviços para garantir a continuidade dos cuidados através de várias plataformas para prevenir a morbilidade e mortalidade devido à subnutrição.	Número de serviços de nutrição integrados em todas as plataformas		Unidade Missionária, Ministério da Saúde, UNICEF, PAM, OMS, ONG, Municípios, Agricultura, FAO, Equidade e Inclusão, Solidariedade, Estado para a Proteção Civil, PDs
Adquirir e distribuir suprimentos nutricionais, incluindo suplementos de micronutrientes e equipamentos para o manejo da desnutrição aguda em todas as áreas afetadas.	Suplementos e equipamentos de micronutrientes adquiridos e distribuídos		Unidade Missionária, Ministério da Saúde, ONGs, Municípios, PMA, UNICEF
Criar ligações entre o IMAM e os programas de proteção social para construir resiliência entre os grupos vulneráveis.	Criação da ligação entre o IMAM e os programas de proteção social		Unidade Missionária, Ministério da Saúde, ONG, Municípios, PMA, UNICEF, Solidariedade Social, Equidade e Inclusão, PDs
Adquirir e distribuir suplementos alimentares a grupos de risco, como mulheres grávidas, lactantes e crianças com menos de cinco anos.	Suplementos alimentares para grupos de risco adquiridos e distribuídos		Unidade Missionária, Ministério da Saúde, ONG, Municípios, PMA, UNICEF, Solidariedade Social, Equidade e Inclusão, PDs
Advogar para a inclusão de alimentos nutritivos com alto teor energético na cesta de alimentos para uma nutrição ideal.	Número de reuniões de defesa de direitos realizadas		Unidade Missionária, Ministério da Saúde, PDs, ONI
Desenvolver materiais IEC sobre nutrição, incluindo cartões de aconselhamento para resposta a emergências.	Nutrição Materiais IEC para emergências em resposta nutricional desenvolvidos		Comunicação e informação social, Administração do Estado, Unidade de Missão, Solidariedade Social, PAM UNICEF, Ministério da Saúde, Estado da Proteção Civil, PDs
Mobilizar recursos para garantir a preparação para situações de emergência na resposta nutricional.	Número de reuniões realizadas		Unidade Missionária, Ministério da Saúde, PAM, UNICEF, Estado da Proteção Civil, PDs
Monitorizar e fazer cumprir a implementação do código de comercialização dos substitutos do leite materno durante emergências.	Número de visitas de monitoramento realizadas		Unidade Missionária, Ministério da Saúde, Comércio e Indústria, Estado da Proteção Civil, PDs
Desenvolver planos de resposta e recuperação de emergência.	Planos de resposta e recuperação de emergência desenvolvidos		Unidade Missionária, Ministério da Saúde, UNICEF, PAM, OMS, ONG, Estado da Proteção Civil, PD

**Objetivo estratégico 4.5.10: Criar um ambiente propício para a implementação eficaz de serviços e programas de nutrição que construam resiliência nacional, comunitária e familiar.**

**Estratégia 4.5.10.1: Promover um ambiente político baseado em evidências.**

Ações	Indicador de saída/processo	Alvo	Responsabilidade
Defendeu o desenvolvimento da Política Nacional Multissetorial de Nutrição.	Número de reuniões de defesa de direitos realizadas		Unidade Missionária, PDs, ONU

**Objetivo estratégico 4.5.10: Criar um ambiente propício à implementação eficaz de serviços e programas de nutrição que desenvolvam a resiliência nacional, comunitária e familiar.**

**Estratégia 4.5.10.1: Promover um ambiente político baseado em evidências.**

<b>Ações</b>	<b>Indicador de saída/processo</b>	<b>Alvo</b>	<b>Responsabilidade</b>
Desenvolver um Plano Multissetorial de Mudança de Comportamento Social e Comunicação.	Plano Multissetorial de Mudança de Comportamento Social e Comunicação desenvolvido		Unidade Missionária, PDs, ONU
Desenvolver/revisar planos estratégicos específicos do programa para a operacionalização do plano multissetorial nacional (alimentação de micronutrientes, adolescentes, mães de bebês e crianças pequenas, agricultura sensível à nutrição, saúde escolar e nutrição) sempre que necessário.	Planos estratégicos específicos do programa para operacionalização do plano estratégico multissetorial nacional desenvolvidos		Unidade Missionária, Saúde, Agricultura, Educação, OMS, PMA, UNICEF, ONGs, Municípios, Igualdade, Solidariedade, Comércio e Indústria

**Estratégia 4.5.10.2: Reforçar a coordenação multissetorial para a nutrição a todos os níveis.**

<b>Ações</b>	<b>Indicador de saída/processo</b>	<b>Alvo</b>	<b>Responsabilidade</b>
Fortalecer/estabelecer os mecanismos de Coordenação Multissetorial em todos os níveis.	Mecanismos de coordenação multissetorial estabelecidos		Unidade Missionária, Municípios, PDs, ONU
Advogar para e apoiar a funcionalidade do CONSSAN-TL para discutir a agenda de nutrição a nível Nacional e Municipal.	Número de reuniões de defesa de direitos realizadas		Unidade Missionária, Municípios, PDs, ONU
Ampliar e reforçar as estruturas de implementação da nutrição a nível comunitário.	Estruturas de implementação da nutrição estabelecidas a nível comunitário		Saúde, Agricultura, ONGs, Municípios, UNICEF, PDs, ONU

**Estratégia 4.5.10.3: Aplicar instrumentos legais para orientar a implementação de serviços de nutrição**

<b>Ações</b>	<b>Indicador de saída/processo</b>	<b>Alvo</b>	<b>Responsabilidade</b>
Advogar para o desenvolvimento de quadros jurídicos para a nutrição, tais como a fortificação obrigatória de certos elementos em alimentos processados centralmente.	Número de reuniões de defesa de direitos realizadas		Unidade de Missão, Saúde, Comércio e Indústria, UNICEF, OMS, Autoridade de Inspeção e Controlo do Saneamento Económico e Alimentar, PDs
Advogar para o desenvolvimento de uma estrutura para padrões para alimentos fortificados.	Padrões de fortificação desenvolvidos		Unidade de Missão, Saúde, Comércio e Indústria, UNICEF, OMS, Autoridade de Inspeção e Controlo do Saneamento Económico e Alimentar, PDs
Aplicar a rotulagem de produtos alimentícios para garantia de qualidade.	Rotulagem de alimentos aplicada		Unidade de Missão, Saúde, Comércio e Indústria, UNICEF, OMS, Autoridade de Inspeção e Controlo do Saneamento Económico e Alimentar, Administração Estatal, PDs
Conscientizar a população em geral sobre os quadros jurídicos de nutrição existentes.	Número de campanhas de conscientização realizadas		Unidade Missionária, Comunicação Social e Informação, PDs
Monitorar a adesão ao código de marketing para substitutos do leite materno.	Número de visitas de monitoramento realizadas		Unidade de Missão, Saúde, Justiça, Municípios, Comércio e Indústria, Início, DPs

**Objetivo estratégico 4.5.10: Criar um ambiente propício à implementação eficaz de serviços e programas de nutrição que desenvolvam a resiliência nacional, comunitária e familiar.**

**Estratégia 4.5.10.4: Reforçar a responsabilização no financiamento da nutrição a todos os níveis**

Ações	Indicador de saída/processo	Alvo	Responsabilidade
Advogar para a nutrição junto do Vice-Primeiro-Ministro, dos Parlamentares e do Ministério das Finanças ao longo de todo o ciclo orçamental.	Número de reuniões de defesa de direitos realizadas		Unidade de Missão, Sectores, Finanças, Municípios, Comunicação Social, Obras Públicas, Ministério da Saúde, Agricultura, PDs
Monitorizar o cumprimento dos compromissos de financiamento da nutrição e da análise orçamental e de despesas a nível nacional e municipal.	Número de visitas de monitoramento realizadas		Unidade Missionária, Finanças, PDs, ONU
Aumentar a eficiência das dotações orçamentais para a nutrição: dar prioridade ao financiamento de programas que tenham maior evidência de impacto e resultados sustentáveis, especialmente a nível municipal.	Porcentagem do orçamento para a nutrição atribuído a programas sustentáveis e baseados em evidências a nível municipal		Unidade Missionária, Setores, Finanças, Municípios, PDs, ONU
Realizar uma avaliação das necessidades financeiras de todos os sectores para uma orçamentação baseada em programas, a fim de garantir que as dotações orçamentais para a nutrição sejam baseadas em evidências.	Número de sectores que realizam avaliações de necessidades financeiras		Unidade Missionária, Finanças, PDs, ONU

**Estratégia 4.5.10.5: Reforçar a capacidade de programação nutricional a todos os níveis**

Ações	Indicador de saída/processo	Alvo	Responsabilidade
Desenvolver uma estratégia de capacitação baseada em competências para profissionais comunitários de nutrição, incorporando componentes específicos e sensíveis à nutrição.	Estratégia de capacitação baseada em competências desenvolvida		Unidade de Missão, Setores, DP's
Advogar para a inclusão da Nutrição no currículo do ensino primário e secundário como disciplinas examinadas.	Número de reuniões de defesa de direitos realizadas		Unidade Missionária, Saúde, Educação, PDs, ONU
Ministrar cursos de curta duração sobre Nutrição para nenhum profissional de nutrição que atue na área de nutrição.	Número de não profissionais que concluem cursos de curta duração em nutrição		Unidade Missionária, Setores, DP's, INSPTL, Academia
Desenvolver diretrizes para integração de intervenções nutricionais nos planos municipais.	Diretrizes desenvolvidas		Unidade de Missão, Administração do Estado, Ministério da Saúde, Agricultura, Obras Públicas, Academia, INSPTL, Igualdade, Solidariedade social e Inclusão, Educação
Desenvolver um pacote de recursos nutricionais, incluindo um livreto de mensagens importantes para as partes interessadas influentes na nutrição (líderes religiosos, líderes locais, meios de comunicação, políticos, defensores da nutrição, etc.)	Pacote de recursos nutricionais desenvolvido		Unidade de Missão, Administração do Estado, Ministério da Saúde, Agricultura, Obras Públicas, Academia, INSPTL, Igualdade, Solidariedade social e Inclusão, Educação, PDs
Orientar os Presidentes Municipais sobre a programação nutricional e o seu papel na redução do atraso no crescimento.	Número de sessões de orientação e orientados aos presidentes		Unidade de Missão, Administração do Estado, Agricultura, Saúde, Igualdade, Solidariedade Social, Academia

**Objetivo estratégico 4.5.10: Criar um ambiente propício à implementação eficaz de serviços e programas de nutrição que desenvolvam a resiliência nacional, comunitária e familiar.**

**Estratégia 4.5.10.5: Reforçar a capacidade de programação nutricional a todos os níveis**

Ações	Indicador de saída/processo	Alvo	Responsabilidade
Facilitar/garantir a orientação dos chefes das aldeias sobre as causas, prevenção e implicações da subnutrição nas suas comunidades.	Número de chefes de aldeia orientados		Unidade Missionária, Municipal, ONGs
Defesa da Legislação Alimentar Nacional, abrangendo regulamentos de controlo e rotulagem de alimentos e responsabilidades interministeriais.	Controle e rotulagem de alimentos em vigor		Unidade de missão, Finanças, Saúde, Comércio e Indústria, Autoridade de Inspeção e Controlo do Saneamento Económico e Alimentar
Advogar para o reforço da capacidade da Autoridade de Inspeção e Controlo do Saneamento Económico e Alimentar através do estabelecimento de um laboratório nacional de referência e de recursos humanos para monitorizar eficazmente os alimentos importados e fabricados localmente.	Laboratório estabelecido com capacidade humana adequada		Unidade de missão, Finanças, Saúde, Comércio e Indústria, Autoridade de Inspeção e Controlo do Saneamento Económico e Alimentar

**Objetivo estratégico 4.5.11: Fortalecer a monitorização, avaliação, responsabilização, investigação e aprendizagem**

**Estratégia 4.5.11.1: Facilitar o planeamento e a programação conjuntos entre os sectores para garantir a responsabilização e a aprendizagem efectivas na implementação entre os sectores, de acordo com o Princípio dos Quatro Uns.**

Ações	Indicador de saída/processo	Alvo	Responsabilidade
Conduzir uma reunião das partes interessadas para definir e chegar a um consenso sobre os principais mandatos, funções, áreas prioritárias, papéis e responsabilidades de cada parte interessada na implementação do Plano.	Principais mandatos, funções, áreas prioritárias, papéis e responsabilidades de cada parte interessada definidos		Unidade missionária, ministérios setoriais
Divulgar os papéis e responsabilidades a nível municipal.	Funções e responsabilidades disseminadas em todos os municípios		Unidade missionária, Administrador do Estado
Acompanhar cada sector trimestralmente para obter relatórios de progresso.			Unidade missionária
Consolidar os planos sectoriais num plano de trabalho de nutrição abrangente para efeitos de monitorização do progresso por Unidade de Missão.	Planos setoriais consolidados		Unidade missionária

**Estratégia 4.5.11.2: Promover a programação baseada em evidências de programas, projetos, intervenções e serviços de nutrição através de investigação e melhores práticas.**

Ações	Indicador de saída/processo	Alvo	Responsabilidade
Advogar para o estabelecimento ou inclusão de um Comitê de Ética em Pesquisa sobre Nutrição.	Comitê de Ética Nutricional estabelecido		Unidade missionária
Estabelecer um grupo de trabalho técnico sobre pesquisa com termos de referência e plano de trabalho claros.	Grupos de Trabalho Técnico Estabelecidos		Unidade missionária, UNICEF
Documentar pesquisas existentes, incluindo pesquisas em andamento de diversas instituições e indivíduos, por meio de reuniões consultivas com especialistas em pesquisa em nutrição.	Pesquisa documentada		Unidade missionária, academia, instituições de pesquisa

**Objetivo estratégico 4.5.11: Fortalecer a monitorização, avaliação, responsabilização, investigação e aprendizagem**

**Estratégia 4.5.11.2: Promover a programação baseada em evidências de programas, projetos, intervenções e serviços de nutrição através de investigação e melhores práticas.**

<b>Ações</b>	<b>Indicador de saída/processo</b>	<b>Alvo</b>	<b>Responsabilidade</b>
Desenvolver uma agenda nacional de pesquisa em nutrição e apoiar os alunos na realização de pesquisas.	Agenda de pesquisa desenvolvida		Academia e TWG
Realizar reuniões anuais de revisão de pesquisas em andamento.	Revise as reuniões realizadas		Academia e TWG

**Estratégia 4.5.11.3: Estabelecer Sistemas de Gestão de Informação Nutricional (NIMS) baseados na Internet que estejam ligados a todos os serviços e programas de nutrição.**

<b>Ações</b>	<b>Indicador de saída/processo</b>	<b>Alvo</b>	<b>Responsabilidade</b>
Encomendar uma consultoria para desenvolver NIMS baseados na web e indicadores de processo a serem rastreados em conformidade com o PAN-HAM-TIL e o quadro de Segurança Alimentar e Nutricional a ser hospedado por uma Unidade de Missão.	NIMS baseado na Web desenvolvido e implementado		Unidade missionária
Adquirir e distribuir os equipamentos, materiais e suprimentos necessários para implementar o NIMS.	Equipamento NIMS adquirido		Unidade missionária
Adquirir e distribuir ferramentas, equipamentos e suprimentos de monitoramento, incluindo um gráfico de crescimento comunitário para uso nas comunidades por meio de grupos de apoio aos cuidados maternos.	Ferramentas de monitoramento adquiridas		Unidade missionária

**ANEXO 3: QUADRO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO NACIONAL**

Indicador de desempenho	Linha de base	Alvo						Fonte de verificação
	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	
Percentagem de crianças dos 0 aos 59 meses com atraso no crescimento	47	42,4	37,8	33,3	28,6	24,0	<25	DHS, MICS, NS
Percentagem de anemia entre crianças de 6 a 59 meses	63	58,2	53,4	48,6	43,8	39	<40	DHS, MNS, NS
Proporção de crianças de 6 a 59 meses com deficiência de vitamina A	8	6,8	5,6	4,4	3,2	2	<3	DHS, MNS, NS
Percentagem de mães que iniciaram o aleitamento materno em seus recém-nascidos com uma hora de nascimento	47	53,8	60,6	67,4	74,2	81	> 80	Relatórios Hospitalares
Percentagem de crianças de 0 a 5 meses amamentadas exclusivamente	64	65,4	66,8	68,2	69,6	71	> 70	DHS, MICS, KAPS
Proporção de crianças de 6 a 23 meses que atingem a Dieta Mínima Aceitável (MAD)	14	19,2	24,4	29,6	34,8	40	40	DHS, MICS, KAPS
Percentagem de mulheres em idade reprodutiva de 15 a 49 anos com anemia por deficiência de ferro	39	35	31	27	23	19	<20	DHS, MNS
Proporção de mulheres que alcançam Diversidade Alimentar Mínima (MDD-W)	65	66,2	67,4	68,6	69,8	71	> 70	DHS, MICS, KAPS
Percentagem de mulheres em idade reprodutiva entre 15 e 49 anos que são magras	19	17	15	13	11	9	<10	DHS, MIC,
Unidade Coordenadora de Nutrição Institucionalizada (Unidade Missão)	1	1	1	1	1	1	1	Relatórios anuais
número de ministérios importantes relevantes com nutricionistas ou unidade de nutrição	1	2	3	4	6	6	6	Relatórios anuais
Número de Ministérios e Municípios com linha orçamentária para ações prioritárias	1	2	3	4	6	6	6	Relatórios anuais
Sistema M e E baseado na Web estabelecido em todos os níveis	1	2	3	4	6	6	6	Relatórios anuais
Proporção de Municípios que utilizam Sistema de Informação Nutricional	1	2	3	6	6	6	6	Relatórios anuais
Número de reuniões bianuais de coordenação multissetorial a nível nacional e subnacional	1	4	4	4	4	4	4	Relatórios anuais
Número de reuniões trimestrais de TWCs entre setores	5	5	5	5	5	5	5	Relatórios anuais
Número de pesquisas nacionais de nutrição realizadas	0		1			1	2	Relatórios anuais



**O PLANO DE AÇÃO NACIONAL  
MULTISSETORIAL DE NUTRIÇÃO**

2024-2030

